



Ecoturismo & Conservação

Um periódico do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação - PPGEC,
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.



Ruínas do Maciço da Tijuca. Estrutura remanescente da casa principal da antiga Fazenda Nassau.
Foto de Vicente Fernandez & Thomaz Amadeo



III Seminário Ecoturismo e Conservação
Realizado entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2022

v. 3, n. 2, 2022

ISSN 2675-8946

EXPEDIENTE

CORPO EDITORIAL

Editor-chefe

Dr. Rodrigo Machado Vilani (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Editores e Editoras Adjunto(a)s

Dr. André Scarambone Zaú (UNIRIO)

Dra. Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano (UNIRIO)

Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO)

Conselho Editorial – Seção Científica

Dr. Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo (UNIRIO)

Dr. Daniel Fonseca de Andrade (UNIRIO)

Dra. Edilaine Albertino de Moraes (Univ. Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Dra. Mariluci Neis Carelli (Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE)

Dra. Natascha Krepsky (UNIRIO)

Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho (Univ. Federal de Ouro Preto - UFOP)

Dra. Susy Rodrigues Simonetti (Univ. do Estado do Amazonas – UEA)

Dr. Zysman Neiman (Univ. Federal de São Paulo – UNIFESP)

Conselho Editorial – Seção Técnica

Dra. Eloise Silveira Botelho (UNIRIO)

Dr. Áthila Bertoncini Andrade (Instituto Meros do Brasil)

Dra. Alba Simon (Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas - OPAP)

MSc. Francisco Fernando Livino de Carvalho (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio)

MSc. Juliana Cristina Fukuda (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio)

MSc. Manuela Torres Tambellini (INEA/RJ)

Conselho Editorial – Seção Artística

MSc. Adriana Rolin Lopes Oliveira Ribeiro (Univ. do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Dr. Carlos Augusto Moreira da Nóbrega (Univ. Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Dr. Éder Robson Mendes Jastes (Univ. Federal do Pará – UFPA)

Ítalo Cabral Weyll (Escola Villa Lobos)

Dra. Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra (UERJ)

Dra. Renilda do Rosário Moreira Rodrigues Bastos (Univ. do Estado do Pará – UEPA)

Dr. Renato Mendonça Barreto da Silva (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO

Áthila Bertoncini Andrade

CAPA

Áthila Bertoncini Andrade

IMAGEM DA CAPA

Vicente Fernandez & Thomaz Amadeo

PERIODICIDADE

Anual

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

ppgec@unirio.br

Endereço: Av. Pasteur, 458 / Prédio do IBio / sala 506-A

Fone: 2542-4278

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores devem verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Ao enviar o artigo para submissão, o autor automaticamente cede os direitos de publicação à esta revista. O conteúdo dos artigos é de responsabilidade dos autores.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



III Seminário Ecoturismo e Conservação

Realizado entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2022

Realização



Apoio



Sumário

Editorial	7
Rodrigo Machado Vilani Maria Amália Silva Alves de Oliveira	
Entrevista	10
Almir Narayamoga Suruí	
Mesa de abertura	
Ecoturismo de base comunitária: experiências em terras indígenas	13
Marília Oliveira Oyexiener Paiter Suruí Gasodá Suruí	
Comunicações do Seminário	
Arquitetura geopoética como um conceito institucional: da academia à gestão pública das áreas protegidas	23
Francisco Fernando Livino de Carvalho Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano	
Zona Oeste e Parque Estadual da Pedra Branca: um abismo entre conservação e agenda ESG	28
Cleber Vicente Gonçalves Silva Maria Amália Silva Alves de Oliveira Rodrigo Machado Vilani	
A árvore no meio da rua: Ecoturismo e Educação Ambiental em Paquetá	34
Alessandra Bruno Daniel Fonseca de Andrade	
Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Sistematização de Ações de Educação Ambiental do Parque Estadual Cunhambebe	36
Hedinene Silva da Costa Daniel Fonseca de Andrade	
Ecoturismo & Conservação e permacultura: será que tem a ver?	39
Elias Ribeiro de Arruda Junior	
Turismo por demanda: diálogos e experiências comunitárias	48
Rodrigo Machado Vilani Maria Amália Silva Alves de Oliveira	
Seção Científica	
História e Arqueologia da Floresta da Tijuca: histórias possíveis para o futuro	53
Camilla Agostini	

Caracterização das estruturas estromatolíticas da Área de Proteção Ambiental de Massambaba (RJ) 65

Loreine Hermida da Silva e Silva
Fernanda Campante Magina

Seção Artística

Narrativas criativas revelando histórias invisibilizadas: um conto sobre vivências ocultas nas florestas do Maciço da Tijuca 74

Vicente Leal E. Fernandez
Maria de La Rocque Amadeo

Ruínas na floresta: revelando paisagens esquecidas no tempo 79

Vicente Leal E. Fernandez
Thomaz de La Rocque Amadeo

EDITORIAL

Diálogos interculturais: da teoria à práxis

Rodrigo Machado Vilani¹
Maria Amália Silva Alves de Oliveira¹

¹ Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO)

O diálogo intercultural deve ser transversal, ou seja, deve partir de outro lugar, para além do mero diálogo entre eruditos do mundo acadêmico ou institucionalmente dominante. Deve haver um diálogo multicultural que não pressupõe a ilusão de simetria inexistente entre as culturas.

(DUSSEL, 2016).

Em contexto de ameaças à natureza, aos povos originários e às comunidades tradicionais por ações resultantes da implementação de grandes projetos de desenvolvimento – mineração, agronegócio e energia – entendemos e defendemos o diálogo e a defesa dos patrimônios nacionais (materiais e imateriais; culturais, naturais, históricos, arqueológicos e artísticos) como fundantes de um processo para a construção de alternativas para o futuro.

Para tanto, trazemos duas concepções de Regina Abreu (2020) essenciais para essa construção. Em primeiro lugar, entendemos os processos de patrimonialização como “uma operação de atribuição de valor crucial, um jogo intrincado de dinâmicas de consagrações e visibilidades”. O gesto patrimonial, em segundo plano, “envolve uma complexa atribuição de valor na qual um elemento da cultura é retirado do seu sistema de origem e ressignificado num sistema de signos moderno e com aspirações à universalidade”. A proposição de gestos patrimoniais como alternativa de salvaguarda das produções inerentes à relação natureza e cultura, apresenta-se como relevante, pois se no passado esse “gesto” objetivava salvar da destruição elementos materiais e imateriais que estabeleciam relação entre um tempo passado e o tempo presente; na atualidade, os gestos patrimoniais implicam em construção de projetos de futuro.

E, neste terceiro ano, a revista Ecoturismo & Conservação procura trazer sua contribuição para a construção desses projetos de futuro. Pela primeira vez, trazemos conjuntamente artigos do número regular da revista e textos derivados das comunicações orais do III Seminário Ecoturismo e Conservação, realizado entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2022.

Na busca por elementos ‘outros’ e pela valorização dos saberes indígenas, entendemos que, qualquer projeto de futuro, passa necessariamente pela defesa dos direitos, da cultura e dos territórios dos povos originários. Logo, o número é aberto com a entrevista intitulada “Nenhum governo nunca priorizou a questão indígena”, realizada com o líder indígena Almir Narayamoga Suruí. Na entrevista, o líder dos Paiter Suruí apresenta sua potente visão de mundo, forte na defesa da cultura e dos territórios indígenas, na proteção da floresta e no combate às desigualdades sociais, e conciliatória na busca por diálogo e entendimento para construir um caminho sustentável para o presente e para o futuro. Em sua fala destaca a transversalidade do turismo e sua importância para o estabelecimento desse diálogo e, ainda, para que os visitantes tenham uma experiência concreta para entenderem a Amazônia e a luta dos povos indígenas.

Além da entrevista, foram quatro contribuições aceitas para publicação neste número, sendo duas na seção científica e duas na seção artística.

O artigo ‘História e Arqueologia da Floresta da Tijuca: histórias possíveis para o futuro’, de autoria de Camilla Agostini, traz reflexões e propostas baseadas nos patrimônios localizados no Parque Nacional da Tijuca, em particular o histórico e arqueológico, de forma a subsidiar “o desenvolvimento de um programa sobre a História e a Arqueologia da cidade do Rio de Janeiro”.

Loreine Hermida da Silva e Silva e Fernanda Campante Magina trazem a comunicação curta intitulada ‘Caracterização das estruturas estromatolíticas da Área de Proteção Ambiental de Massambaba (RJ)’ na qual discutem o papel de uma unidade de conservação, a APA Massambaba, na preservação da Geodiversidade e como a presença de diferentes evidências arqueológicas como estruturas estromatolíticas (esteiras microbianas), trombólitos e os estromatólitos, podem potencializar o desenvolvimento do turismo.

A seção artística é aberta com ‘Narrativas criativas revelando histórias invisibilizadas: um conto sobre vivências ocultas nas florestas do Maciço da Tijuca’ de Vicente Leal E. Fernandez e Maria de La Rocque Amadeo. Os autores apresentam uma importante e sensível narrativa voltada para desvelar a contribuição da mão de obra escravizada na paisagem carioca, particularmente no Parque Nacional da Tijuca.

Em seguida, com ‘Ruínas na floresta: revelando paisagens esquecidas no tempo’, Vicente Leal E. Fernandez e Thomaz de La Rocque Amadeo que utilizam a fotografia para traduzir um diálogo entre arte, ciência e história. Os autores apresentam outros olhares sobre o patrimônio cultural localizado no Maciço da Tijuca e sua relevância para o turismo.

A segunda parte deste número traz o conjunto de reflexões apresentadas durante o III Seminário Ecoturismo e Conservação, realizado em formato on-line, entre os dias 5 e 8 de dezembro.

A palestra de abertura “Patrimônios em Tempos Extremos: ameaças e alternativas” foi ministrada pela Profa. Dra. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO). No intuito de apresentar uma reflexão acerca do patrimônio no atual momento da história brasileira onde políticas de proteção arduamente instituídas ao longo de anos, foram frontalmente atacadas e observamos uma escalada da ausência de mecanismos de combate à degradação ambiental, a palestrante Regina Abreu, antropóloga filiada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), estudiosa do campo do patrimônio há quase trinta anos e como a própria antropóloga gosta de se autocalificar “uma militante do patrimônio”, traz em seu texto um conjunto de importantes reflexões sobre as ameaças e alternativas do patrimônio em tempos extremos.

No segundo dia, a mesa redonda ‘Ecoturismo de base comunitária: experiências em terras indígenas’, organizada e mediada por Marília Luísa de Oliveira (discente do PPGEC), foi realizada a partir das palestras de Oyexiener Paiter Suruí e Gasodá Suruí. As falas destacam a riqueza do diálogo promovido por meio da visita às terras indígenas Paiter Suruí e a importância do fenômeno turístico para a valorização da cultura material e imaterial dos povos originários. Defendem a autonomia dos povos indígenas em seus territórios. Na transcrição das falas trazidas para esse número está explicitado o papel fundamental dos territórios e da cosmovisão indígena para a necessária revisão dos parâmetros de vida em sociedade impostos pela modernidade e, por consequência, para a sobrevivência humana no planeta.

Pesquisas já concluídas e em andamento no âmbito do PPGEC foram objeto das apresentações do terceiro dia. As apresentações foram abertas com a “Arquitetura geopoética como um conceito institucional: da academia à gestão pública das áreas protegidas” de Francisco Fernando Livino de Carvalho, mestre em Ecoturismo e Conservação, e Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano (docente do PPGEC). O artigo é um dos desdobramentos da dissertação “Varandarana, uma Arquitetura Geopoética: A importância da Arte para a gestão das áreas protegidas”. O texto apresenta a contribuição inovadora da pesquisa para a gestão de unidades de conservação federais.

Em “Zona Oeste e Parque Estadual da Pedra Branca: um abismo entre conservação e agenda

ESG”, Cleber Vicente Gonçalves Silva (mestrando do PPGEC), Maria Amália Silva Alves de Oliveira (docente PPGEC) e Rodrigo Machado Vilani (docente PPGEC) apontam os desafios e as oportunidades da implementação da “Environmental, Social and Governance – ESG” na conservação da natureza e, especificamente, na gestão do PEPB.

“A árvore no meio da rua: Ecoturismo e Educação Ambiental em Paquetá” de Alessandra Bruno (discente PPGEC) e Daniel Fonseca de Andrade (docente PPGEC), propõe, a partir da Educação Ambiental Revolucionária e do Turismo de Base Comunitária, refletir sobre a visão dos moradores de Paquetá sobre o seu conjunto arbóreo.

No artigo “Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Sistematização de Ações de Educação Ambiental do Parque Estadual Cunhambebe”, Hedinene Silva da Costa (discente PPGEC) e Daniel Fonseca de Andrade (docente PPGEC) se voltam para a “valorização do patrimônio histórico e cultural como forma de historicizar a floresta” no intuito de contribuir com os programas de educação ambiental no PEC.

O Prof. Dr. Elias Ribeiro de Arruda Junior (Universidade Federal Fluminense-UFF) promove no artigo “Ecoturismo & Conservação e permacultura: será que tem a ver?” um diálogo inovador entre permacultura e ecoturismo e conservação. Apresenta conceitos e aplicações da permacultura e define um conjunto de oportunidades para uma sinergia entre ecoturismo e permacultura.

A palestra de encerramento “Turismo por demanda: reflexões acerca das possibilidades do método etnográfico” foi proferida por Rodrigo Machado Vilani e Maria Amália Silva Alves de Oliveira, que também assinam esse editorial. No artigo traduzimos as principais inquietações e o diálogo teórico entre a Antropologia por Demanda, de Rita Segato, e o pensamento decolonial que nos levou à proposta de uma nova inserção dos pesquisadores e das pesquisadoras no campo, pautada na interculturalidade e na escuta atenta às demandas dos sujeitos protagonistas do turismo comunitário.

Deixamos para você, leitor(a) de Ecoturismo & Conservação, as leituras e os diálogos promovidos em prol de um projeto de futuro com o intuito de contribuir para novas reflexões sobre o fenômeno turístico e seu potencial para a realização de encontros, a valorização de saberes e fazeres tradicionais e a construção de formas outras de olhar e se relacionar com a Terra e seus diversos habitantes humanos e não humanos.

Referências Bibliográficas

ABREU, R. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. *Vivências*, n. 55, p. 250-270, 2020.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

Entrevista com Almir Narayamoga Suruí¹

“Nenhum governo nunca priorizou a questão indígena”



Foto: Luciene Kaxinawá, ano 2022, Aldeia Lapetanha.

É com enorme satisfação que trazemos para vocês essa entrevista com Almir Narayamoga Suruí, líder do Povo Paiter Suruí. Conversamos sobre as ameaças aos territórios indígenas, a proteção do meio ambiente e a esperança de construir um futuro outro, com respeito e entendimento.

Almir Suruí nasceu em 19 de agosto de 1974 na Terra Indígena Sete de Setembro, localizada em Cacoal, município de Rondônia, onde vive atualmente. É uma das principais lideranças indígenas do Brasil com forte atuação na defesa do meio ambiente e da cultura dos povos indígenas, que o levou a ter reconhecimento internacional após denunciar à Organização dos Estados Americanos (OEA) diversos ataques e ameaças aos territórios indígenas.

O líder dos Paiter Suruí foi responsável pela criação do Mapa Cultural Suruí, uma iniciativa feita por ele em 2007, quando foi à Califórnia e apresentou a proposta ao Google. O Mapa contou com a capacitação de indígenas para utilizarem os smartphones para o registro de ações de madeireiros,

¹ Trazemos aqui o resultado de um diálogo realizado entre Rodrigo Vilani, docente do PPGEAC, e Almir Suruí, líder indígena, que ocorreu em 07 de dezembro de 2022 por meio de uma plataforma virtual.

caçadores e pescadores ilegais em seus territórios².

Sua fala potente e ao mesmo tempo conciliatória em defesa dos povos indígenas e da floresta, com foco na sustentabilidade e na redução das desigualdades sociais, por meio da geração de emprego e renda, tem ecoado por todo planeta. Por outro lado, sofre ameaças por seu posicionamento firme na defesa dos territórios indígenas e da Amazônia.

As adversidades, contudo, não interrompem nem esmorecem sua dedicação às questões indígenas, ambientais, climáticas e sociais. Sua jornada segue cada vez com mais força como podemos observar em seus posicionamentos³ e, também, por meio da voz de sua filha Txai Suruí, primeira brasileira a discursar na abertura de uma Conferência das Partes – a COP 26 – a conferência sobre mudanças climáticas da Organização das Nações Unidas, realizada em 2021.

E&C - O Governo de Jair Bolsonaro [conversamos sobre alguns pontos centrais da política anti-indigenista no período 2019-2022]:

Almir Suruí – O discurso do Governo Bolsonaro veio realmente trazer pressão grande dentro dos territórios indígenas. O desmatamento cresceu e, ao mesmo tempo, ele criou expectativa para vários indígenas dizendo que ele poderia aprovar ou autorizar liberação de mineração em terra indígena. Então, aqueles que estão frágeis ficam esperando que a mineração pode trazer riqueza, caíram na onda dele – e não só indígena, mas a população em geral. Os garimpeiros, os mineradores começaram a pressionar várias pessoas indígenas para que eles possam apoiar a entrada deles dentro dos territórios. Mesma coisa no arrendamento da terra – no agronegócio. Isso para nós é um desafio, porque em nome desse fortalecimento da economia há muitos indígenas apoiando manifestações antidemocráticas que estão acontecendo no Brasil. No início, o povo Suruí também começou a participar. Têm alguns Suruí apoiando esse tipo de manifestação, achando que o Bolsonaro ia liberar agronegócio e mineração em terra indígena, sem saber o caos que isso pode trazer para a população em geral. Os povos indígenas sofreram bastante com muitas pressões pelas mineradoras, pelo arrendamento da terra e pelo agronegócio. Foi dito muito que as terras indígenas são improdutivas. Não viram que as terras indígenas têm outros potenciais.

E&C – A proposta de uma nova institucionalidade [discutimos acerca da criação da Secretaria ou Ministério dos Povos Originários no Governo Lula]:

Almir Suruí – Eu sempre tenho costume de dizer que governo é governo. Aprendi que não é o Lula que vai resolver os nossos problemas. Até porque ele precisa o governar o Brasil para todos. Com certeza ele não vai priorizar a questão indígena. Nenhum governo nunca priorizou a questão indígena. Eu acho que vai continuar o mesmo. E, assim, a diferença dessa proposta agora, se ele criar o Ministério dos Povos Indígenas será um momento histórico para o governo brasileiro, em especial para o governo Lula para realmente cumprir sua promessa de campanha aos povos indígenas. Se for uma secretaria, como vem se falando, já caiu metade. Então, como eu falei, a esperança minha, como líder indígena, que eu tinha com o Lula cumprindo com a criação do Ministério, isso com certeza iria protagonizar povos indígenas, apoiar e ajudar a construir políticas públicas que podem trazer um desenvolvimento sustentável no Brasil. Colocar o Brasil como líder da sustentabilidade, do combate às mudanças climáticas, combate à desigualdade social, combate ao preconceito, fortalecendo a democracia e a participação de todos os segmentos no Brasil.

E&C – Ecoturismo [procuramos identificar os aspectos mais relevantes do desenvolvimento do turismo em terras indígenas]:

Almir Suruí – Então, estudando todo esse desafio de uma terra indígena, como líder do Povo Paiter, em 2000, eu criei o Plano Estratégico de 50 anos do Povo Paiter Suruí para servir de caminho

² Saiba mais em: <http://www.kaninde.org.br/mapa-cultural-suruí/>; <http://www.kaninde.org.br/indios-suruí-lancam-mapa-multimidia-feito-em-parceria-com-google-earth/>.

³ Acesse outras entrevistas recentes de Almir Suruí em: <https://midianinja.org/news/quero-que-rondonia-cresca-com-grande-responsabilidade-e-sabedoria-almir-suruí-pensa-desenvolvimento-sustentavel-para-o-estado/>; <https://www.terraredondaeditora.com.br/post/almir-suru%C3%AD-com-a-palavra>.

orientador para que possamos realmente capacitar e orientar o nosso povo de ter protagonismo na gestão dos seus territórios. Temos 12 programas maiores dentro do Plano Estratégico e um desses programas é ecoturismo em terra indígena, onde trabalhamos e entendemos o turismo como um tema que está ligado a todos os outros temas – questão ambiental, questão cultural, questão econômica, questão tecnológica, da saúde e também questões políticas, geopolíticas. O turismo está ligado a todos os outros temas o que pode ajudar as pessoas a entenderem o que é a Amazônia e também o que são os povos indígenas. E qual a importância do papel de cada um desses. O turismo é um dos projetos que pode aproximar todas as questões e que pode ajudar que o Brasil, a população brasileira, e o mundo possam compreender a importância da cultura dos povos indígenas, da luta dos povos indígenas e dos seus territórios, floresta. E, acima de tudo, o respeito que deve existir, independente de quem são essas pessoas, que cor essas pessoas têm. Sem preconceito. Sem racismo. O turismo, para mim, é um projeto, é uma ação que pode trazer esse diálogo, não só o diálogo, mas as pessoas poderem viver essa experiência concreta. Fortalecendo, gerando emprego e renda. É isso que eu entendo hoje e com certeza a gente precisa fazer muitas coisas ainda para que a gente possa criar consciência da importância do desenvolvimento sustentável na Amazônia e também um mundo sustentável e um mundo consumidor consciente, fortalecendo com certeza na área econômica de forma sustentável e mais consciente.

E&C – Diálogos com a universidade [debates o papel da universidade no fortalecimento da luta dos povos indígenas]:

Almir Suruí – Eu acredito que seria dentro da política, dentro do governo e dentro da academia. Isso pode ajudar bastante a levar os nossos conhecimentos e também as nossas ideias para dentro de uma faculdade. Para que aquele que está estudando comece a saber quem são os povos indígenas e a luta dos povos indígenas. Então, só assim que vai acabar esse preconceito. Fortalecer a economia na construção de um caminho onde todo mundo pode estar presente, junto, lutando por uma país justo, respeitando sua diversidade. Então, eu acredito que para fazer isso tem que existir o espaço para esse debate, esse diálogo, na universidade e na política.

E&C – Desafios futuros [concluimos com algumas inquietações quanto os caminhos próximos a serem tomados]:

Almir Suruí – Eu acredito que todo mundo tem espaço e esse espaço deve ser respeitado e dialogado. É importante dialogar para que a gente possa avançar com essa construção do presente para o futuro. O presente está em uma situação desafiante, ninguém sabe onde a gente vai chegar – com a política totalmente destruída, desrespeitando democracia e também a política preconceituosa, discriminatória contra o meio ambiente que é o maior patrimônio da humanidade, contra as mudanças climáticas. Eu acredito que essa discussão, esse espaço tem que ser fortalecido na educação mesmo, dentro da universidade. É assim que nós vamos vencer. É assim que a gente vai vencer, não só como profissionais, não só com o tema ambiental, mas vamos transformar o Brasil em exemplo e sair dos desafios e transformar os desafios em uma realidade de política que atenda à necessidade do seu povo.

Mesa redonda

Mediação: **Marília Oliveira - PPGEC/UNIRIO**

Ecoturismo de Base Comunitária: experiências em Terras Indígenas

Gasodá Suruí

Turismólogo pela Faculdade São Lucas de Porto Velho, mestre em geografia pela Universidade Federal de Rondônia UNIR, doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR/PPGG. Fundador e Coordenador do Centro Cultural Indígena Paiter Wagôh Pakob e pesquisador dos grupos de Pesquisa: GENTEH - Geografia Natureza e Territorialidade Humana PPGG/UNIR; e SPA- Painel Científico para a Amazônia "Science Panel for the Amazon"

Oyexiener Paiter Suruí

Engenheiro ambiental, coordenador de turismo do Território Indígena Sete de Setembro do povo Paiter Suruí e parte das lideranças jovens de Rondônia

Gasodá Suruí

Boa tarde! Mais uma vez é um prazer muito grande poder dar essa palestra para todos vocês aqui.

Participar do Seminário, que trata de um tema importante como conservação e ecoturismo, é importante porque essa é uma das missões que nós seres humanos temos responsabilidade aqui na Terra Indígena. A missão e responsabilidade aqui na terra porque nós dependemos da floresta para manter nossa cultura e a nossa identidade.

Então, fazer um debate como esse para nós povos indígenas, é muito importante! Então eu agradeço à Marília que nos fez o convite.

Deixa eu falar um pouco sobre o nosso povo, a nossa cultura e o trabalho que a gente desenvolve aqui dentro do nosso território onde a gente vive que é a Terra Indígena Sete de Setembro.

Então, como foi falado no início, meu nome é Gasodá Paiter Suruí, mas na verdade o meu nome sofreu alguma alteração quando foi registrado pela Funai. Quando eu nasci meu nome verdadeiro Yharola significa muita produção ou muita fartura. É o nome dado pelo meu tio para mim culturalmente. Nós, povos Paiter recebemos nossos nomes do avô ou do tio caso for homem, se for mulher é a avó ou a tia. Meu avô faleceu antes de eu nascer; meu tio teve essa responsabilidade de um nome para mim, por isso hoje eu sou conhecido como o Gasodá Paiter Suruí verdadeiro.

Então eu sou do povo Paiter Suruí aqui de Rondônia, também somos conhecidos como Suruí de Rondônia.

Porque na nossa autodenominação mesmo é Paiter que significa gente de verdade, o povo verdadeiro. Então, Suruí é apelido que foi dado para nós por pessoas que tiveram o primeiro contato com a gente lá na época de 1969. E como foi falado eu sou do clã Gamêb, que significa marimbondo preto, um dos 4 grupos clânicos que compõem a nossa sociedade.

Eu nasci na Aldeia Nambekob abada Kibah - na Aldeia do contato, onde nós tivemos o primeiro contato com a sociedade não indígena.

Citação: Oliveira M, Suruí G & OP Suruí (2022) Ecoturismo de Base Comunitária: experiências em Terras Indígenas. Ecoturismo & Conservação 3(2) p. 13-22.

Copyright: © 2022 Oliveira, Suruí & Suruí.

E hoje eu moro na aldeia Paiter linha 9 e sou casado com a Maria Leonice Tupari, sou pai de dois filhos, a mapid Eitxa Elwua e Oya Pangawaron Paiter Suruí.

Sou graduado em turismo pelo Centro Universitário São Lucas de Porto Velho/Rondônia, tenho mestrado em geografia e atualmente faço doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia.

Minha função dentro da minha comunidade é de coordenador do Centro Cultural Indígena Paiter Wagôh Pakob, que no nosso idioma Tupi mondé - como nosso povo fala - significa força da natureza. Então eu sou coordenador e também sou fundador né, eu tive essa ideia junto com a minha comunidade aqui onde eu vivo, de criar essa iniciativa para trabalhar com fortalecimento da nossa cultura, associado à natureza e trabalhar também com valorização e preservação do nosso território que é muito importante para nossa sobrevivência.

E também eu sou Conselheiro de turismo dentro do município de Cacoal, representando o meu povo.

Sou pesquisador do grupo GENTEH - Geografia, Natureza e Territorialidade Humana da Universidade Federal de Rondônia, e também em 2020 fui convidado pelo pesquisador Carlos Nobre para compor o painel científico para Amazônia, um grupo de pesquisa que trabalha na América Latina principalmente na bacia amazônica.

Povo Paiter Suruí

Agora eu quero falar um pouco do meu povo, da minha cultura e das atividades que a gente desenvolve aqui dentro do nosso território.

Meu povo se chama povo Paiter Suruí (Figura 1) e como eu falei significa gente de verdade,



Figura 1. - Povo Paiter Suruí. Foto: Arquivo Pessoal Gasodá Suruí.

o povo verdadeiro né... a gente vive aqui na terra indígena Sete de Setembro, como foi falado pelo Oyexiener, em uma área de 248 mil hectares que está localizada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. É um território indígena demarcado e homologado pelo Governo Federal sob pressão das nossas lideranças logo no início do contato.

Tivemos o primeiro contato em 1969, por meio da Fundação Nacional do Índio chefiado pelos saudosos sertanistas Francisco e Apoena Meirelles.

O nosso povo fala idioma Tupi e da família mondé, na nossa organização social é formado por quatro grupos clânicos: Gameb marimbondo preto; Gâmir que é marimbondo amarelo, e; Makor e Kaban que é Taboca e Cabana que é uma fruta mirindiba típica aqui na região Amazônica.

Hoje a nossa população atual é de 1700 pessoas, todas morando em 28 aldeias existentes dentro do território Paiter.

Antes do contato a nossa população era de aproximadamente 5000 pessoas que foram dizimadas pelas doenças vindas com o contato chegando a reduzir para 250 pessoas, então voltar a somar 1700 pessoas 53 anos depois, para nós é uma conquista muito grande né.

E o nosso sistema de governança do nosso território hoje é por meio de Cacique geral, eleito pelo povo Paiter Suruí.

Isso aqui é um pouco de como está localizado o nosso território aqui em Rondônia no Mato Grosso. A maior parte está em Mato Grosso e a menor parte está em Rondônia. A maioria das Aldeias está concentrada em Rondônia. E a minoria está concentrada em Mato Grosso.

Para nós, o nosso território é conhecido como os Paiterey o território é conhecido como Paiterey Karah: “terra dos Paiter”.

A Terra Indígena Sete de Setembro foi dada pelos não indígenas na época do contato e a terra indígena recebeu o nome de Sete de Setembro devido o nosso contato ter acontecido em 7 de setembro de 1969. É um território indígena demarcado e homologado pelo governo.

Então, como resultado do contato com a colonização o nosso povo sofreu muito como consequência disso. Até porque a gente vem de uma cultura totalmente diferente da cultura não indígena; então devido a isso aí ele sofreu um impacto muito forte nessa questão.

Muitos Paiter não souberam se organizar diante de uma realidade totalmente diferente né? E por isso nós sofremos bastante! Uma delas foi a pandemia que quase dizimou nosso povo.

Tivemos uma dificuldade muito grande de adaptar à cultura não indígena e, por isso, sofremos muito, até porque a gente hoje entende que a cultura não indígena é movida pelo capitalismo. Então essa foi uma das coisas que nós sofremos bastante logo depois do contato.

Nesse tempo muitas pessoas aproveitaram da nossa fragilidade e começaram a incentivar muitos indígenas a explorar ilegalmente o seu território! Uma delas foi o próprio órgão indigenista que a gente entendia que eles podiam cuidar muito bem da gente que era a Fundação Nacional do Índio.

Então com essa manipulação ou incentivo errado muitos do nosso povo começaram a vender ilegalmente madeira em 1988. Então, muitos territórios foram ficando mais pobres, mais fracos, porque muitas madeiras saindo e com isso veio a consequência de outras formas né, muitos indígenas foram morar na cidade e entraram no consumo de bebida alcoólica, drogas, prostituição.

Isso levou a gente para um caminho muito prejudicial para nossa vida. Então, graças a Deus nós temos lideranças à altura para representar o nosso povo. Eles viram que essa exploração ilegal de madeira que estava acontecendo dentro do nosso território não era uma coisa importante para nós. Era uma coisa que poderia ameaçar a vida do nosso povo, né? E com isso ficaram muito preocupados e foram atrás de um plano estratégico para mudar essa realidade.

Foi aí que nós começamos a discutir entre o nosso povo que rumo tomar para fugir dessa realidade, que nós estávamos vivenciando com a exploração ilegal do nosso território. Então, foi aí que surgiu a criação do plano de gestão territorial do nosso povo. Para a gente conseguir fazer esse estudo dos territórios, tivemos que buscar apoio de fora principalmente do governo e das organizações não governamentais que trabalham com a realidade da gente.

Uma delas é a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que hoje tem sua sede em Porto Velho aqui na capital de Rondônia, então esse trabalho foi muito importante para nós naquela época. Então no nosso território foram feitos vários estudos, para verificar a potencialidade e os recursos que ele tinha para oferecer para nós trabalhar de uma forma mais responsável e sustentável sem trazer impacto que possa ameaçar a vida do nosso povo e do nosso território. Então, foi aí feito o plano de gestão ambiental da terra indígena Sete de Setembro.

Centro Cultural Indígena Paiter Wagôh Pakob

O plano de gestão trabalhou com vários eixos importantes para a vida do povo Paiter, foi voltado para educação, cultura, meio ambiente, agricultura e extrativismo. O plano de gestão trouxe orientações importantes de como devemos trabalhar com nosso território. Foi aí que muitos Paiter começaram a entender que aquilo que ele estava fazendo com território, vender ilegalmente madeira, explorar ilegalmente o garimpo dentro do território não era uma coisa que poderia nos levar para frente.

Então foi aí que o plano trouxe essa visibilidade de como podemos trabalhar com nosso território. E assim foram feitos vários estudos depois da elaboração do plano como o etnozoneamento, que é o zoneamento cultural, para mostrar a importância do nosso território ou até propriamente da nossa cultura né? Porque toda essa junção para nossa vida como povo Paiter é muito importante, a natureza, a nossa cultura, e sem a natureza não existe a nossa cultura. Por isso, esse estudo foi muito importante para nossa vida, para que a gente possa dar continuidade aos trabalhos que a gente vinha fazendo de uma forma mais sustentável.

Então, assim foi feito o plano de negócio da castanha, do artesanato, do turismo sobre a orientação do plano de gestão. O tema que nós estamos falando aqui é propriamente o ecoturismo dentro da terra indígena.

Então quando eu terminei minha graduação em 2009, eu estava morando em Porto Velho, capital de Rondônia, e quando terminei a minha graduação eu vim embora para trabalhar junto com meu povo na associação Metarelá da qual o Oyexiener faz parte.

Em 2016 eu me afastei da Metarelá para poder dar continuidade ao estudo. Onde eu fui fazer meu mestrado na Universidade Federal de Rondônia. E terminei em 2018 o meu mestrado; aí depois tive que dar continuidade no doutorado em 2019, onde estou até hoje fazendo pesquisa junto com meu povo para elaborar a minha tese de doutorado que, se Deus quiser, a gente vai tá defendendo no início do segundo semestre de 2023.

Quando eu dei início ao meu mestrado, eu entendi que eu não poderia só pesquisar meu povo, eu tinha que colocar alguma coisa na prática da minha pesquisa que eu estava desenvolvendo. Foi aí que surgiu na minha mente, criar um espaço para trabalhar com fortalecimento da nossa cultura né? Para também trabalhar com a valorização e preservação do nosso território, que sempre foi ameaçado e alvo de invasores da nossa biodiversidade que existe dentro da aldeia.

Em 2016, eu tive essa ideia junto com a minha comunidade aqui onde eu vivo para criar um espaço para trabalhar com reuniões, roda de conversa, oficina, repasse de conhecimento da cultura através dos mais velhos para os mais jovens, né? Então foi aí que criou o Centro Cultural Indígena Paiter Wagôh Pako, do qual eu tô à frente de trabalho aqui onde eu vivo.

Então o centro cultural (Figura 2) é um espaço que hoje tem uma estrutura que está localizada a 450 km da capital de Rondônia, Porto Velho, e 47 km da cidade de Cacoal. E ela é um local afastado



Figura 2. Imagem aérea do Wagôh Pakob (A) - Arquivo: Gasodá. Mapa de Localização do Wagôh Pakob Surui (B), 2021.

da aldeia Paiter cerca de 1 km, e está localizada às margens do rio Guapó, que é um dos afluentes da bacia que passa aqui dentro do nosso território, a Terra Indígena Sete de Setembro.

Aqui uma imagem aérea de onde o centro está localizado. Nós temos dois alojamentos, um auditório, uma cozinha e um refeitório. Essa nossa estrutura hoje e aqui do lado mostra o mapa de localização de como está o Centro Cultural hoje.

Etnoturismo Wagôh Pakob

Como eu falei a princípio, quando nós criamos o Centro Cultural a gente começou a trabalhar com o fortalecimento da nossa cultura. Hoje, como nós estamos vivendo no século 21 em plena época de tecnologia muito forte né, então nós Paiter dentro do nosso território, temos energia elétrica, acesso à internet para facilitar nossa vida né! Para que a gente possa ter diálogo com outras aldeias, com outros povos vizinhos, ou de outros estados, com parceiros de luta dentro do nosso município, estado, ou no Brasil ou exterior.

Então hoje, nós povos indígenas temos acesso a tudo isso né... com frequência a gente posta os nossos trabalhos que a gente vem desenvolvendo aqui na nossa aldeia nas páginas de Facebook, Instagram, WhatsApp. Hoje o que nós fazendo dentro do nosso território é muito visível, é muito fácil de ser mostrado para fora. Antigamente não era assim, era muito difícil o contato com as pessoas de fora.

Então o trabalho de fortalecimento da cultura, repasse de conhecimento através dos mais velhos para os jovens, a gente foi criando páginas do nosso trabalho na internet, Facebook, Instagram, e começamos a divulgar as nossas oficinas, as nossas rodas de conversas, nas páginas das redes sociais. Isso tudo, com a força da tecnologia, que se expande rápido para o mundo.

Com isso, a gente foi aos poucos recebendo pessoas querendo conhecer o nosso espaço e nosso trabalho. E até que em 2018 a gente abriu o Centro Cultural para visitação devido a muita demanda e pessoas querendo conhecer o nosso espaço.

Então nesta foto que voc es estão vendo, fica a entrada do nosso Centro Cultural (Figura 3), do nosso espaço que a gente chama de Wag oh Pakob que significa a força da natureza. Então essa   a imagem do Centro Cultural, de como está lá no meio da floresta.



Figura 3. Centro Cultural Wag oh Pakob - Arquivo: Gasodá Surui, 2021

Nesse espaço a gente, hoje, além de trabalhar com a valorização da preservação da nossa cultura do nosso território, a gente também recebe pessoas que são como nós né, povos tradicionais, povos ribeirinhos, que têm contato com a natureza como nós povos indígenas.

Então, até como uma forma da gente conversar e dialogar para fortalecer a nossa luta, porque a gente sabe que a nossa luta é igual, então por mais que nós temos cultura diferente do outro a nossa luta é igual. Por isso temos que ter esse diálogo de construção para fortalecer. E ao mesmo tempo conhecer um ao outro de verdade. Até porque essa é uma maneira mais fácil e mais viável de a gente lutar junto; conhecer um ao outro primeiro né então é isso que nós estamos tentando fazer através do Centro Cultural, conhecer outros povos e outras comunidades, seja aqui de Rondônia mesmo ou de fora de Rondônia.

Através do Centro Cultural recebemos visitas de estudantes da escola pública e privada aqui do nosso município, também acadêmicos de vários cursos em várias áreas aqui no nosso município, também da rede pública privada do nosso município. Até porque o nosso município de Cacoal é um centro universitário, um polo Universitário. Aqui nós temos várias universidades públicas e privadas, então, muitos acadêmicos vêm visitar nosso espaço.

Por esse motivo recebemos visitas de pesquisadores também e turistas de modo geral que vêm de várias partes do Brasil e do mundo. Então durante esse tempo em que nós estamos atuando a gente já recebeu mais ou menos 15 mil pessoas, estudantes, acadêmicos, pesquisadores, turistas que sempre vem ao nosso estado e passa por aqui para conhecer o povo Paiter a sua cultura. Então, esse momento para nós é muito importante.

É o que eu sempre falo para as pessoas, que o Centro Cultural através do trabalho que ele vem desenvolvendo deu o resultado importante para nosso povo, principalmente para nós aqui da nossa Comunidade da Aldeia Paiter. Porque muitas pessoas próximas do nosso município não conheciam exatamente a nossa realidade, o nosso povo, apenas via em revistas, jornais, vídeo, que muitas das vezes não falava exatamente a nossa realidade que vivemos aqui.

Então o trabalho do Centro Cultural, através de visitação quebrou essa barreira, esse desafio. Hoje a gente traz pessoas para conhecer com seus próprios olhos para saberem quem é o povo Paiter, como eles vivem, o que eles pensam e como que ele pretende contribuir com o desenvolvimento do nosso país através da manutenção da floresta em pé.

Seja através da sua cultura através do seu cultivo de roças né, onde nós produzimos café banana, cacau e também trabalhamos com sistema agroflorestal, reflorestamento. Então hoje as pessoas veem isso com seus próprios olhos e já apaga aquela ideia de que o índio é incapaz, de que o índio é preguiçoso, de que o índio não faz nada e que não contribui em nenhum momento para o desenvolvimento do nosso país. Ou seja, que o índio é atraso para o desenvolvimento do seu próprio país.

Então muitas pessoas vêm ver isso com seus próprios olhos e já volta com a mentalidade diferente, então não é à toa aqui o nosso município de Cacoal e hoje você vê com facilidade produto cultivado aqui junto do nosso povo nas prateleiras do supermercado do nosso município, do nosso Estado, e até no Brasil.

Isso demonstra que o povo indígena é capaz, assim como qualquer um. Então é só uma maneira de nós buscarmos construir junto com a nossa comunidade e mostrar para as pessoas quem somos nós né! Porque a gente não tá aqui na aldeia para existir, só viver da caça, da pesca, a gente sonha muito mais do que isso. Então, esse é um pouco do trabalho do centro cultural que trouxe visibilidade do nosso povo para o mundo.

Estes são alguns serviços que nós oferecemos para nossos visitantes aqui no centro cultural Whagô Pakob. Hoje nós temos serviços voltados para atrativos naturais, como trilhas, banhos no rio Guapó e passeios de barco e atrativos culturais, onde o visitante pode ter a oportunidade de conversar com a gente e vivenciar um pouco a nossa cultura, o nosso dia a dia, podem ver também a exposição de artesanato.

A gente também aproveita as nossas estantes para mostrar um pouco da nossa cultura, do nosso

artesanato, o que nós fazemos através da floresta. O turista pode conhecer a comida e as bebidas do povo Paiter como a bebida chicha feita com produtos da roça como cará, mandioca, milho e batata.

Podemos fazer a pintura corporal nos nossos visitantes. Então esse é um pouco de muitos atrativos que a gente mostra aos nossos visitantes enquanto eles estão aqui conosco. Através do centro cultural que a gente vem desenvolvendo junto com nossa comunidade mostramos para as pessoas quem somos nós.

Porque o nosso trabalho de turismo não é apenas voltado para geração de renda mas sim com prioridade de fortalecer a nossa cultura, o nosso modo de vida, e ao mesmo tempo manter a nossa floresta em pé, e cuidar do nosso território, né? Porque ele tem um potencial muito grande para oferecer para nós e precisamos cuidar dela para que a gente possa continuar vivendo existindo e que possa alcançar com seus benefícios as nossas futuras gerações. Porque esse é o pensamento dos nossos povos indígenas, no nosso caso os Paiter Suruí: cuidar da nossa cultura, e cuidar do nosso território para que ele também possa servir os nossos filhos, nossos netos, e as nossas futuras gerações.

Por isso que nós temos que cuidar para eles, para que a floresta não possa ser extinta, ou acabada através de desmatamento, através de queimada, através da exploração ilegais dos seus recursos. Como no caso de extração de madeira e garimpo ilegais.

Nós temos muitas outras possibilidades, que a gente pode explorar ela de uma forma sustentável sem trazer risco e impacto para o nosso território, para nossa cultura, e ser mais feliz. Então é isso que nós sonhamos, é para o nosso povo, para nossa comunidade, então por isso que nós estamos sempre atentos acompanhando o mundo moderno, né? Principalmente as tecnologias que fazem parte dele e para que a gente possa também mostrar para o mundo quem somos nós e o que pensamos, e o que sonhamos, e de como que podemos contribuir com o desenvolvimento do nosso país.

Então, esse é um pouco do meu trabalho junto com minha comunidade, é isso pessoal! Muito obrigado pela oportunidade, pelo espaço e estamos aqui para qualquer esclarecimento e qualquer dúvida.

Oyexiener Paiter Suruí

Meu nome é Oyexiener Paiter Suruí, tenho 28 anos de idade, sou coordenador de turismo do território indígena Sete de Setembro do povo Paiter Suruí, sou engenheiro ambiental e faço parte das lideranças jovens de Rondônia.

Agora fica difícil de falar depois do mestre Gasodá, que explica perfeitamente nossos trabalhos e explica perfeitamente as nossas atividades de turismo e do plano de gestão.

Mas eu vou tentar complementar a fala dele, até mesmo porque a gente é do mesmo povo, que é da mesma família.

Ele já deu um contexto bem amplo sobre o que a gente faz aqui sabe? Nossa atividade, e eu vou tentar só complementar a fala dele que uma das coisas que as pessoas pensam que os povos indígenas são todos iguais, né? Que todos os povos indígenas pensam da mesma maneira, mas não é assim! Todo esse processo que o Gasodá explicou é uma característica única do Povo Paiter Suruí. Cada povo teve um contato de maneira diferente e tem uma ideologia diferente.

Então, dentro do nosso modelo de organização, como a gente vê o mundo dentro da gente, nós temos a nossa ideologia, entendeu? Pelo contato com não indígenas, por nossa história, foi essa atitude é essa tomada de decisão que os nossos líderes tiveram que não é a realidade de outros povos.

Têm povos indígenas que não têm nenhum pedaço de terra para plantar, para sobreviver! Isso que é uma injustiça gigantesca que existe no Brasil que povos originários não têm direito à sua terra. Isso daí, é uma coisa que me deixa muito triste! Eu já vi muitos indígenas na beira de BRs, sem casa, sem saneamento básico, sem saúde e educação, sem ter a oportunidade de sobreviver, né?

Então dentro desse plano de gestão, dentro disso tudo que falei, o povo Paiter Suruí, quer trazer essa reflexão junto, ele quer trazer essa visão do país Brasil, que a gente tem! Porque uma das coisas que a gente luta, é a de ser exemplo, de mostrar essa realidade, de mostrar que o povo indígena

faz parte da população brasileira e pode contribuir de várias formas, que na realidade a gente é muito discriminado. As pessoas têm preconceito por tudo! Que o indígena vive na floresta caçando, pescando e não faz nada e ganha dinheiro do governo!

Tudo uma ilusão fantasiosa da mente colonizadora! Hoje em dia os povos indígenas vivem no pedaço de terra, que o Estado é dono, não tem autorização de mexer de qualquer maneira. Têm indígenas que vivem em comunidades e não conseguem fazer um financiamento para produzir alguma coisa ou investir em alguma coisa, a maioria dos indígenas é agricultor, trabalha todo dia com inchada, com facão, em pleno século 21. Imagina que você ainda está trabalhando com ferramentas precárias para construir, para se alimentar, para sobreviver. Então as próprias políticas públicas do país oferecem plano direcionado aos povos indígenas de maneira para que eles consigam ter uma educação de qualidade, à saúde, com infraestrutura para se organizar?

O povo Paiter Suruí é um povo estratégico e organizado a partir das dificuldades que a gente aprendeu a lutar e buscar soluções. Com as nossas lideranças, conseguimos primeiro demarcar o território, a partir de muita luta. Imagina o contato com o não indígena? Como que foi para os mais velhos sobreviverem? Mais de 5250 pessoas, aquelas lideranças lutaram e conseguiram garantir o território que a gente vive hoje. E, elas são respeitadas e honradas pela juventude de hoje, que entende isso, sabe? O contexto histórico. É por isso que a gente respeita os nossos líderes hoje!

A nossa escolha pela liderança do povo Paiter é através da votação democrática dentro do território. O líder é eleito democraticamente a cada 4 anos, é eleita uma liderança geral dentro do território e essa liderança tem que propor o que ela quer construir, quais são as lutas que ela e o povo quer enfrentar. Qual é a visão de mundo que ela tem.

A partir disso, a comunidade se organiza em um período de 30 dias para fazer a articulação da eleição, como se fosse uma eleição para presidente do Brasil, mas dentro do território, sendo presidente do nosso território, das nossas políticas.

Hoje em dia quem é o atual chefe coordenador do território é o Almir Suruí, que é meu pai, ele que é o pai da Txai Suruí, a primeira indígena a falar em uma reunião da COP na abertura da COP. Então é uma luta que muitas pessoas não conhecem, muitas pessoas não entendem.

O que é muito importante de se falar aqui, como o Gasodá estava falando, é a importância da comunicação e da tecnologia para nosso povo. É uma ferramenta fundamental para trazer essa comunicação, esse diálogo. O que possibilita a gente hoje a chegar onde a gente chegou, a construir o que a gente construiu, com muita dificuldade, muita luta, mas sonhando alto, sonhando muito alto, porque tem uma realidade de um povo indígena que sobreviveu a um fim do mundo que foi o contato. De 5.000 pessoas em que somente 250 sobreviveram, e que hoje tem um território de 200 mil hectares, tem uma economia interna organizada, tem uma política interna organizada, de um líder e de vários jovens com formação acadêmica trazendo conhecimento para o território para fortalecer todo este contexto de gestão.

Contribuindo para a proteção do meio ambiente, sobre as mudanças climáticas, sobre uma economia sustentável, são vários temas que podem ser desfrutados através dessa estrutura que a gente construiu.

Eu fico muito feliz em poder falar sobre isso para universitários em que estão aprendendo sobre cultura sobre o ecoturismo. O ecoturismo vem diretamente em um único ponto dentro do plano de gestão. Que é o fortalecimento econômico através da sustentabilidade.

Como eu falei, não é todo o povo indígena que pensa dessa maneira, não é todo o povo indígena que age por várias variantes. Quando eu falei alguns não tem território, alguns não tem educação, alguns moram em regiões extremas! Existem povos indígenas isolados, no meio da floresta sem nenhum cuidado, sofrendo pressão de madeireiros, e garimpeiros que tentam invadir seu território.

A situação indígena é muito mais complexa do que a gente tá falando aqui. Há vários pontos que precisam ser discutidos e entendidos para que a gente possa trazer essa reflexão, porque as pessoas que estão assistindo aí quando a gente fala tá tudo certo tudo aqui no nosso território, mas que não é

a realidade do outro.

Aqui a gente tá trazendo as coisas positivas que a gente conseguiu fazer até hoje, mas que a gente tem que ter esse entendimento que essa é nossa realidade, mas existem outros povos que estão sofrendo muito no Brasil.

Puxando para nossa vivência aqui, eu sou um engenheiro ambiental, coordenador do Turismo aqui do território Paiter Suruí, sou responsável pela página de comunicação no Instagram, postamos sobre a nossa vivência, sobre os nossos trabalhos, também publico muito no nosso site. Construímos aqui no território o complexo turístico Yabanab que é um complexo turístico mais sofisticado, diferente do da proposta do Gasodá, que traz uma vivência cultural mais tradicional uma coisa mais dos antigos.

O complexo turístico que a gente desenvolveu é uma coisa mais moderna, que é outra visão, mas somando forças, trazendo novos temas, trazendo novas possibilidades. Se vocês tiverem oportunidade entrem na página do Instagram do Povo Paiter Suruí para conhecer mais sobre nosso território, e a página do nosso turismo é @turismopaiter. Lá você vai ver as fotos da nossa Pousada, do nosso Turismo, que como eu falei ela faz parte do fortalecimento econômico.

A importância de ter uma atividade que não seja apenas a roça, que não seja apenas aquele trabalho duro que você dá enxadada no sol quente, forçando de você ir caçar alguma coisa com a qualidade de vida a quem vive ali.

Queria falar da questão cultural, o que é cultura? Para gente um modo de ver nesse contexto de gestão e de ser um Paiter Suruí, né! Uma das coisas que a nossa gestão fala é que a cultura está em constante movimento, a cultura não é algo estático. Através do contato com outras populações, mais povos, a gente vai absorvendo o que tem de melhor para trazer para nossa cultura, para o nosso modo de viver. Então pensando a partir disso, o que é o melhor para gente? É uma estrutura que a gente consiga viver com qualidade! Por exemplo, praticamente as malokas eram no piso de chão com palha e tudo mais, não traz uma qualidade de vida que uma criança ou um idoso merece. Então hoje a gente pensa que é importante saber, de onde que a gente vê, qual é o modelo de estrutura e transformar aquilo em algo melhor, trazendo a qualidade e uma segurança para a população.

Então a gente soma o tradicional com o moderno olhando as estruturas e o modelo mais sustentável que traz uma maior qualidade de vida. Então, fizemos uma estrutura sólida que resista bastante tempo, que eu preciso de pouca manutenção. Assim, a gente fez essa estrutura que tem arquitetura e o modelo tradicional, mas ela foi feita de tijolo, cimento, tudo organizado para trazer esse conforto, segurança e qualidade de vida e é uma visão né? Isso não é todo mundo que pensa assim, tem povos indígenas que querem manter a sua tradicionalidade, que é estático ali na cultura dele, mesmo sabendo que isso é impossível né? Que a interação automaticamente vai mudando, mas eles ficam presos no sistema, porque é uma falta de conhecimento, é uma falta de uma liderança que traz essa transformação, são várias variantes também!

Mas voltando para o turismo. As nossas atividades, como o Gasodá também citou ali, trazem esse contexto de fortalecimento do centro cultural porque é uma oportunidade do mais velho e do mais jovem aprender, porque temos vários roteiros dentro do nosso território. É apresentação cultural, então a gente chama os mais velhos da comunidade para se apresentar ali; automaticamente os mais novos vão estar vendo a apresentação; tem dança, pintura e ali vai ter a oportunidade de ter esse esse diálogo entre os mais velhos e os mais novos.

Mostrar para quem vem de fora a nossa cultura, nossa língua, como que a gente viveu antigamente além de fortalecer a cultura, trazer essa reflexão do nosso trabalho que também faz parte do ecoturismo, é a nossa vivência! É o que a gente tá vivendo hoje, que é a nossa cultura hoje, então, hoje a gente é reconhecido pelo trabalho que a gente tem no café, a gente tem parceria com a 3 Corações e hoje a gente é conhecido como os indígenas produtores de café de qualidade.

Indígenas que vendem carbono, que também é uma opção a gente tem dentro do nosso plano de gestão para proteger a floresta. O etnoturismo é uma ferramenta fundamental para as populações que

vivem dentro da floresta, porque dentro disso abre um leque gigantesco para observação de animais, observação de aves, com a trilha dentro da floresta a gente pode usar para trilhas estratégicas, para a gente ficar monitorando nosso território.

Então a gente usa as ferramentas do ecoturismo desse trabalho para alimentar todo o sistema, que são necessários para a gestão do território.

Então as pessoas que trabalham dentro do roteiro turístico perto da Pousada, até um agricultor que leva as pessoas para ver a roça dele, apresenta o café, fala como é que colhe, como é que o trabalho, fala na língua do povo Paiter, conta a história. Ou é um caçador que anda na trilha junto com o pessoal para contar como os animais se comportam, como é que é que a gente trabalha ali na casa, como é que é o animal que a gente vai caçar, que até dentro da caça tem regras, tem leis, a gente não mata filhote. Procura não caçar no período em que os animais estão prenhos, no período de reprodução. Mais ou menos essa importância que tem o ecoturismo para o povo Paiter Suruí.

É importante a gente falar da educação, a educação nas escolas não foi feita para os alunos pensarem, para eles serem curiosos, para eles questionarem as coisas, principalmente as escolas não indígenas. É algo mais alienado, né? Então acho que a educação do Brasil, no modelo que foi construído a partir da segunda guerra mundial está todo pensado para que as pessoas saiam da escola, da universidade, direto para uma fábrica, que tem algum modelo de trabalho mais alinhado ao Estado, né? O Estado tem esta função de criar trabalhadores alienados, para te envolver na economia daquela maneira consumista.

Então, é interesse do Estado brasileiro trazer o ser humano que é crítico, que pensa e traz essa reflexão em que entende o mundo como ele deve ser entendido o ser humano para ser humano, né? Então esse é um déficit do nosso modelo de vida de hoje, o Estado que é construído para fortalecer o próprio Estado e não trazer benefícios para a população, quando você fala sobre essa questão de ignorância de não entender os outros povos, já me remete à educação do Brasil mesmo, né? A educação que o político e o governante trazem, que eles pensam. Então, é dever nosso trazer essa informação, a de você se questionar e trazer soluções para isso.

Tentar colocar pessoas que pensam dessa maneira lá em cima vai trazer realmente outro olhar ao nosso país, às nossas vidas, e eu acredito muito na globalização, a troca de conhecimento e cultura de povos diferentes.

Quando eu vejo países entrando em guerra, em conflito, discutindo como o nosso Presidente estava fazendo, criando conflito com vários outros países, outros povos, que traz um atraso para o nosso país, traz um atraso para o desenvolvimento do planeta todo. Por exemplo, se um país cria uma cura para uma doença e um outro país tem uma tecnologia diferente, somando aquilo, que traz o desenvolvimento para o planeta. E se eu estiver brigado com alguém ali eu não vou oferecer minha tecnologia, meu conhecimento e vai criar uma barreira que podia ser quebrada na globalização.

A gente tem uma universidade indígena, trazendo o conhecimento dos povos tradicionais de medicina, cultura, filosofia e religião e somando com a não indígena. Eu acredito muito nessa troca de conhecimento nesse modo de pensar. Esse é o meu ponto de vista da ignorância das pessoas mesmo, mas a gente tem que disseminar informação de qualidade. A gente, quando tiver oportunidade de falar desse tema, tem que falar com clareza, com propriedade mostrar de fato como que é.

Arquitetura geopoética como um conceito institucional: da Academia à Gestão Pública das Áreas Protegidas

Francisco Fernando Livino de Carvalho¹
Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano²

¹ MSc. Ecoturismo & Conservação. Analista Ambiental – ICMBio francisco.livino@icmbio.gov.br; ² Professora So PPGEC/UNIRIO luiza.ponciano@unirio.br

Introdução

A sociedade contemporânea encontra-se crescentemente apartada da Natureza, uma vez que desenvolve seus cotidianos e ritos em ambientes cada vez mais artificiais. Essa artificialidade ainda se exacerba na medida em que, além das referências naturais, se perdem as próprias sustentações culturais, fruto de uma globalização disseminadora de uma cultura fútil e homogeneizada (CRAPEZ, 2015; DANIEL, 2009; CALVO-MUÑOZ, 2014). Diante de tal cenário, a visitação em unidades de conservação (UC) se oferece como um caminho de reconciliação com o meio natural, o nosso berço, por meio de práticas que dissipam as fronteiras entre objetividade e subjetividade, entre investigação e encantamento, entre arte e ciência (CARVALHO, 2020). Faz-se necessário, entretanto, trabalhar por uma ressignificação das experiências, oferecendo vivências nos ambientes naturais e ofertando linguagens inteligíveis (TUAN, 2013) a um público majoritariamente cidadão, de modo a se facilitar a interlocução do visitante urbano com as paisagens naturais, trabalhando traduções e sínteses dessas paisagens, nas mais variadas linguagens (HANAI; NETO, 2006).

Neste sentido foram pesquisadas bases conceituais para uma Arquitetura referenciada nas paisagens naturais protegidas. Que se materialize como produto interpretativo em si, além de servir de palco e cenário para outros produtos e práticas, ajudando a estimular e qualificar o ecoturismo nos parques nacionais brasileiros. A ideia de palco e cenário se dá exatamente no sentido de remeter à Arte e à imagem poética, buscando oferecer uma Arquitetura que vá além de um mero receptáculo de paredes e coberturas para abrigar banheiros, recepções e exposições interpretativas. Ao contrário, o edifício em si, seus nichos e perspectivas, deve se oferecer ao visitante como uma ode à paisagem e à afetividade, por se acreditar que “só a imagem poética, em suas virtudes ontológicas, possui a capacidade de recompor a completude da existência” (CRAPEZ, 2015).

Da dissertação de mestrado intitulada “Varandarana, uma Arquitetura Geopoética: A importância da Arte para a gestão das áreas protegidas”, desenvolvida no âmbito do PPGEC/UNIRIO, resultou a institucionalização de uma filosofia de concepção arquitetônica para as unidades de conservação federais, algo inédito na história dos órgãos gestores por elas responsáveis, processo que é relatado neste resumo.

Material e Métodos

A metodologia proposta no “Roteiro Metodológico para Intervenções Arquitetônicas em Unidades de Conservação Federais (com ênfase nas edificações voltadas ao uso público)”, documento que foi oficializado pela Instrução Normativa Nº 11, de 22 de junho de 2022 (Figura 1), incorpora algumas inovações ao processo conceitual de arquitetura, de modo a especializá-lo e torná-lo capaz de atender às particularidades dos parques nacionais e demais reservas federais.

Conceber arquitetura para áreas ambientalmente protegidas, requer uma postura projetual diferenciada em relação à prática de se projetar para construções urbanas ou rurais. É necessário se

Citação: Carvalho FFL & LCMO Ponciano (2022) Arquitetura geopoética como um conceito institucional: da Academia à Gestão Pública das Áreas Protegidas. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 23-27.

Copyright: © 2022 Carvalho & Ponciano

ter a consciência de que o arquiteto está a intervir sobre uma área especialmente protegida por suas características ambientais, dentre as quais, muitas vezes, sua beleza cênica. Não se deve, portanto, querer impor à paisagem uma marca autoral, como uma bandeira de conquista fincada sobre o território. Ao contrário, o que se quer é a promoção de uma arquitetura que se curve em reverência à grandiloquência da paisagem natural e que esteja a seu serviço. Que se estruture pelas forças expressivas daquela natureza especial, de forma a ser capaz de se materializar como uma eclosão dela. Uma arquitetura que “brota”, ao invés de ser implantada, mas que, ao se mimetizar na paisagem, se destaca entre seus pares, como obra de Arte.



Figura 1. Capa proposta para o Roteiro Metodológico para Intervenções Arquitetônicas em Unidades de Conservação Federais (com ênfase nas edificações voltadas ao uso público).

Para tanto, busca-se inicialmente os alicerces teórico-metodológicos que disciplinarão o olhar, o pensar, o sentir e o produzir. Nesse aspecto a Geopoética de Kenneth White (1994; 2002), e suas traduções, principalmente em Crapez (2015) e Kozel (2012), assim como a Geografia Humanista de Tuan (2012; 2013), foram fundamentais para oferecer o amálgama que miscigena Arte e ciência, oferecendo os alicerces para trabalhar a Arquitetura como um produto da Interpretação Ambiental, conforme o entendimento do ICMBio (2018).

Resumidamente a metodologia se estrutura em:

- I. Preparar o solo (pesquisa bibliográfica e documental);
- II. Colher as sementes (**o conceito de visita técnica expandido à prática de uma “imersão Geopoética”**) - O fato é que para se interferir em áreas ambientalmente tão especiais é necessário lidar com fenômenos qualitativos que não podem ser apreendidos apenas pela razão. É o espírito do lugar, a sua alma, o seu Genius Loci (NORBERG-SCHULZ, 2006), que se precisa reverberar por expressões capazes de revelar os significados presentes de modo latente no ambiente dado.
- III. Regar a terra (compilação de referências artísticas): “Na arte nada se cria, tudo se copia”. É a vivência com a arte é que fornece vocabulário para a expressão artística. Tais obras de arte vão sendo corporificadas de forma empírica ao longo da vida, no “pensar-sentindo”¹ que alicerça a presente metodologia.
- IV. Podar a planta (o exercício da síntese): qualquer produto interpretativo requer o exercício de se passar da análise à síntese, pois se faz necessário “buscar um misto de êxtase estético e lógico” (PEREZ, 2008).
- V. Colher os frutos (a obra Geopoética): a materialização do projeto em si, aqui tratando especificamente de arquitetura, mas aplicável a diversas outras linguagens artísticas capazes de elaborar produtos interpretativos.

Produtos e Aplicabilidade

O processo 02070.025422/2021-22 (SEI ICMBio) foi instaurado em novembro de 2021 para a oficialização de um processo que começou a amadurecer tão logo se encerrou a licença obtida pelo autor para a realização do mestrado profissional no PPGEC. Por meio de articulações internas, justificando-se como uma devolutiva do benefício concedido pelo Estado, deu-se início à sensibilização do corpo diretivo do ICMBio por meio de uma apresentação feita em Brasília para a presidência do Instituto, no dia 06 de julho de 2021. A apresentação ofereceu um resumo da dissertação aprovada meses antes, defendendo a necessidade da institucionalização de um conceito de arquitetura que fosse além do que sempre se fez para os parques e reservas federais do país, ampliando o alcance da linguagem arquitetônica e contribuindo para a comunicação de uma missão institucional à sociedade.

Notável destacar a afirmação do então Presidente Substituto, Marcos Simanovic, semanas depois alçado à condição de Presidente que exerce até o presente, de que a apresentação feita havia mudado totalmente a sua concepção de arquitetura institucional, trazida da doutrina militar², pautada na padronização. Seduzido pela proposta da arquitetura “como uma eclosão da paisagem” (CARVALHO, 2020). Determinou que se iniciasse com brevidade as tratativas para a formalização da proposta. Participou também da reunião a chefe da Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST).

A partir de então o texto oriundo da pesquisa de mestrado foi passando por adequações necessárias a fim de conduzir sua linguagem, até então mais acadêmica, para um formato mais institucional chegando ao produto final que foi oficializado por meio de Instrução Normativa específica.

Dentre os principais conceitos trazidos pela Instrução Normativa N° 11, de 22 de junho de 2022³, merecem destaque:

¹ Expressão colhida em um seminário de cultura luso-brasileira, na Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense, nos anos 90.

² O Presidente Marcos de Castro Simanovic é Coronel da Polícia Militar Ambiental de São Paulo.

³ Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/06/2022&jornal=515&pagina=76&totalArquivos=107>

Art. 3º A elaboração de projetos de arquitetura para as unidades de conservação federais deverá ser regida pelos seguintes princípios:

I - Refletir as ambiências locais de cada unidade de conservação específica, considerando como referências de linguagem plástica os seus aspectos ambientais e paisagísticos particulares e relevantes, tais como: geologia, geomorfologia, vegetação fauna etc. buscando conferir à arquitetura elementos de mimetismo e camuflagem;

II - Considerar os aspectos da arquitetura vernacular regional e da arquitetura bioclimática como referências linguísticas e tecnológicas, na medida do possível;

III - Considerar as demandas sociais envolvidas tanto em relação às de uso, quanto às de expressões culturais;

IV - Induzir a percepção de uma linguagem institucional arquitetônica por meio da padronização de conceitos. São estes conceitos que levarão à heterogeneidade de resultados plásticos que se requer, resultante das diferentes ambiências paisagísticas do país;

[...]

Art. 4º São diretrizes para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos:

I - Explorar o potencial da arquitetura de agregar atratividade turística ao destino;

[...]

Art. 8º. IV. §1º Todas as demandas de projetos de infraestrutura devem ser conduzidas (elaboradas, coordenadas ou supervisionadas) pelo SEINFRA, incluídas aquelas custeadas por Compensação Ambiental ou Concessionários. [...]

Além de estabelecer a obrigatoriedade de referências pautadas nas especificidades de cada unidade de conservação atendida, levando à “reverência à paisagem” pretendida, a IN traz para a plena governança institucional a concepção de projetos, algo que historicamente sempre esteve pulverizado entre consultorias diversas, processo incapaz de produzir uma linguagem institucional própria.

Considerações Finais

Do lúdico da arte pura (poemas, fotografias, audiovisuais etc), à arte aplicada da arquitetura; Das salas da universidade ao órgão público gestor das unidades de conservação federais.

Por meio da Geopoética, Varandarana conduz a academia à gestão governamental, apostando na promoção do encantamento como uma política pública para a conservação da natureza.

Referências Bibliográficas

- CALVO-MUÑOZ, Clemente. Niños y Naturaleza, de la teoría a la práctica. Medicina Naturista, Zaragoza, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4847929.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- CARVALHO, Francisco Fernando Livino de. Varandarana, uma Arquitetura Geopoética: A importância da Arte para a gestão das áreas protegidas 2020. 346 p. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) -
- CRAPEZ, Pierre. Imagens da cidade e Geopoética. 2015. 316 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- DANIEL, Taunay Magalhães. A Epistemologia, o Documentário e o Papagaio: Elementos para análise de documentários da vida selvagem. 2009. Tese (Doutorado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284672>. Acesso em: 13 jun. 2019.

- HANAI, Frederico Yuri; NETTO, Joviniano Pereira da Silva. Instalações ecoturísticas em espaços naturais de visitação: meios para propiciar a percepção e a interpretação ambientais. OLAM Ciência & Tecnologia, Rio Claro, dezembro 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268379759_instalacoes_ecoturisticas_em_espacos_naturais_de_visitacao_meios_para_propiciar_a_percepcao_e_a_interpretacao_ambientais. Acesso em: 7 fev. 2019.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais. Brasília: [s. n.], 2018. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.
- KOZEL, Salete. Geopoética das paisagens: olhar, sentir e ouvir a “natureza”. Caderno de Geografia, v.22, n.37, p.65-78. 2012.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ICMBio. Instrução Normativa N° 11, de 22 de junho de 2022. [S. l.], 22 dez. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/06/2022&jornal=515&pagina=76&totalArquivos=107>. Acesso em: 28/09/2022.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. O Fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.443-461
- PEREZ V. Piet Mondrian. Lume Arquitetura, 34. Disponível em: http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed34/ed_34_Piet_Mondrian.pdf. Acesso em: 25/03/2020.
- SOARES, A. Soluções Sustentáveis: Construção Natural. Pirenópolis: Calango, 2007.
- TUAN, Y.F. Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência; Londrina: Eduel, 2013. 248 p.
- TUAN, Y.F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 342p.

Zona Oeste e Parque Estadual da Pedra Branca: um abismo entre conservação e Agenda ESG

Cleber Vicente Gonçalves Silva¹
Rodrigo Machado Vilani²
Maria Amalia Silva Alves de Oliveira³

1 Mestrando do PPGEC/UNIRIO, c.vicente@edu.unirio.br; **2** Professor do PPGEC/UNIRIO, rodrigo.vilani@unirio.br; **3** Professora do PPGEC/UNIRIO, maria.oliveira@unirio.br

Introdução

A sigla para Environmental, Social and Governance – ESG surge pela primeira vez em 2005 no relatório *Who Cares Wins*¹ produzido de forma conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, que deu origem ao Pacto Global e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS².

A ESG, portanto, surge no bojo do conjunto de iniciativas ambientais globais desencadeadas a partir da década 1970 – com a Conferência de Estocolmo, de 1972, como seu principal marco, e do desenvolvimento sustentável, conceito cunhado em 1987 por meio do Relatório Brundtland.

Simultaneamente à ONU/Banco Mundial, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP/FI, 2019) produziu o “Relatório Freshfield”, demonstrando a relevância para a avaliação financeira das questões ESG. A combinação desses dois relatórios deu origem aos seis Princípios para o Investimento Responsável - PRI³, que promove a integração da Agenda ESG na análise e tomada de decisões por meio de liderança inovadora, criação de ferramentas, orientação e engajamento⁴. (IRIGARAY; STOCKER, 2022; GONÇALVES, 2021).

Em tese, a Agenda ESG propõe uma resposta à necessidade de adequar os meios de produção, consumo e geração de capital de forma sustentável, equilibrada, não colocando em risco a manutenção de gerações futuras. Para Sion (2021, s/p) “a agenda ESG contribui para que as empresas reconheçam seu papel na proteção ambiental e na promoção de uma sociedade justa e equânime”. Entretanto, a realidade é bem mais dramática do que é percebido nas estratégias de propaganda das corporações globais.

O grande desafio é saber se uma empresa realmente cumpre com os princípios ESG, pois até o presente momento não existe nenhuma dinâmica comprobatória eficaz e a política de sustentabilidade adotada funciona à base da autorregulação, o que deixa brechas para empresas se venderem como sustentáveis e até desenvolverem boas e importantes ações, mas também contribuirão para grandes impactos ambientais e graves violações dos Direitos Humanos.

O mundo que conhecemos, a forma como geopoliticamente se organiza, segue uma ordem hierarquizada a partir das metrópoles como eixos centrais, reproduzindo formas de controle e poder, diferenciando as regiões centrais das zonas periféricas. A ocupação dos espaços não se dá de forma equânime e o acesso aos Direitos Fundamentais geram e reproduzem desigualdades (PEREIRA, 2022).

Reproduzindo essa lógica, o Estado do Rio de Janeiro representa um dos grandes eixos centrais no país, com oportunidades de emprego e condições para atrair novos investimentos, principalmente por ser um dos principais centros de produção e distribuição de bens e serviços para a mais importante

Citação: Silva CVG, Vilani RM & MASA Oliveira (2022) Zona Oeste e Parque Estadual da Pedra Branca: um abismo entre conservação e Agenda ESG. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 28-33.

Copyright: © 2022 Silva, Vilani & Oliveira.

¹ “Quem se importa ganha”.

² Para detalhes quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: <https://brasil.un.org/>.

³ Os princípios estão disponíveis em: <https://www.unpri.org/sustainability-issues/environmental-social-and-governance-issues>.

⁴ “O conceito de desenvolvimento sustentável agrega o desenvolvimento econômico, a conservação da natureza e a redução da desigualdade mundial como objetivos éticos comuns. O relatório Brundtland indicou que a pobreza dos países do Terceiro Mundo e o consumismo elevado dos países do Primeiro Mundo representavam as causas fundamentais que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, conseqüentemente, produziam graves crises ambientais.” (IRIGARAY; STOCKER, s/p 2022).

região do país, e seguindo esse padrão hierárquico, a zona oeste (ZO) da cidade, associada à região metropolitana contígua, se insere dentro da lógica exploratória proposta pelo capitalismo mundial (ACSELRAD et al, 2012), fazendo parte do quadrilátero localizado no raio de 500 km formado por São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, uma região que responde por 55% do PIB brasileiro, segundo a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, (CODIN, 2022) e concentra cerca de 75% da população estadual (FARIAS, 2020). Para o Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ, a ZO é a área que mais se expande no município, seja no número de domicílios urbanos, seja como sede de novos grupos empresariais e serviços prestados⁵ (CEPERJ, 2020).

Grandes empresas transnacionais do Distrito Industrial de Campo Grande, do Complexo Industrial de Santa Cruz e outras, todas relativamente próximas ao entorno do Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB⁶ são alguns exemplos de grandes corporações que se apresentam como sustentáveis e desenvolvem programas sociais e ambientais na ZO do Rio de Janeiro.

Entretanto, a concentração dessas grandes empresas e seus programas sociais e ambientais não impedem que a região sofra com alguns dos piores índices de desenvolvimento humano (FARIAS, 2020) e terríveis crimes ambientais estejam acontecendo atualmente, sem que nenhuma resolução no curto prazo esteja programada⁷.

O rio Cabuçu-Piraquê é um dos exemplos de degradação ambiental que acomete os rios que nascem no PEPB e sofre com a falta do compromisso ambiental na região, nasce na Serra do Lameirão e drena uma área de 108 km² de esgoto residencial e industrial, percorrendo vários bairros até desaguar na Baía de Sepetiba em estado de esgoto *in natura*. (GOUVEA, 2021).

Ao mesmo tempo, além dos interesses estratégicos políticos e econômicos (VERÍSSIMO; MOURA, 2021), a ZO do Rio de Janeiro se destaca por possuir 50% do seu território coberto por áreas verdes, principalmente concentradas no PEPB (SILVA; VICTÓRIO, 2021), que sozinho abriga 10% de toda área verde do município (VILANI, 2021).

A vantagem, diante da viabilidade econômica do grande potencial que o Ecoturismo representa como atividade comercial (VILANI et al, 2020; VILANI, 2021), por se tratar de uma região rica e diversa, é relativizada pela constante pressão ecológica⁸.

Apesar do termo ESG, utilizado desde a década de 1990 (SION, 2021), ser a palavra de ordem do momento no meio empresarial e ter seu conceito bastante popularizado, o que é constatado a partir dessa pesquisa sobre a prática de algumas empresas “sustentáveis”, causa estarrecimento, além de profundos traumas ambientais e sociais (DA MOTTA, 2018; FARIAS, 2020; GOUVEA; SANTOS, 2021; OLIVEIRA, et al, 2021; PACS, 2017; PEREIRA, 2020; SILVA, et al, 2019; TAVARES, 2021; VERÍSSIMO; MOURA, 2022; VILANI, et al, 2019; VILANI, 2017; VILANI, et al, 2020).

Material e métodos

Trata-se de resultados preliminares de pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO). Nessa etapa da pesquisa, adotou-se uma metodologia de pesquisa exploratória (GIL, 2002), com o objetivo de traçar um diagnóstico de

⁵ “Nesse sentido, o bloco de poder hegemônico no Brasil, composto por interesses empresariais relacionados à terra, ao comércio de dinheiro e às commodities – numa combinação do capital mercantil com o capital financeiro – exemplifica a capacidade de o capitalismo sofisticar os seus instrumentos de acumulação através da apropriação privada, desempenhando o Estado um papel protagonista no direcionamento da concentração dos recursos (BRANDÃO apud ACSELRAD et al., 2012, p. 169).

⁶ Avva Química, Cobremax, Dancor S.A. Denge, Flowserve do Brasil, RZK Química do Brasil, Ball Corporation, Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas, CLADTEK Do Brasil, Companhia Gerdal-Cosígua, Etex Group, Fábrica Carioca de Catalisadores, Grupo Opersan, Katrium Indústrias Químicas, Messer Gases Brasil, Nouryon Brasil, Oil States Brazil, Siderúrgica Ternium Brasil e Laboratórios Merck Brasil, entre muitas outras.

⁷ “É uma região situada em uma ampla e importante área de baixada, permeada por cursos d’água que dissecam seu relevo, os seus maciços costeiros, e que contempla baixos índices de desenvolvimento humano, como educação e renda...” (FARIAS, 2020, § 10)

⁸ Além da poluição provocada por indústrias na região, o PEPB sofre com constantes e frequentes incêndios florestais produzidos de forma criminosa por grupos milicianos ou de forma acidental, devido à cultura da soltura de balões e queima de lixo realizados pela população vizinha ao parque (FARIAS, 2020).

evidências e uma maior sustentação teórica sobre o tema. A pesquisa utilizou dados oficiais retirados dos sites da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, Instituto Estadual do Ambiente - INEA, Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ e no levantamento bibliográfico: o estado da arte sobre o PEPB, ZO do Rio de Janeiro, nas bases Periódico Capes, Scielo e Google Acadêmico, com a combinação das palavras-chave: (I) Parque Estadual da Pedra Branca; (II) zona oeste do Rio de Janeiro; (III) Agenda ESG; (IV) Conservação; (V) Sustentabilidade; buscando produções dos últimos cinco anos (2017-2022) e, dos resultados encontrados, 200 foram analisados a partir da aderência com a pesquisa em questão por meio da leitura dos títulos e resumos e 20 artigos/dissertações/teses foram selecionados como base para produção da reflexão proposta.

Uma análise comparativa entre os dados e os diferentes exemplos de casos encontrados nos textos selecionados, possibilitou a construção de um panorama da realidade da ZO do Rio de Janeiro, sua grande relevância ambiental, importância estratégica econômica/política e dos problemas sociais e ambientais, que são agravados ano após ano, há décadas, apesar da aderência ao discurso da prática da sustentabilidade.

Resultados parciais

Os primeiros resultados da pesquisa apontam para um conjunto de ações antrópicas que geram pressão ecológica no PEPB e seu entorno como: i. a caça; ii. extração ilegal de animais silvestres e plantas nativas; iii. derrubada e queimada da cobertura verde; iv. expansão desordenada de favelas; v. especulação imobiliária; vi. descumprimento de normas legais por empresas e grandes condomínios; vii. despejo de esgoto doméstico e industrial in natura nos rios da região, com impacto na Baía de Sepetiba, Lagoas de Jacarepaguá, Tijuca e praias da ZO (SILVA; VICTÓRIO, 2021; IWANA et al, 2014).

Especificamente no tocante aos impactos derivados das atividades industriais, faz-se necessário um esforço no sentido de fiscalização e controle, em particular quando encontram-se localizadas próximas a áreas protegidas ou ecossistemas frágeis. Concordamos que “com todas as idiosincrasias, um padrão industrial que preze minimamente o uso racional da natureza é decididamente melhor que um modelo sem quaisquer preocupações ambientais” (OLIVEIRA, 2020, §51). Diante de um cenário político-institucional desfavorável para a proteção ambiental, a Agenda ESG deverá superar desafios para tornar real, concreto e efetivo o termo sustentabilidade empresarial.

Considerações finais

A partir das diretrizes gerais da Agenda ESG e do contexto conflituoso existente na ZO do Rio de Janeiro, identificamos que é fundamental e urgente uma mudança estratégica na sua implementação.

Com base na pesquisa realizada no PEPB e seu entorno, enfatizamos que é preciso olhar para o futuro, pensar em perspectivas e possibilidades sem esquecer as lições aprendidas do passado e sem perder a dimensão da urgência do presente. A lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (INEA, 2022) permite diversas e dinâmicas possibilidades de parcerias entre universidades, governos e empresas em benefício das Unidades de Conservação e da sociedade como um todo, respeitando as necessidades e a voz das comunidades locais, modos de viver tradicionais, que serão impactados por uma nova organização mercantil e social. Esse artigo reforça a necessidade de que é preciso avançar em uma agenda que promova o equilíbrio entre aspectos sociais, ambientais e empresariais de forma responsável, não demagógica e propõe aprofundar uma reflexão sobre a necessidade da regulação e monitoramento das empresas que se apresentam aderentes à Agenda ESG.

Por fim, apontamos para a construção de uma governança ambiental que requer uma mobilização multissetorial com a questão ambiental sendo tratada de forma transversal no âmbito das políticas públicas, in casu as do estado e do município do Rio de Janeiro, de forma a construir um ambiente participativo onde seja assegurado o protagonismo nos processos decisórios aos coletivos,

movimentos sociais e associações de moradores do entorno do PEPB, bem como assegurados assentos para a gestão do Parque e instituições de pesquisa com atuação na região.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H.; et al. Desigualdade Ambiental e Acumulação por Espoliação: O que está em Jogo na Questão Ambiental? E-Cadernos CES, n. 17, p. 164-183. 2012. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.
- BARATA, P H A. A produção da cidade como negócio: os novos produtos imobiliários no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. Espaço e Economia, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15756>. Acesso em: 10 set. 2022.
- CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro. Oportunidades de Investimento. Disponível em: <https://www.codin.rj.gov.br/negocios>. Acesso em: 05 set. 2022.
- CEPERJ - Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Regiões do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.ceperj.rj.gov.br/?page_id=262. Acesso em: 12 nov. et. 2021.
- DA MOTTA, J W B. Os dilemas da cidade empreendedora: Estado, mercado e regimes territoriais em favelas da zona oeste do Rio de Janeiro. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 29, n. 2, p. 307-329, 2018.
- FARIAS, H S de; et al. Vulnerabilidade socioambiental no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: estratégias de prevenção a riscos. Espaço e Economia - Revista brasileira de geografia econômica. Ano IX, número 19. Editora Núcleo de Pesquisa Espaço & Economia - NUPEE, 2020. Parágrafos 1-121.
- FISHER, M. Realismo capitalista. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GIL, A C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, I C. Trilogia ESG: Origem, Passado e história. Jornal Ambiente Mercantil. Edição on-line março de 2021. Disponível em: <https://noticias.ambientalmercantil.com/08/03/2021/trilogia-esg-origem-passado-e-historia/>. Acesso em: 05 set. 2022.
- GOUVEA, L P de S.; SANTOS, E de O. Vulnerabilidades e Impactos Socioambientais da Urbanização no Rio Cabuçu-Piraquê, Zona Oeste, RJ. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n 21, jul. dez., p 225-242, 2021.
- INEA, Instituto Estadual do Ambiente. Parque Estadual da Pedra Branca. 2022. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-pedra-branca/>. Acesso em: 03 set. 2022.
- IRIGARAY, H A R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. Editorial Cadernos EBAPE.BR, v. 20, n 4, Rio de Janeiro, jul. ago. 2022.
- IWAMA, A. Y.; LIMA, F. B.; PELLIN, A. Questão fundiária em áreas protegidas, uma experiência no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), Rio de Janeiro, Brasil. Sociedade & Natureza, v. 26, n. 1, p. 77-93, 2014.
- OLIVEIRA, L D de; GERMANO, A L N; PINHO, M A do E S. Crise, desenvolvimento e território: reflexões sobre o extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n 18, Rio de Janeiro jan-jun. p 42-62, 2021.
- OLIVEIRA, L D de. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica, Ano IX, n. 19, parágrafos 1-51, 2020.
- PACS; JUSTIÇA GLOBAL. Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA. 1 ed. Rio de Janeiro, PACS e Justiça Global, 2017.
- PENA, R C.; et al. Patrimônio e plano de manejo: reflexões a partir do Monumento Natural dos

- Morros do Pão de Açúcar e da Urca. Caderno Virtual de Turismo, v. 22, n. 1. p. 77-87, 2022.
- PEREIRA, T C G. O processo de produção de uma injustiça ambiental e seus impactos: o caso do CTR Rio em Seropédica. Espaço e Economia - Revista brasileira de geografia econômica, n. 19. Ano IX, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.16546>. Acesso em: 12 set. 2022.
- PACTO GLOBAL. 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Organização das Nações Unidas. 2015. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 06 set. 2022.
- PRI - Principles for Responsible Investment, UNEP-FI; United Nations. 12 p, 2019. Disponível em: <https://www.unpri.org/sustainability-issues/environmental-social-and-governance-issues>. Acesso em: 24 set. 2022.
- ROCHA, L de M; MOTTA, J W B da. Entre luzes e sombras: o Rio de Janeiro dos megaeventos e a militarização da vida na cidade. INTERSEÇÕES, v. 22 n. 2, p. 225-248, 2020.
- SANTOS JÚNIOR, V J dos; SALDANHA, C; VILANI, R M. Não Existe Futuro Sem Partilha: Pensando os Serviços Ecossistêmicos Culturais em Unidades de Conservação e Práticas Religiosas de Matriz Africana no Brasil. 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/348787294>. Acesso em: 10 set. 2022.
- SANTOS JÚNIOR, V J dos; MACHADO, C J S; VILANI, R M. Turismo e práticas afro-religiosas em unidades de conservação: uma relação conflituosa? Revista Ibero-americana de Turismo- RITUR, v. 11, Dossiê Especial, p. 297-321, 2021.
- SILVA, H S da; MACHADO, C J S; VILANI, R M. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o Descumprimento dos Preceitos do Desenvolvimento Sustentável e da Justiça Ambiental. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science. v.8, n.3, set-dez. p. 313-337, 2019.
- SILVA, L F da. Relações Públicas e Sustentabilidade Empresarial no Brasil: uma análise a partir das diretrizes atuais ESG e Agenda 2030. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação, Artes e Design. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- SILVA, L T de M da; VICTÓRIO, C P. Áreas verdes na Zona Oeste do Rio de Janeiro: patrimônio ambiental de Mata Atlântica. Meio Ambiente (Brasil), v.3, n. 1, p. 112-136, 2021.
- SION, A O.; et al. A regulamentação da biodiversidade à luz dos critérios ESG. Revista Consultor Jurídico, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-02/opinio-regulamentacao-juridica-biodiversidade-brasil-luz-criterios-esg>. Acesso em: 08 set. 2022.
- TAVARES, T R R. Da Responsabilidade Social Corporativa ao ESG: A prática espacial da Siderúrgica Ternium para ocultação do sofrimento ambiental em Santa Cruz-RJ. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Outubro de 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SAL118_ID220602112021185718.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.
- TERNIUM BRASIL. Sustentabilidade: motor para desenvolvimento e inovação. Disponível em: <https://br.ternium.com/pt/sustentabilidade/meio-ambiente>. Acesso em: 15 set. 2022.
- VERÍSSIMO, T N de S.; MOURA, E P de. Impactos socioambientais e educação ambiental: breve debate a partir do exemplo da Ternium Siderúrgica em Santa Cruz - Rio de Janeiro. Espaço e Economia 22, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/21275>. Acesso em: 05 set. 2022.
- VILANI, R. M.; MATIAS, I. O.; SILVA, F. F. Mineração, riscos e região: reflexões sobre a Bacia Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. Petróleo, Royalties e Região, v. 16, artigo 5, 2019.
- VILANI, R M.; SOUZA, J. B. de. Parque Nacional da Tijuca: Ecoturismo e Plano de Manejo. Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social: Repensando os

- paradigmas institucionais da conservação. Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, UFF. Niterói, p. 1555-1574, 2017.
- VILANI, R. M.; PENA. R. C.; SIMÕES, B. F. T. Ecoturismo no Pós-COVID-19 no Parque Nacional da Tijuca e Parque Estadual da Pedra Branca. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 13, n. 4, p. 671-688, 2020.
- VILANI, R. M.; OLIVEIRA, M. A. S. A.; VILANI, S. M. A.; MACHADO, C. J. M. Pós-extrativismo e devastação socioambiental na Bacia do Rio Doce: Ecoturismo como alternativa econômica. *O Social em Questão*, v. 23, n. 48, p. 143-164, 2020.

A árvore no meio da rua: Ecoturismo e Educação Ambiental em Paquetá

Alessandra Bruno¹
Daniel Fonseca de Andrade²

¹ Mestranda em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO), alebrunocla@gmail.com; ² Professor do PPGEC/UNIRIO, daniel.andrade@unirio.br

Introdução

O arquipélago de Paquetá é um dos 160 bairros da cidade do Rio de Janeiro, localizado ao fundo da Baía de Guanabara, formando em toda a sua extensão territorial a Área de Proteção do Ambiente Cultural, APAC – PAQUETÁ, que pelo Decreto nº 17.555 de 18 de maio de 1999, reconheceu a importância histórico e cultural do balneário carioca.

O bairro assistiu, no último quarto do século vinte, a decadência ecossistêmica do seu entorno, tendo no derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), de propriedade da Petrobras, em 2000, o principal referencial histórico de decadência deste cenário bucólico e peculiar da paisagem carioca.

Objeto

Nesse cenário de degradação socioambiental, a pesquisa qualitativa tem o objeto da investigação, a importância dada pelos moradores do bairro ao seu singular conjunto arbóreo, tendo como embasamentos teóricos-conceituais a Educação Ambiental Revolucionária e o turismo de base comunitária.

O conceito de turismo de base comunitária, será orientado a partir de perspectivas do sentido de proximidade (BARTHOLO; 2009), focado na pactuação negociada de compromissos coletivos em um território, sem menosprezar a importância das condutas humanizadas

O conceito de Educação Ambiental Revolucionária subsidiará o estudo a partir da necessidade de transformação dos territórios; nas formas de viver, ser e estar no planeta de maneira mais integrada e holística (CAPRA, 2006), produzindo de forma crítica (FREIRE; SHOR; 1986) sociedades sustentáveis e afetivas (SORRENTINO; 2013).

Objetivos

Contribuir para o turismo de base comunitária com o desenvolvimento de práticas inovadoras em educação ambiental revolucionária na Ilha de Paquetá a partir de alguns espécimes arbóreos.

Materiais e Métodos

Para a produção de dados serão usadas duas técnicas qualitativas (TRIVIÑOS, 1987): a revisão bibliográfica integrativa sobre os conceitos de Educação Ambiental Revolucionária, e de turismo de base comunitária e a realização de entrevistas semi estruturadas, aplicadas a um conjunto de 10 moradores selecionados do bairro de Paquetá.

Para a sistematização do material recolhido pelas entrevistas, será utilizada a análise de conteúdo (BARDIN; 1977) para uma leitura aprofundada do material coletado.

Citação: Bruno A & DF Andrade (2022) A árvore no meio da rua: Ecoturismo e Educação Ambiental em Paquetá. Ecoturismo & Conservação 3(2) p. 34-35.

Copyright: © 2022 Bruna & Andrade

Propostas de produtos técnicos:

I- Construir ferramenta pedagógica (c circuito turístico) baseada na educação ambiental revolucionária e no turismo comunitário a partir de alguns espécimes arbóreas de grande valor cultural, histórico, afetivo e/ou ambiental;

II- Sistematização e tratamento das entrevistas semiestruturadas para contribuição da memória social do território;

III- Produção de um vídeo, com relatos de memórias de moradores com suas árvores afetivas;

IV- Livro infantil baseado na história real do baobá João Gordo.

Considerações finais

As desigualdades socioambientais presentes em nossa cidade apontam à necessidade de pesquisas científicas que instrumentalizem à busca por justiça sociambiental. Contudo, as emergências de nosso tempo podem e devem ser pautadas por caminhos além do pensamento cartesiano, considerando aspectos não explicitados na superfície da realidade social. Desta maneira, constitui-se de grande relevância pautar iniciativas nos moldes da Educação Ambiental Revolucionária, considerando seus aspectos culturais, históricos e afetivos para a promoção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, D. F.; SORRENTINO, M. Da gestão ambiental à educação ambiental: As dimensões subjetivas e intersubjetiva nas práticas de educação ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 8, n. 1, p. 88-98, 2013.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 2011.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; FERRARO JR., L. A. Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, 2005.
- SORRENTINO, M. et al. Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental. Em busca da sociedade educadora ambientalista. *Revista AmbientalMENTEsustainable*, Ano V, v. 1, 2010.
- TRIVINÓS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Sistematização de Ações de Educação Ambiental do Parque Estadual Cunhambebe

Hedinene Silva da Costa¹
Daniel Fonseca de Andrade²

1 Mestranda em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO), hedinene@edu.unirio.br; **2** Professor do PPGEC/UNIRIO, daniel.andrade@unirio.br

Introdução

O presente trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento no Parque Estadual Cunhambebe (PEC), a segunda maior unidade de conservação de proteção integral do Estado do Rio de Janeiro, localizada na região Sul Fluminense, sob a gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Sua composição territorial possui aproximadamente 38.053 hectares de área distribuída por três regiões político-administrativas do Estado do Rio de Janeiro: a Região da Costa Verde, incorporando parte dos municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis; a Região do Médio Paraíba, que inclui o município de Rio Claro; e a Região Metropolitana, representada pelo município de Itaguaí (INEA, 2015).

A realização de pesquisas em unidades de conservação (UC) favorece o fortalecimento dos seus programas de educação e interpretação ambiental, pode estimular a valorização do patrimônio histórico e cultural da região e colaborar com a divulgação destes espaços (INEA, 2022). Além disso, promove a integração dos visitantes e das comunidades que vivem no entorno, estimulando ações e reflexões sobre as questões ambientais inerentes ao uso desses espaços e a conservação da biodiversidade (MMA, 2006).

A pesquisa iniciou-se no final do ano de 2019, a partir de encontros acadêmicos na UC e diálogos com a equipe de guardas-parques (GP) e gestores do PEC, quando identificou-se a demanda de sistematizar as ações de educação ambiental (EA) do PEC.

O objetivo geral da pesquisa é colaborar com a construção de conhecimento de educação ambiental em UC, por meio da sistematização das ações de educação ambiental do PEC. Para isso, estabelecemos quatro objetivos: I) Identificar os tipos de pesquisas que são produzidas no PEC e analisar o enfoque de pesquisa atribuído para a Educação Ambiental e o patrimônio histórico e cultural encontrado no PEC; II) Levantar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no PEC; III) Verificar a conformidade das ações de Educação Ambiental em relação ao proposto no Programa de Educação Ambiental do parque; IV) Identificar como o patrimônio histórico e cultural é incorporado nas ações de Educação Ambiental.

Neste estudo de caráter exploratório, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa (MINAYO, 2015) e o uso de quatro técnicas de geração de dados: Revisão Sistemática Integrativa (RAMOS; FARIA; FARIA, 2014); Análise Documental (CELLARD, 2008), Observação Participante ((MINAYO; COSTA, 2019) e Entrevistas (POUPART, 2008).

A justificativa desta pesquisa apoia-se na valorização do patrimônio histórico e cultural como forma de historicizar a floresta, na importância de se aperfeiçoar os programas de educação ambiental em unidades de conservação, e cooperar com a gestão da UC, ao respondemos à demanda de sistematização das ações de educação ambiental do parque. O estudo pretende responder por meio de produtos bibliográficos técnicos e mapas, as demandas que foram identificadas a partir de diálogos com guardas-parques e gestores da UC. Destaca-se que a pesquisa possui autorização do INEA e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Além disso, está inserida no projeto institucional “Educação, Arte e Tecnologia” do Programa de Pós-Graduação de Ecoturismo e Conservação, na linha

Citação: Costa HS & DF Andrade (2022) Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Sistematização de Ações de Educação Ambiental do Parque Estadual Cunhambebe. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 36-38.

Copyright: © 2022 Costa & Andrade

de pesquisa de Gestão de Áreas Protegidas, com o objetivo de desenvolver propostas pedagógicas para áreas naturais e contribuir para a elaboração e ou aprimoramento de políticas públicas de educação ambiental não-formal.

Resultados

Em resposta ao objetivo I, um levantamento bibliográfico integrativo foi realizado na base de dados Google Acadêmico, e gerou nove categorias de pesquisas que são realizadas no PEC: biodiversidade, geoconservação, serviços ambientais, gestão de UC, patrimônio histórico e cultural, conflitos, recursos hídricos, uso público, educação ambiental. Ainda, foram identificadas a escassez de estudos na área de educação ambiental e patrimônio histórico e cultural no PEC, e lacunas como a falta de recursos humanos e financeiro para dar continuidade a projetos de educação ambiental nas escolas do entorno. Este objetivo já foi concluído e seus resultados podem ser vistos em Costa e Andrade (2022).

Em relação ao objetivo II, com a aplicação da análise documental sobre documentos do PEC, foi possível tabular dados de 178 relatórios de ações de educação ambiental desenvolvidas no parque entre os anos de 2014 a 2021. Os relatórios foram acessados em duas etapas distintas: inicialmente os arquivos que estavam digitalizados e armazenados nos computadores da sua sede e, posteriormente, através do arquivo físico, ambos com o auxílio dos guardas-parques da UC. Os dados foram armazenados em uma planilha geral e em seguida foram elaboradas 12 tabelas com os dados, caracterizados por listas de presenças com nome dos participantes, identificação do público, local e data de realização da atividade. A tabulação dos dados apresenta lacunas entre os anos de 2015 e 2016, decorrentes de problemas estruturais na sede do PEC que ocasionaram a perda de computadores e arquivos físicos.

O uso da técnica de entrevista complementa os dados que não foram gerados na análise documental e responde o objetivo III. Até o momento foram realizadas quatro entrevistas com professores das escolas do município de Mangaratiba que participaram das ações de educação ambiental do PEC, cujos dados estão sendo transcritos. Ainda, realizamos duas entrevistas com guardas-parques e um gestor do PEC, que colaboram para o entendimento do histórico da educação ambiental no PEC, de como o seu patrimônio histórico e cultural é incorporado nas ações de educação ambiental, e aspectos da execução das ações de EA que não estão registrados em documentos.

A Observação Participante (OP) foi utilizada para responder o objetivo IV, ainda em andamento. A técnica foi empregada durante a participação em atividades que compõem o calendário de atividades institucionais do Parque, em um total de 15 encontros que somam 120 horas. Foi possível mapear 5 atividades que compõem o que nomeamos o Plano Básico de Educação Ambiental do PEC: Palestras com apresentação de dados gerais da UC; Palestras interativas e exposições de equipamentos de combate a incêndio e monitoramento ambiental; Interpretação Ambiental nas trilhas do Curumim e Ruínas; Plantio de mudas de espécies nativas e dispersão de sementes, exposição de animais silvestres e visita ao meliponário. Além disso, foi realizado o mapeamento das trilhas Curumim e Ruínas, com a finalidade de se identificar os aspectos patrimoniais e culturais na trilha. Cabe destacar que em maio de 2022 a trilha do Curumim foi ocupada, descaracterizada e inutilizada por um grupo de pessoas que reivindicava a posse do local e a gestão compartilhada da UC. No momento desta escrita, a área está sendo reflorestada.

A Trilha do Curumim foi considerada pela gestão do PEC a principal área de interpretação e educação ambiental na zona de amortecimento, e o principal acesso à Trilha das Ruínas, uma extensão da Trilha do Curumim, criada entre o ano de 2017 e 2018 após uma atividade de monitoramento ambiental, quando a equipe de GP encontrou ruínas de uma construção que pode ter sido um grande casarão com dois pavimentos, onde parte seria um lugar para armazenamento de escravizados. Durante o percurso da trilha encontramos espécies nativas da flora e fauna da Mata Atlântica e espécies exóticas. Além disso, fragmentos de janelas, escadas e paredes compõem o interior e surgem

com a vegetação. A trilha das Ruínas forma um dos principais atrativos em que a valorização do patrimônio é implementada nas ações de educação ambiental.

Resultados

As UC são instrumentos de gestão territorial e espaços potencializadores de transformação. A temática deste estudo não foi somente uma escolha, mas um exercício enquanto cidadã, pesquisadora e educadora, de ressignificar a minha prática profissional com a intenção de, ao mesmo tempo, colaborar com a gestão de áreas protegidas através da construção de conhecimento sobre educação ambiental, fortalecer o programa de educação ambiental da UC e através de práticas pedagógicas, estimular a sensibilização das comunidades do entorno. Para isso, está previsto a produção de produto bibliográfico técnico, mapas e material didático para a gestão do PEC e escolas do entorno. A expectativa é concluir a pesquisa até o segundo trimestre de 2023.

Referências Bibliográficas

- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- COSTA, H.; ANDRADE, D. F. de. As pesquisas no Parque Estadual Cunhambebe com destaque para a Educação Ambiental e o patrimônio histórico e cultural: resultados de uma revisão sistemática integrativa. Revista Brasileira de Educação Ambiental, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 79–95, 2022.
- INEA. Educação Ambiental: Conceitos e práticas na Gestão Ambiental Pública. Rio de Janeiro, 2014.
- INEA. Plano de Manejo do Parque Estadual Cunhambebe. Rio de Janeiro: INEA, 2015.
- MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; MINAYO, M.C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petropolis, RJ, Vozes, 2015.
- MMA. Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2006.
- POUPART, J. et al. Uma pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos , v. 2, 2008.
- RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 41.358, de 13 de junho de 2008. Cria o Parque Estadual Cunhambebe e dá outras providências.

Ecoturismo & Conservação e Permacultura: será que tem a ver?

Elias Ribeiro de Arruda Junior¹

¹ Doutor em Geologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

A Permacultura surge na década de 70, em resposta, e como sinal de resistência, frente ao cenário socioambiental negativo que vinha mostrando sinais severos de crescimento, agravado pelo crescimento populacional e industrial, êxodo rural, revolução verde e a explosão no uso de agrotóxicos. Salientando que esses fenômenos nocivos citados acima, tiveram início décadas atrás e vieram cada vez mais tomando grandes proporções em nível global. A revolução verde é exemplo de um desses fatos, que embora o título remeta a uma coisa positiva, o processo que o envolve não é nada animador, vindo com a agricultura industrial de alta produtividade em monocultivos, com alta dependência energética de adubos químicos e agroquímicos com a finalidade enganadora de “acabar com a fome no mundo”. Esses fenômenos criam uma crise ambiental antes sem cedentes.

Surge então o questionamento de que se isso teria solução ou pelo menos um freio para que essa crise não se agravasse ainda mais?!? Um ponto em comum dessa época até os dias de hoje é que a “Educação Ambiental” seria a única forma de diminuir os impactos causados por esses processos exploratórios, que parecem ter vindo para ficar.

A Permacultura surge então na década da 70, na Austrália, idealizada por **Bill Mollison**, naturalista, biogeógrafo, professor de psicologia ambiental na Universidade da Tasmânia e **David Holmgren**, estudante de Design Ambiental na escola de Educação Avançada da Tasmânia, orientado de Bill Mollison e desenvolveu seu TCC com o tema “Permacultura - uma história pessoal”. Bill e David entraram numa imersão de estudos sobre possíveis soluções para essa severa crise ambiental, chegando ao ponto de David ir morar com Bill e sua esposa por um ano, para estudar, praticar e experimentar a Permacultura. Os dois saem então da academia e passam a disseminar as ideias mundo afora. Bill entra com seu conhecimento prático de campo, agricultura e natureza e David enriquece com seus conceitos humanos e de planejamento.

Hoje, pode-se perceber a necessidade de alguma solução a essa crise socioambiental, que as vezes nos parece utópica. Existem várias iniciativas e ferramentas no intuito de trazer um bem viver para os povos do mundo, onde podemos citar como uma dessas ferramentas com grande potencial para essa solução é a Permacultura.

O termo Permacultura surge, no seu início da junção dos termos “agricultura” + “permanente”, presando o estudo de cultivos com baixa dependência de insumos externos, sem venenos, com baixa erosão e aumento da biodiversidade. Nos anos 80 a Permacultura muda seu conceito de Agricultura Permanente para “cultura” + “permanente”, defendendo sistemas habitáveis de forma sustentável, envolvendo fatores sociais, econômicos, sanitários, ecológicos, habitacionais, entre outros, para desenvolver uma verdadeira ciência holística para o planejamento de ambientes.

Nesse sentido, uma definição atual e de construção coletiva do termo Permacultura pode ser visto como “*Uma ciência socioambiental de planejamento de assentamentos humanos autossustentáveis, que evoluem naturalmente em relacionamentos dinâmicos e renováveis com o ambiente ao seu redor*” (NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC, 2022).

Para que esses preceitos definidos pela Permacultura possam sair da utopia é necessário um

Citação: Junior ERA (2022) Ecoturismo & Conservação e Permacultura: será que tem a ver? Ecoturismo & Conservação 3(2) p. 39-47.

Copyright: © 2022 Junior

repensar dos nossos hábitos de vida, de valores e de hábitos de consumo. Para isso, foram pautados três princípios éticos fundamentais a serem seguidos.

São eles, o **cuidar da terra** (com um aspecto mais ambiental, que pode ter duplo sentido, terra como solo e Terra como planeta), **cuidar das pessoas** (o aspecto mais social da Permacultura) e **cuidar do futuro** (tem mais a ver com os aspectos econômicos, partilha justa, partilha dos excedentes, inclusive dos conhecimentos).

Segundo Holmgren (2022a), as éticas da Permacultura foram elaboradas a partir de uma investigação sobre a ética de comunidades, evidências de culturas que tem existido em equilíbrio com seu ambiente, por um período maior que as civilizações mais recentes. Isto não significa que deveríamos ignorar os grandes ensinamentos da modernidade, mas para a transição para um futuro mais sustentável, necessitamos considerar os valores e conceitos fora da norma social atual.

Esses fundamentos éticos são melhor entendidos a partir da figura 1, a seguir.

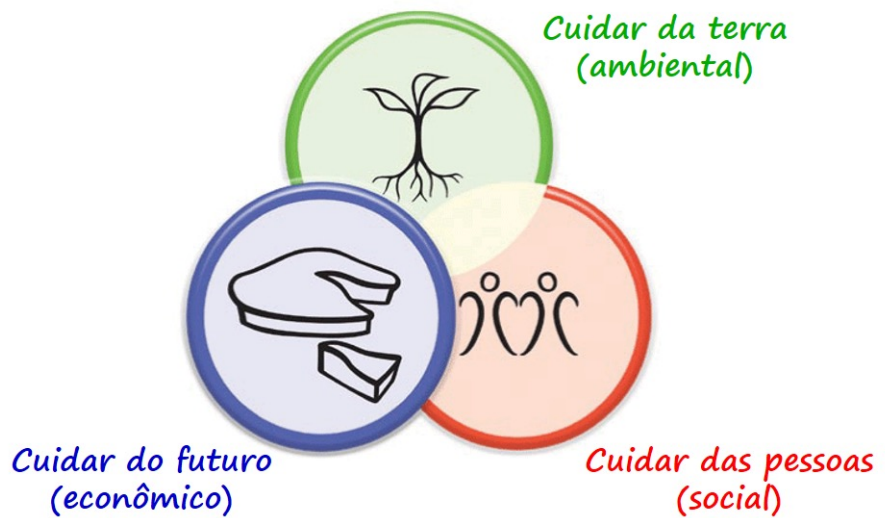


Figura 1. Fundamentos Éticos da Permacultura. Fonte: Modificado de HOLMGREN, 2022a.

A jornada da Permacultura inicia-se com as Éticas e os Princípios de Design e se move através de etapas chaves necessárias para criar uma cultura sustentável. Estas etapas estão conectadas por um caminho evolutivo em forma de espiral, inicialmente em um nível pessoal e local, para depois evoluir para o coletivo e global. Alguns dos campos específicos, sistemas de desenho e soluções associadas ao uso generalizado da Permacultura podem ser vistos nas pétalas da Flor da Permacultura (HOLMGREN, 2022b).

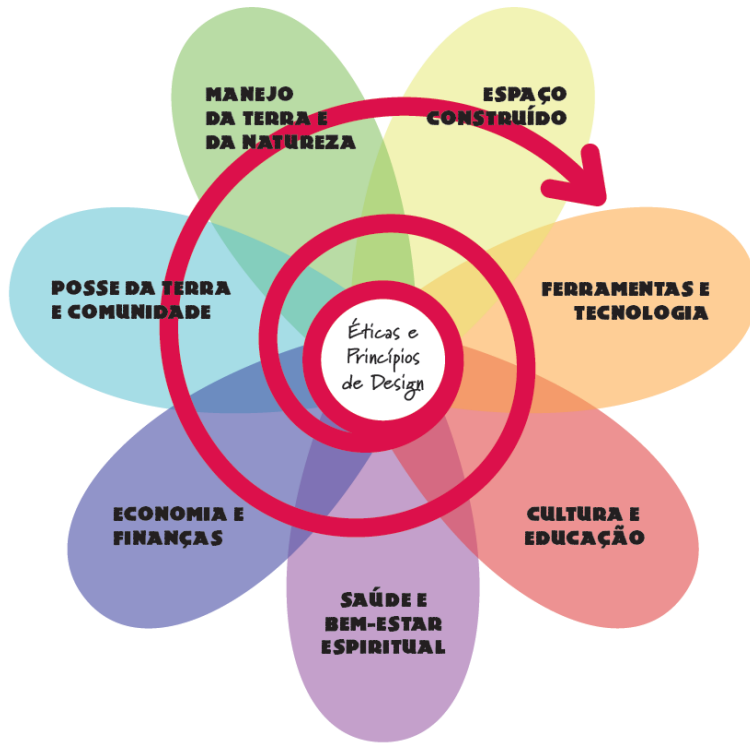


Figura 2. Flor da Permacultura. Fonte: HOLMGREN, 2022b.

Depois disso esses conceitos sofreram um processo de evolução, onde se desdobram nos princípios de design ou seja aplicação prática no planejamento desses ambientes sustentáveis.

David Holmgren (2022a) então sistematizou a Permacultura em doze princípios de desenho em Permacultura, que são ferramentas para perceber, que quando usadas todas juntas, nos permitem desenhar nosso entorno e nosso comportamento num mundo de baixo consumo de energia e recursos. Estes princípios são universais, alguns dos métodos usados para expressá-los variam muito de acordo com o lugar e situação. São relevantes para nossa re-organização pessoal, econômica, social e política como demonstra a flor da permacultura. Os fundamentos éticos da permacultura (centro) são guias para o uso desta ferramenta de desenho e asseguram seu uso adequado. Cada princípio pode ser considerado com uma porta de entrada ao pensamento sistêmico integrado, provêm de diferentes perspectivas e pode se considerar em diferentes níveis de aplicação. A figura 3 mostra os Princípios de Design da Permacultura. Maiores detalhes a cerca de cada um dos princípios podem ser consultados em (HOLMGREN, 2022c).

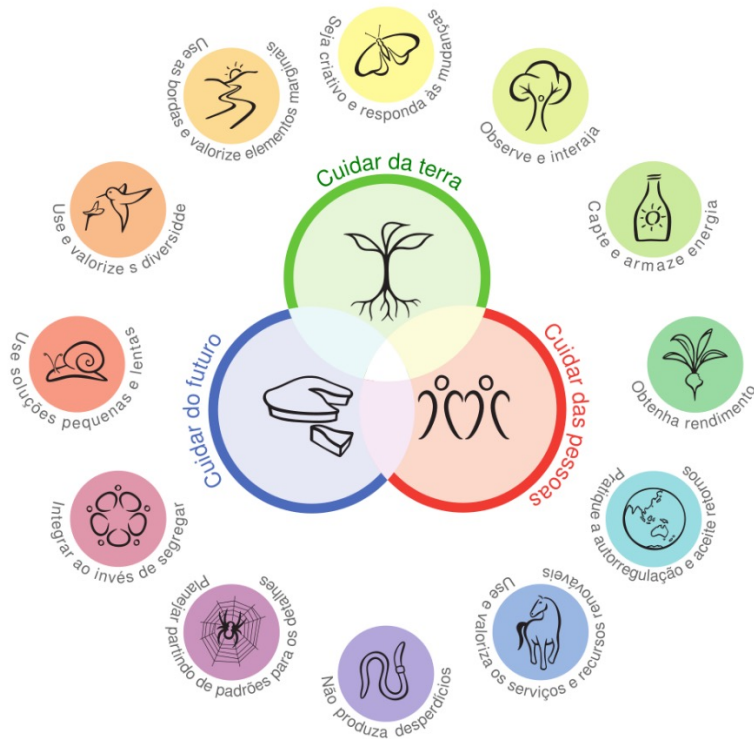


Figura 3. Flor da Permacultura. Fonte: HOLMGREN, 2022c.

A aplicação de toda essa sistematização da Permacultura tem um grande poder de organização e transformação nos ambientes, sejam eles rurais ou urbanos, de forma a melhorar a qualidade de vida, trazendo a sustentabilidade e bem estar humano em lugar de destaque para os que neles habitam.

A seguir, algumas aplicações práticas dos Princípios da Permacultura no design de locais sustentáveis.

Saneamento ecológico: A Permacultura prevê formas de saneamento sem contaminação dos lençóis freáticos e cursos d'água através de vários tipos de sistemas inteligentes, simples e econômicos, tais como: círculo de bananeiras, biodigestor, BET (bacia de evapotranspiração). Outra forma muito eficiente de saneamento com zero impacto é o banheiro seco, onde além do descarte correto dos resíduos, ainda prevê um poderoso composto orgânico para uso na adubação.



Figura 4. Banheiro seco construído para o II Encontro de Agroecologia da UFF. Foto: Elias Arruda.

Manejo das águas: Sistemas de recuperação e preservação das nascentes são implementados por métodos simples, eficientes e de baixíssimo custo, como o sistema Caxambu, figura 5.



Figura 5. Sistema Caxambu para recuperação e preservação de nascentes. Foto: Elias Arruda.

Outra forma de manejo das águas é a realização de captação e armazenamento das águas da chuva.

Energia e renovável: existem várias formas de captação de energia elétrica de forma sustentável, entre elas as MCH (micro central hidroelétrica) que geram energia a partir de pequenos cursos d'água; os painéis fotovoltaicos que geram energia a partir da radiação solar e as turbinas eólicas que geram energia a partir dos ventos. Ainda existe a possibilidade do uso de energia solar para aquecimento de água, que é um sistema bastante eficiente e com bom custo-benefício.

Produção de alimentos agroecológicos: talvez o maior símbolo da Permacultura seja a produção de alimentos sem insumos e defensivos químicos e de forma regenerativa para os solos, usando os princípios da agroecologia. A figura 6 mostra a produção de alimentos saudáveis numa horta mandala.



Figura 6. Produção de alimentos agroecológicos em sistema de horta mandala. Fonte: Elias Arruda.

Uma outra forma muito eficiente de produção de alimentos agroecológicos são os SAF (Sistema Agroflorestal), onde se consorcia hortaliças, frutas e árvores nativas num único sistema. Uma variação desse sistema é o Agrossilvipastoril que integra lavoura, pecuária e floresta, onde os animais podem fazer parte do sistema.

Bioconstrução: outro representante bastante simbólico de locais baseados em Permacultura são as habitações construídas com materiais da natureza e técnicas ancestrais, que são chamadas de bioconstruções. A arquitetura responsável por esse tipo de construção se chama bioarquitetura, que além de construir habitações orgânicas usa das técnicas da arquitetura bioclimática, onde não é necessário dispendir de energia em excesso para esfriar ou aquecer as habitações, usando os princípios presentes na natureza para esse fim. Exemplo dessas técnicas construtivas são: pau-a-pique, taipa de pilão, COB, Adobe, super e hiper adobe, construções em madeira e pedra, entre outras.

Recuperação de áreas degradadas: a Permacultura ainda recupera áreas degradadas através da regeneração do solo e plantio de florestas em locais com vulnerabilidade ambiental.

Gestão de resíduos sólidos: a gestão dos resíduos também tem papel fundamental na Permacultura, através da compostagem de resíduos orgânicos utilizando vários métodos, além da separação e destinação adequada para cada tipo de resíduo.

Organização social: também chamadas de estruturas invisíveis, são responsáveis pela gestão social, como exemplo disso, a organização de mutirões para execução de alguma tarefa ou serviço de forma coletiva, organização de compras coletivas, implementação de moeda social, entre várias outras ações.

Permacultura urbana: não é necessário ter uma propriedade rural para implementar um sistema permacultural, é possível praticar a Permacultura num sítio, numa cidade, num bairro ou até

mesmo dentro da sua própria casa ou apartamento. As práticas da Permacultura são aplicáveis em qualquer nível de sociedade, basta colocar em prática os princípios, onde em muito dos casos ela vira um estilo de vida dos Permacultores.

Os co-criadores da Permacultura sistematizaram também a forma de divulgação desses princípios, como uma maneira de “viralizar” os conhecimentos da Permacultura através de um curso padronizado mundialmente, com 72h e um currículo formatado, chamado **PDC - *Permaculture Design Course***, traduzido para Curso de Design em Permacultura.

Permacultura é resistência!

Ecoturismo e Conservação

Segundo o professor Zysman Neiman (NEIMAN, 2021) a partir da preocupação dos impactos negativos causados pelo turismo de massa que vem aumentando fortemente com o passar dos tempos, o Ecoturismo vem como uma evolução do turismo, presando atividades turística mas respeitando algumas éticas importantes no tocante a não degradação ambiental e social. O Ecoturismo tem como base um tripé de princípios básicos: Educação Ambiental, Benefícios as comunidades receptivas (comunidades tradicionais) e Conservação dos recursos naturais. Desses o mais sensível é a Educação Ambiental. Salienta que é muito difícil algum local que tenha implementado o ecoturismo e conseguiu compreender as três bases do tripé, onde o mais complicado de se implementar estão relacionadas as questões da educação ambiental. A figura 7 mostra o Tripé do Ecoturismo.

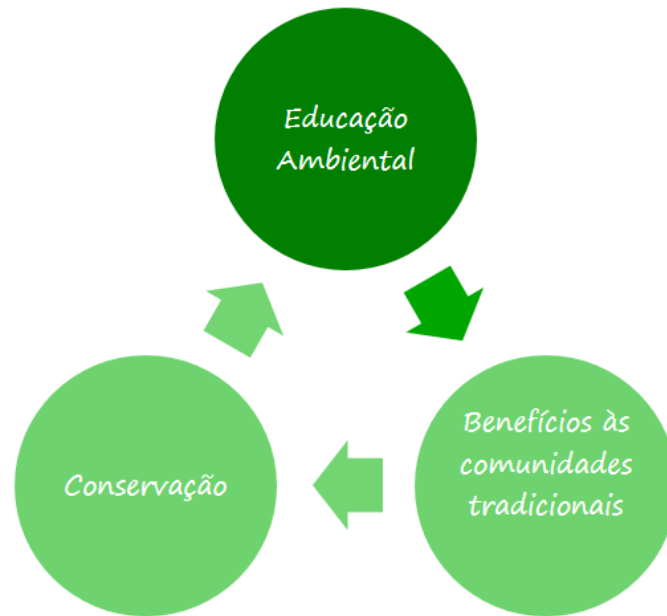


Figura 7. Tripé do Ecoturismo. Fonte: NEIMAN (2021).

Ainda segundo Neiman (2021), um ponto bastante crítico e que deve ter bastante atenção é a confusão dos termos “ecoturismo” x “turismo de aventura” (também conhecido como esportes radicais). Esses termos são em muitas das vezes confundidos como sinônimos, mas enquanto o Ecoturismo preza pelos três elementos presentes no tripé mostrado acima, o turismo de aventura não tem nenhuma preocupação com nenhum desses princípios.

O turismo de base comunitária surge para tentar resolver a questão dos benefícios para as comunidades tradicionais. Mas ainda falta a questão da educação ambiental.

O Ecoturismo de base comunitária e a Permacultura são totalmente compatíveis em seus fundamentos e ética, enquanto que o turismo de aventura e Permacultura divergem totalmente

ideologicamente.

Nota-se vários pontos em comum entre o Ecoturismo de base comunitária e Permacultura, entre eles, ambos nascem da resistência de alguma forma de vida equivocada e visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, tanto do ponto de vista ambiental quanto do social; Outro ponto em comum é a Educação Ambiental como foco principal. Nesse caso a Permacultura vem como uma ferramenta de grande valor para suprir as demandas de Educação Ambiental no Ecoturismo; Além disso, tanto a Permacultura quanto o Ecoturismo nasceram no Brasil nos bastidores da ECO92; A Permacultura e o Ecoturismo tem um planejamento que partem dos padrões gerais em direção aos detalhes, que inclusive é um dos princípios éticos da Permacultura.

É possível identificar várias atividades práticas do Ecoturismo que contemplam os princípios éticos, de design e podem ser identificados nas pétalas da Flor da Permacultura:

- Turismo de contemplação;
- Trilhas e caminhos;
- Mutirões de bio-construção;
- Visitas ecopedagógicas;
- Participação das atividades econômicas das propriedades permaculturais;
- Circuito de visitação entre propriedades vizinhas;
- Circuitos gastronômicos e/ou degustativos;
- Vivências permaculturais (propriedades rurais, urbanas ou Ecovilas);
- Cursos envolvendo práticas, entre vários outras...

Diante do exposto acima, fica muito claro a compatibilidade do Ecoturismo, principalmente no desdobramento do Ecoturismo de Base Comunitária, com a Permacultura, onde é possível passear pelas éticas e pelos princípios de design contemplando as ações do ecoturismo realizado de maneira consciente e justa.

Fica para nossa reflexão:

Se cada um fizer um pouquinho, não só contamina quem está perto, no bom sentido, como cada um está fazendo a sua parte.

Se muitos juntos fazendo isso, faz a diferença.

Se um dia, essas partes ficarem muito grandes, o problema estará resolvido.
(Mahatma Gandhi)

Referências Bibliográficas

- HOLMGREN, D. Éticas de Permacultura. Versão em Português (Brasil). https://permacultureprinciples.com/pt/pt_ethics.php. Acesso em: 7 dez. 2022a. https://files.holmgren.com.au/downloads/Essence_of_Pc_PT.pdf. Acesso em: 7 dez. 2022c.
- HOLMGREN, D. Flor da Permacultura. Versão em Português (Brasil). https://permacultureprinciples.com/pt/pt_flower.php. Acesso em: 7 dez. 2022b.
- HOLMGREN, D. Princípios de Design da Permacultura. Versão em Português (Brasil). <https://www.youtube.com/watch?v=pcZtm7MzPiQ>. Acesso em: 7 dez.
- NEIMAN, Z. Análise da evolução do Ecoturismo e outros segmentos derivados nos últimos 30 anos. Palestra proferida durante o II Seminário de Ecoturismo e Conservação – PPGECO – Unirio, 2021. Disponível em:

2022.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC. O que

é permacultura?. Disponível em: <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>. Acesso em: 7 dez. 2022c.

Leituras recomendadas

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GLIESSMAN, S. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. UFRGS, 2000.

HOLMGREN, D. Os fundamentos da permacultura. Holmgren Design. Tradução de Alexander Van Parys Piergili e Amantino Ramos de Freitas. 14p. Disponível em:

https://holmgren.com.au/downloads/Essence_of_Pc_PT.pdf. Acesso em: 26/08/2019.

HOLMGREN, D. Permacultura – princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

MCKENZIE, L. LEMOS, E. A Permaculture Guidebook from East Timor. 2nd edition. Permatil. 2008. 384p. Disponível em:

http://withoneplanet.org.au/downloads/pdfs/Permaculture_Guidebook_English.pdf. Acesso

em: 26/08/2019

MOLLISON, B. Permacultura: Designers Manual. Ed. Tagari. Austrália, 1999.

MOLLISON, B.; SLAY, R. M. Introdução à Permacultura. Tradução André Luis Jaeger Soares. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998. 198p. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199851>. Acesso em: 26/08/2019.

NETO, F.; NERY, D. Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil. text—[s.l.] Universidade de São Paulo, 26 maio 2017. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/en.php>. Acesso em: 26/08/2019.

Turismo por demanda: reflexões acerca das possibilidades do método etnográfico

Rodrigo Machado Vilani¹
Maria Amália Silva Alves de Oliveira¹

¹ Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO)

Apresentação

Temos uma enorme satisfação em apresentar nossas primeiras reflexões sobre o tema “Turismo por demanda” no III Seminário Ecoturismo e Conservação. Como docentes do PPGEC desde a proposta de criação deste curso de mestrado, vimos, ao longo desses anos continuamente refletindo sobre o papel da universidade, como um todo, e do nosso, em particular, no campo do ecoturismo e da conservação.

Ao lidarmos com fenômenos complexos que demanda análises multissetoriais e multiescalares decidimos situar nosso olhar para o território onde esses fenômenos estão materializados e, assim, nos voltamos definitivamente para os sujeitos neles envolvidos.

Dessa forma, encontramos e dialogamos com a proposta de Rita Segato (2013; 2012; 2006) acerca da antropologia por demanda e com a desobediência epistêmica de Walter Mignolo (2010; 2009). Segato, que se encontra em uma perspectiva crítica da colonialidade, defende uma Antropologia voltada para as demandas dos sujeitos que, em uma abordagem clássica, seriam considerados objetos de estudo. Já Mignolo aponta para a necessidade, não diferindo de Segato na essência da proposta, de rompimento com a epistemologia eurocentrada.

Adicionalmente, precisamos de uma epistemologia ‘nossa’, produzida a partir do Sul global. Isso porque, os “intelectuais eurocêtricos do Norte Global seguem se relacionando com o Sul como os missionários católicos do século XVI. Seguem pregando suas teorias para serem aplicadas sem mediação com realidades muito distintas daquelas onde ditas teorias foram produzidas” (GROSFOGUEL, 2012, p. 338).

Para essa empreitada nos filiamos ao pensamento decolonial, uma perspectiva crítica contra o sistema-mundo moderno/colonial e capitalista considerado o sistema estruturado a partir de 1492 com base na classificação social baseada na ideia de raça. Tal classificação legitimou a escravização e o extermínio de povos originários nas Américas e na África (QUIJANO, 2000; DUSSEL, 1993). A lógica da mercantilização de corpos e da natureza e de privatização do território reafirma que não há colonialidade sem violência, opressão, desterritorialização, apropriação e devastação ambiental (ACOSTA, 2016a, 2016b; SVAMPA, 2019, 2016; GUDYNAS, 2016; GROSFOGUEL, 2016; BALLESTRIN, 2013; QUIJANO, 2014; MIGNOLO, 2010).

As quatro figuras históricas propostas por Dussel (1993) - invenção, descobrimento, conquista e colonização do ‘Outro’ - retratam o mito da modernidade, considerado como a “imposição de um ideal de sociedade sobre os que são diferentes” (MIGNOLO, 2010, p. 33). Esse mito irracional justificou uma violência genocida e ecocida, e orientou o processo no qual o ‘Outro’ deveria ser conquistado, colonizado, dominado e convertido nos princípios do progresso e da modernidade, ou eliminado (MIGNOLO, 2010, p. 43).

Para propormos um novo encontro, consoante o reconhecimento das assimetrias constituídas secularmente no seio do sistema-mundo moderno/colonial e capitalista, precisamos encontrar um ‘outro norte’, nem eurocentrado nem moderno; indicado a partir de um diálogo intercultural das experiências latinas e brasileiras. E “qualquer diálogo intercultural tem que assumir que não vivemos

Citação: Vilani RM & MASA Oliveira (2022) Turismo por demanda: reflexões acerca das possibilidades do método etnográfico. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 48-52.

Copyright: © 2022 Vilani & Oliveira

em um mundo horizontal de relações culturais” (GROSFOGUEL, 2012, p. 340).

Portanto, um rumo “transmoderno [...] que significa o surgimento – como se a partir do nada – da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem os desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade euro-americana” (DUSSEL, 2016, p. 63).

A transmodernidade é um convite a pensar a modernidade/colonialidade criticamente, a partir de posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber e do ser. A transmodernidade envolve, então, uma ética dialógica radical e um cosmopolitismo de-colonial crítico. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 162).

Esse nos parece o porte, a extensão, a profundidade e o sentido dos desafios que se impõem ao turismo nesse momento para se decolonizar, ou seja, adotar um “pensamento crítico produzido a partir de epistemologias e cosmologias não ocidentais” (GROSFOGUEL, 2012, p. 356).

Algumas questões centrais surgem necessariamente. O que caracterizaria e qual seria a práxis do turismo por demanda? Não estaríamos, nesse percurso, falando de turismo comunitário?

Iremos, ao longo da nossa fala, trazer alguns elementos de resposta para essas perguntas que, em última análise, são as nossas próprias inquietações – ainda em construção – que nos trouxeram até aqui e esperamos contribuir para avanços futuros em um fazer dialógico, intercultural, diferente, diverso e decolonial.

Caracterizando o contexto das reflexões acerca do turismo por demanda

Tomamos como ponto de partida a crise e os retrocessos deflagrados pelo governo de Jair Bolsonaro nos campos ambiental, social, indigenista e agrário. A retórica nacionalista de Bolsonaro ao longo desses quatro anos esteve, na verdade, orientada por uma agenda ultraneoliberal e na divisão internacional do trabalho, i. e., em consonância e em benefício de grupos nacionais e internacionais ligados ao agronegócio, à bancada parlamentar ruralista, aos latifundiários, aos grileiros, aos madeireiros e aos garimpeiros (PEREIRA et al., 2021).

O pano de fundo de nossa proposta é a conjuntura de ataques à ciência e suas instituições; as ações e omissões que levaram a violências diversas contra povos originários, movimentos sociais e ambientalistas; a postura negacionista durante a pandemia que contribuiu para o elevado número de vítimas. Nesse cenário, nos propusemos a repensar nossos ‘fazeres’ à medida que identificamos e procuramos dialogar com diferentes movimentos de resistência que surgiam a partir da valorização de saberes ‘outros’ e utilizavam o turismo como prática social de mobilização e diálogo.

Aqui vale acentuar os debates ocorridos no âmbito do II Seminário Ecoturismo e Conservação “Caminhos do ecoturismo - pandemia e resistências”. Destacamos desse evento, as mesas redondas de maior aderência às reflexões aqui propostas: “Turismo da Reforma Agrária”, com Maria Celeste Lustosa e Priscila Araújo (MST); “Conflitos Ambientais e Sociedades de Risco”, com Cris Faustino, Raquel Giffoni Pinto (UFF) e Ivaneide Bandeira Cardozo (Mãe indigenista, historiadora, Coordenadora de Projetos da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé no estado de Rondônia)¹.

Nos colocamos no caminho proposto por Segato (2013; 2012; 2006) e Zhouri (2018) não apenas para compreender, discutir e apontar alternativas, mas também, e sobretudo, para nos inserirmos no conjunto de ações necessárias para superar a dura realidade imposta pela colonialidade do poder na América Latina e no Brasil, em particular.

Nos posicionamos em favor de uma agenda ambiental e multicultural propriamente latina

¹ V. canal do PPGEC no Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCF9c3Lkcx_kYZ2F4juGCPdg) e a Ecoturismo & Conservação (<http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/revista/numeros-especiais>).

e brasileira, diversa, transmoderna, contra-hegemônica com o protagonismo indígena, rural, quilombola e das comunidades tradicionais. Somos parte de uma frente ampla com sujeitos políticos, instituições de ensino e pesquisa e movimentos sociais assentada em valores não hegemônicos a fim de questionar, fazer resistência e mitigar os elementos que estruturam as crises em que estamos imersos.

Nesse contato, o turismo por demanda vem se somar ou, melhor dizendo, colocar saberes ‘outros’ à disposição das comunidades indígenas e rurais para a promoção e a realização das suas ações de receber turistas, apresentar e preservar seus territórios e seus etnossaberes. Não se trata, por consequência, de uma modalidade ou segmento de turismo, mas de uma imersão e de uma transformação na práxis científica, quiçá um novo método etnográfico.

Turismo por demanda ou comunitário: um esclarecimento fundamental

O giro decolonial tem se consolidado nas últimas décadas e, portanto, surge muito recentemente em relação às tradicionais e consolidadas escolas eurocêntricas. Essa singela pontuação histórica é fundamental para enfatizarmos que nossos esforços teóricos e metodológicos vão ao encontro de tantas inquietações na academia latina e brasileira que transbordam para essa via. Uma reflexão brasileira que trouxemos para ilustrar as dificuldades desse processo é a de Dulci e Malheiros (2021, p. 191) no sentido de que:

Pensar metodologias decoloniais é pensar outras ferramentas além das que hierarquizam e objetificam povos e vozes subalternizados e silenciados. Não por acaso, por todo o tempo, reafirmamos que as pesquisas não são neutras e que o conhecimento está hierarquizado a partir da “colonialidade do poder”. Esta é uma tentativa de tornar presente os caminhos do conhecimento que estão à margem, e questionar por todo o tempo, as metodologias nortecêntricas e suas linearidades.

Feita essa importante consideração inaugural, trazemos o conceito de turismo comunitário de forma a contextualizar o fenômeno do qual nos propomos a tratar:

toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

Maldonado (2009) pontua, na América Latina, o surgimento do turismo rural comunitário (TRC) em meados da década de 1980. Por um lado, o TRC atende à busca por experiências personalizadas, realizadas por pequenos grupos de turistas, junto a comunidades indígenas e rurais. Por outro, constitui tanto uma alternativa ao turismo de massa como contribui para a complementação de renda e superação da pobreza nas comunidades receptoras. Por fim, dada sua natureza onde o protagonismo das comunidades receptoras é o diferencial frente ao turismo convencional, está inserido entre “as estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais – parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura – na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade” (MALDONADO, 2009, p. 27).

Assim sendo, o turismo comunitário encerra um ‘outro’ modo de fazer turismo, menos mercantilista (no sentido eurocêntrico da apropriação de patrimônios) e mais profundo e real na

promoção do encontro com o 'Outro'.

O turismo por demanda se coloca nesse encontro à disposição para o diálogo intercultural e em permanente estado de motivação e sobreaviso. Mantém uma posição consciente de liberação e descolonização, no sentido proposto por Mignolo (2010). Ou seja, aproxima-se de um projeto de desprendimento da matriz colonial de poder e, para tanto, vem romper com a “lógica da colonialidade acomodada no pensamento único (a monocultura da mente)” e, assim sendo, vislumbrar estar na construção de “alternativas à modernidade (e não em modernidades alternativas)” e, por desdobramento, “tem por horizonte um mundo transmoderno, global e diverso (MIGNOLO, 2010, p. 24).

Considerações finais

Trouxemos, dentro da síntese proposta, o conjunto de elementos teóricos que nos guiou para novos olhares, pensares e fazeres em nossas práxis de investigação. No fenômeno que nos cumpre pesquisar, o 'outro' deixou de ser objeto da colonialidade do poder, do saber e do ser, e tornou-se sujeito, ativo e protagonista. Nesse processo, entendemos que a(o)s pesquisadora(e)s em diálogo com os saberes e fazeres 'outros' desobedecem a epistemologia eurocentrada, desafiam a modernidade, desenvolvem novas metodologias e epistemes desde el Sur.

Por fim, cumpre enfatizar que Turismo por demanda configura, encerra e enseja um novo modo de diálogo, inserção e participação de pesquisadoras e pesquisadores nesse insurgente fenômeno de encontros, diálogos e resistências que é o turismo comunitário indígena, rural, quilombola, caiçara, ribeirinho, entre tantas outras representações possíveis da brasilidade.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016a.
- _____. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b. pp. 46-85.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. Espirales, n. esp., p. 174-194, 2021.
- DUSSEL, E. 1492 – O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.
- GROSFUGUEL, R. Del “extractivismo económico” al “extractivismo epistémico” y al “extractivismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. Tabula Rasa, Bogotá, n. 24, p. 123-143, 2016.
- _____. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial. Contemporânea, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.
- GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 174-212.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009. pp. 25-44.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.;

- GROSGOUEL, R. (coords.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MIGNOLO, W. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.
- _____. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.
- PEREIRA, L. I.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. F. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. *Revista NERA*, v. 24, n. 58, p. 08-27, 2021.
- QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: CLACSO (Edit.). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. pp. 847-859.
- _____. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World Systems Research*, Pittsburgh, v. 6, n. 2, p. 342-388, 2000.
- SEGATO, R. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- _____. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, Coimbra, v. 18, p. 106-131, 2012.
- _____. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.
- ZHOURI, A. Produção de conhecimento num ‘campo minado’. In: ZHOURI, A. (org.) *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. pp. 8-27.
- _____; OLIVEIRA, R. 2013. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos. In: Feldman-Bianco, B. (org.). *Desafios da Antropologia brasileira*. Brasília: ABA, 2013. pp. 75-108.

História e Arqueologia da Floresta da Tijuca: histórias possíveis para o futuro

Camilla Agostini¹

¹ Núcleo de Estudos de Cultura Material - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo

Esse texto compartilha o conteúdo de uma palestra apresentada no evento *Parque Nacional da Tijuca e Museu Nacional: memória, resiliência e novos horizontes para a conservação*, em homenagem ao Museu Nacional após o desastre que sofreu com o incêndio de 2018. Compartilha extratos de pesquisa com um levantamento de potencial de pesquisa histórico-arqueológica no Parque Nacional da Tijuca. São definidas dez áreas que agrupam as ocupações históricas e arqueológicas na área do Parque, considerando seus proprietários, as ocupações com os tipos de construção e atividades empreendidas, e os espaços vazios. Esse mapeamento também ajuda na sugestão de caminhos para pesquisas arqueológicas considerando a história do Parque e para a gestão pública dos mesmos.

Palavras-chave

Parque Nacional da Tijuca; Arqueologia; Mapeamento

Abstract

This article shares the content of a lecture presented at the *Tijuca National Park and National Museum: memory, resilience and new horizons for conservation event*, in honor of the National Museum after the disaster that suffered from the 2018 fire. It shares research extracts with a survey of historical-archaeological research potential in Tijuca National Park. Ten areas are defined that group the historical occupations in the Park area, considering their owners, the occupations with the types of construction and activities undertaken, and the empty spaces. This mapping also helps in suggesting paths for archaeological research considering the history of the Park and for its public management.

Key-words

Tijuca National Park; Archaeology; Mapping

Introdução

Esse artigo é fruto de uma palestra apresentada no *7º Encontro de Pesquisadores do Parque Nacional da Tijuca – Parque da Tijuca e Museu Nacional: memória, resiliência e novos horizontes para conservação*, ocasião de homenagem ao Museu Nacional, após o desastre ocorrido em 2018. A edificação que abrigou a família real no Brasil queimou na sua integridade com um incêndio. O prédio, ele próprio, era testemunho de um período importante da história da cidade do Rio de Janeiro e do país. Abrigava inúmeras coleções históricas de inestimável valor, das mais variadas áreas

History and Archaeology in the Tijuca Forest: histories for the future

Correspondente:
camilla.rio.br@gmail.com

Citação: Agostini, C (2022) História e Arqueologia da Floresta da Tijuca: histórias possíveis para o futuro. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 53-64.

Recebido: 20 de março, 2022
Aceito: 3 de novembro, 2022
Publicado: 30 dezembro, 2022

Copyright: © 2022 Agostini.

do conhecimento, além de laboratórios de pesquisa, bibliotecas e programas de pós-graduação de reconhecimento internacional¹.

Dedicado à memória dessa perda, o evento foi realizado nas instalações do Parque Nacional da Tijuca (PNT), com a proposta de reunir pesquisadores que atuaram no Museu Nacional e desenvolveram alguma atividade associada ao Parque. Contribuindo com a proposta, retomo a palestra dessa ocasião, que foi um convite para um passeio no tempo.

Enquanto pesquisadores estavam encontrando peças nos escombros do Museu Nacional, ainda naquele ano de 2018, sugeri que imaginássemos papéis sendo encontrados preservados das chamas, em meio a estantes de ferro caídas, como um relatório de pesquisa esquecido em uma gaveta. Revisitar esse relatório, exatos vinte anos depois, foi reencontrar alguns caminhos sugeridos para pensar projetos de arqueologia no Parque Nacional da Tijuca, a partir de um levantamento histórico e arqueológico.

Segundo o levantamento realizado no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (MMA e ICMBio, 2008), o acervo arqueológico do parque conta com cerca de 150 sítios arqueológicos e cerca de 7.000 peças. Este acervo estaria sob a custódia do Setor de Arqueologia do Museu Nacional da UFRJ, em reserva técnica nas dependências do Parque. Portanto, salvo das chamas. As professoras Lourdes Lemos e Rhoneds Perez conduziram atividades relacionadas à arqueologia no Parque em relação a essa coleção, no início dos anos 2000 (BELTRÃO, SÃO PEDRO, LEMOS e PEREZ, 1997; LEMOS, PEREZ E BEZERRA, 2002), depois dos trabalhos pioneiros de Carlos Manes Bandeira, entre o final da década de 1960 e o ano de 1990.

O acervo é em sua maioria fruto das escavações realizadas por Manes Bandeira e sua equipe em ruínas de antigas edificações que existiram na área da Floresta durante os períodos colonial e do Brasil independente (BANDEIRA, 1962, 1964a, 1964b, 1965a, 1965b, 1965c, 1966, 1967a, 1967b, 1969a, 1969b, 1970a, 1970b, 1970/74, 1987, 1988, 1990, 1991). Os vestígios caracterizam-se por uma diversidade de materiais de uso cotidiano nas ocupações das serras próximas à cidade, especialmente a partir de 1808. Com a chegada da família real, a cidade do Rio de Janeiro passou a receber grande movimento populacional, quando a área onde hoje se situa o PNT abrigou aristocratas e uma burguesia emergente, tal como ressaltou Tania Andrade Lima em seus estudos sobre o Rio de Janeiro do século XIX, realizados na década de 1990 (LIMA, 1999), além de grupos escravizados, agregados, entre outros sitiantes.

A maioria das estruturas das antigas edificações já está bastante descaracterizada, sobrando-lhes apenas vestígios de alicerces, muros e ruínas de uma maneira geral. Outras, no entanto, ainda se destacam em meio à mata e guardam a memória de personagens e da própria história da cidade (AGOSTINI E BRADFORD, 1998).

Fazendas, sítios e chácaras cultivavam ali milho, mandioca, cana-de-açúcar, cacau, laranja, capim de Angola, além de chá (LEMOS, PEREZ e BEZERRA 2002). LEMOS, PEREZ e BEZERRA apontam ainda que chegou a acontecer a exploração de onze minas de ouro nas encostas do Morro do Elefante, além da criação de gado em pequena escala. Entre os cultivos destacou-se a produção do café, sendo considerado que ali teria ocorrido o 1º Ciclo do Café no Brasil. Os cafezais da Tijuca teriam servido como experiência para as plantations que vieram a se estabelecer na região do Vale do Paraíba, com grande prosperidade a partir de meados do século XIX (BRASIL, 1970).

Somando a essa economia que o Maciço da Tijuca abrigou, as serras cobertas pela mata atlântica foram amplamente utilizadas em atividades extrativistas como a da lenha e na produção de carvão (SALES e GUEDES-BRUNI, 2018). A atividade extrativista abasteceu a cidade que crescia no século

¹ Em Pires, 2017 são apresentadas os Departamentos e frentes de Pesquisa, além do valor histórico e dos acervos que incendiaram no ano seguinte à publicação – pode ser acessado em https://www.museunacional.ufrj.br/200_anos/doc/200_anos_do_Museu_Nacional.pdf

XVIII, e, principalmente, no século XIX. O impacto foi de grande intensidade, com ampla destruição da floresta, o que levou o Imperador a incentivar o reflorestamento da área, ainda nas décadas de 1860 e 1870, sob o comando do Major Archer (MAYA, 1967). O reflorestamento, pela sua gerência e antecipação, resultou hoje no retorno da vegetação de mata atlântica que cobre os maciços e passaram a ser protegidos pela legislação ambiental (ABREU, 1992; OLIVEIRA e CEZAR, 1992; OLIVEIRA et. ali., 1995; MMA e ICMBio, 2008: 207-208).

O conteúdo do levantamento histórico e arqueológico realizado em 1998, por mim junto com a arqueóloga e montanhista Kika Bradford, foi elaborado quando fomos bolsistas de aperfeiçoamento e de iniciação científica, respectivamente, integrantes da equipe da prof.a Tania Andrade Lima, no Museu Nacional. A tarefa era de fazer um levantamento sobre a ocupação histórica da área do Parque para a elaboração de um projeto de pesquisa arqueológica que seria implementado no local, o que infelizmente não veio a acontecer naquela época (AGOSTINI e BRADFORD, 1998). Atualmente, uma equipe de Arqueologia da UERJ, coordenada pela professora Gláucia Malerba Sene, retoma atividades arqueológicas, junto a programas pedagógicos na formação de graduandos em Arqueologia, com um projeto na ruína de Vila Rica.

À época, fizemos, para além de um reconhecimento do histórico da ocupação das Serras da Tijuca, da Carioca e da Gávea², a identificação em campo de estruturas, de acervo de materiais já escavados então disponíveis para pesquisa e, principalmente, um mapeamento de possibilidades de pesquisa, considerando as formas de ocupação do local, cruzando as informações históricas e arqueológicas.

Ainda que sejam apontamentos preliminares, compartilho esse esforço de pesquisa que não chegou a ser publicado anteriormente, na esperança de que possa inspirar colegas para o potencial de pesquisa histórica e arqueológica e caminhos para o Parque Nacional da Tijuca, para que gestores estejam sensíveis a esse patrimônio, suas possibilidades, necessidade de preservação e promoção de atividades entorno deles.

Os dados compartilhados aqui podem ser aprofundados ainda com informações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, publicado em 2008, com a ampliação dos trabalhos em arquivo, escavações arqueológicas, incluindo o mapeamento do setor Pretos Forros / Covanca, no Grajaú, que veio a ser definido como área do PNT apenas em 2004³.

Levantamento de potencial histórico e arqueológico no PNT

A vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro em 1808 foi um ponto de partida para uma série de transformações que vieram a ocorrer, não só na província, mas em todo o Brasil. Uma das medidas adotadas a partir de então foi, por exemplo, a lei de 25 de novembro de 1808, que autorizava a concessão de sesmarias a estrangeiros. O incentivo à entrada de estrangeiros europeus pode ser encontrado em muitas atitudes tomadas pelo governo ao longo de todo o século XIX (TAUNAY, 1945: 185-186).

É muito comum encontrar referências sobre ocupantes franceses ou ingleses nas Serras da Tijuca, Carioca e Gávea. De fato, a literatura da época oferece descrições riquíssimas desses proprietários e suas residências, assim como de europeus de outras origens. No entanto, na medida em que aprofundamos o estudo sobre essas ocupações, notamos que muitos dos sítios da região eram os próprios colonizadores portugueses ou brasileiros (AGOSTINI e BRADFORD, 1998).

Uma sugestão apresentada a partir da identificação das antigas ocupações na área do atual PNT seria a de associar os tipos de residência (chácaras, fazendas, alguns tinham apenas o terreno) com modos de vida; a relação que seus proprietários tinham com o próprio escravismo e com as pessoas que escravizavam, que, afinal, numericamente foram a maioria ocupante da área, fosse como trabalhadores nas fazendas e chácaras, fosse no extrativismo, ou quilombos na região (AGOSTINI e BRADFORD, 1998).

² Na época o quarto setor Pretos Forros / Covanca no Grajaú ainda não estava definido.

³ Segundo o site oficial do PNT, esse setor encontra-se em fase de recuperação ambiental, sem acesso ao público para visita. <https://parquenacionaldatijuca.rio/historia-do-parque-nacional-da-tijuca/>

Fontes históricas sobre a ocupação de D.V. Hogendorp oferece um bom exemplo da riqueza dos registros disponíveis sobre os ocupantes estrangeiros europeus em área que hoje está situado o Parque. A documentação informa desde detalhes da parte interna de sua moradia, até aspectos psicológicos do próprio morador, que residiu na Serra da Carioca apenas por cinco anos⁴. Como contraexemplo, pode ser lembrado o caso de D. Felizardina Tavares, suposta proprietária de muitos escravos e de uma grande fazenda na Serra da Tijuca, sobre a qual Manes Bandeira obteve informações importantes a partir de conversas com antigos moradores da vizinhança⁵. Mas, no entanto, sua propriedade não era visitada pelos naturalistas oitocentistas, assim como a de outros portugueses ilustres.

Sendo assim, de início, cabe ressaltar dois pontos. O primeiro no que diz respeito à ideia amplamente aceita de uma maioria estrangeira (não-portugueses) entre os proprietários que ocuparam a área do PNT no século XIX. Isto é, por interesses específicos da época, no que diz respeito à literatura oitocentista, e pela particular curiosidade de seus descendentes hoje, dispomos de uma rica documentação a seu respeito. Não obstante, houve um número de portugueses e de brasileiros bastante relevante entre os proprietários de terras e benfeitorias⁶. O segundo ponto é uma forma de preencher esta lacuna, ou seja, buscar fontes alternativas, como a história oral, juntamente com um levantamento massivo da documentação burocrática da época em arquivos, assim como os vestígios arqueológicos passíveis de serem recuperados em escavações que contam sobre práticas de consumo, padrões de comportamento e sobre o cotidiano de diferentes grupos sociais.

A preocupação com as origens desses proprietários, ou, em outras palavras, com a diversidade etnocultural de antigos ocupantes na área das serras do PNT pode ser um ponto particularmente interessante de pesquisa ao observarmos suas formas de lidar com o próprio sistema escravocrata em seus discursos e suas práticas cotidianas. Nesse sentido, conduzimos a pesquisa a partir de um levantamento preliminar de informações sobre os donos de terras, fazendas, sítios ou chácaras. Sobre a ascendência africana na ocupação dessas propriedades, seria necessário um levantamento extensivo em documentos relacionados ao extrativismo, documentação policial, inventários e lista de matrículas, além do próprio registro arqueológico que pode vir a dar grande e particular contribuição.

Um segundo aspecto que a pesquisa sugeriu foi o de considerar a ocupação da área do atual PNT, particularmente as serras da Tijuca e Carioca, durante o final do século XVIII e até cerca da metade do século XIX, dentro de um universo semi-rural – onde a relação com o centro urbano se dava de forma mais direta do que como ocorria com o meio rural propriamente dito, em função da proximidade, infraestrutura de acesso, um mercado sem intermediários e produção diferenciada. Essa categoria de semi-rural, inspirada pela professora Tania Andrade Lima, foi usada de maneira instrumental nesse trabalho, servindo para a análise combinada de fontes de diferentes naturezas (AGOSTINI, 2009; 2019)

Outros fatores nos levaram também a diferenciá-la de um ambiente rural estrito senso. Apesar de termos encontrado referências a algumas fazendas, isto é, uma unidade de configuração e produção tipicamente rural, a presença de numerosas chácaras ou sítios, que tinham como função servir de casa de campo, para temporadas, implica numa relação estreita com a cidade (HEYNEMANN, 1995; FERREZ, 1972; TAUNAY, 1945).

Esse ambiente semi-rural é diferenciado, por outro lado, de bairros residenciais próximos ao centro administrativo, ainda dentro da dinâmica urbana. Ou seja, onde se encontra uma maior concentração demográfica, grande variedade de atividades e intensa circulação de mercadorias,

4 IHGB – Lata 353 pasta 51 - Um holandês General de Napoleão Conde Dirk Van Hogendorp. O primeiro lavrador ilustre de café no Brasil. Por Yves G. Alves. Rio de Janeiro, 1965; Lata 560 pasta 21 - Coleção Instituto Histórico. Ligeiros traços biográficos de brasileiros nascidos no estrangeiro e de estrangeiros que serviram ao Brasil. s.a. s.d.; Lata 564, pasta 11- Cópia da carta do General Hogendorp comentando ter-se estabelecido no RJ fabricando e vendendo carvão e ter o Rei lhe concedido asilo; HOGENDORP, M. Mémoires du Général Dirk Van Hogendorp, Comte de Lémper. La Haye: Martinus Nijhoff, 1887. Para detalhes sobre documentação e a bibliografia consultadas para esse trabalho, ver Agostini e Bradford, 1998.

5 Parque Nacional da Tijuca – Relatórios de pesquisas realizadas por Manes Bandeira no Parque Nacional da Tijuca: IPHAN - Projetos e Relatórios: caixa 31.

6 Ibid.

ideias e pessoas. Sendo assim, as ocupações de chácaras e sítios, consideradas aqui como semi-rurais, também não são consideradas urbanas, estando fora de sua dinâmica cotidiana direta.

A floresta não apenas influenciava as condições de salubridade do Rio de Janeiro, mas era, ela mesma, um refúgio para escapar das doenças e do calor, o que estimulou a abertura de caminhos para a Tijuca, até então de difícil acesso. (HEYNEMANN, 1995). O que faz pensar na relação com a cidade e um novo “modo de vida burguês”, como vinha destacando a professora Tania Andrade Lima em finais da década de 1990, com suas pesquisas em Arqueologia Histórica (LIMA, 1999). Sendo assim, as Serras da Tijuca tiveram também outro uso: o recreativo, de lazer e descanso. Heynemann (1995: 148) define:

a possibilidade de usufruir ‘prazeres campestres’ por algumas horas recorta na vida da cidade a necessidade do lazer intimamente relacionada à natureza. Tal como a ideia de férias, instala-se progressivamente a concepção de uma prática que rompe com as características inerentes ao espaço urbano e que, no entanto, existe fundamentalmente a partir deste, pois numa sociedade rural, o tempo livre existe dentro das demais atividades (HEYNEMANN, 1995, p. 151).

Por outro lado, é importante lembrar da possibilidade de ocupações em áreas de mata por africanos livres e por libertos que não teriam sido necessariamente quilombos. Pessoas que buscavam alternativas à vulnerabilidade de suas liberdades (CHALHOUB, 2012) e à precariedade das condições para sua vida material no contexto urbano (AGOSTINI, 2002).

As encostas dos maciços da Carioca, Tijuca e Gávea estavam nos limites da cidade, principalmente nos seus arredores, ainda que alguns casos se configurassem como rurais. O relato de viajantes descreve sempre a área da Floresta da Tijuca e suas redondezas nas cercanias do Rio, a poucas horas de caminhada, onde muitos iam passar o dia. Em 1823, Spix e Martius (1938: 137) estimam uma distância de uma milha entre a cidade e a Tijuca, passando pela quinta de São Cristóvão. Muitas são as descrições desse acesso às Serras da Tijuca; segundo Spix e Martius (1938: 138),

Até a montanha era plana a região (...), a oeste da estrada, um novo aqueduto trazia água potável para a cidade. Cidadãos e gente da roça a pé e a cavalo e, de fato, não raro duas pessoas montadas no mesmo animal, davam animação à estrada, que para as carruagens das pessoas de alta categoria da cidade, era só carroçável até São Cristóvão [em 1823] (...).

A área abordada no estudo, contudo, é relativamente grande, e, é claro, com uma configuração nem sempre homogênea. Nesse sentido, a partir do levantamento de fontes históricas e arqueológicas, tal como mencionado, foram definidas diferentes áreas de ocupação, caracterizadas em função da sua proximidade com o centro da cidade ou com o chamado “Sertão”. O tipo e a densidade da ocupação estabelecida também serviram de elementos diagnósticos das referidas áreas.

A área do PNT é extensa (cerca de 4 mil ha; MMA e ICMBio, 2008), considerando a área de um parque urbano. A localização da casa de Hogendorp, hoje no Cosme Velho, ou dos Taunay, na entrada da Floresta da Tijuca, certamente diferia a sua relação com a cidade da Fazenda da Taquara, que ficava no limite da Floresta com Jacarepaguá, como bem ilustra José de Alencar em *Sonhos d’Ouro* ao retratar a cascatinha da Tijuca não como: “(...) uma filha do deserto; está a duas horas da Corte, recebe frequentemente diplomatas, estrangeiros ilustres e a melhor sociedade do Rio de Janeiro” (ALENCAR, 1872).

É importante ressaltar que essas ocupações acompanham o processo de expansão da cidade,

isto é, em finais do século XVIII a região estaria mais distante/isolada do que em meados do XIX com relação ao centro da cidade. No entanto, durante toda essa faixa de tempo nunca chegou a ser entendida como o Sertão, como Jacarepaguá, por exemplo (AGOSTINI e BRADFORD, 1998).

Definição de áreas de ocupação pretérita nas Serras da Carioca, Tijuca e Gávea

A partir do levantamento histórico e arqueológico realizado nas Serras da Carioca, Gávea e Tijuca, revisitando o trabalho de Carlos Manes Bandeira (BANDEIRA, 1962, 1964a, 1964b, 1965a, 1965b, 1965c, 1966, 1967a, 1967b, 1969a, 1969b, 1970a, 1970b, 1970/74, 1987, 1988, 1990, 1991) e com levantamentos em arquivos públicos (AGOSTINI e BRADFORD, 1998), foram definidas áreas de ocupação pretéritas associadas ao atual Parque Nacional da Tijuca.

Essas áreas foram caracterizadas em função da sua proximidade ou distância do centro da cidade, como mencionado anteriormente. Em geral, chácaras e sítios nas proximidades do centro da cidade (considerados ambientes semi-rurais), mas, também, fazendas, além da presença de Fábricas e do Jardim Botânico.

A proximidade com o chamado “Sertão”, associada a bairros como Barra da Tijuca ou Jacarepaguá, foi considerada como rural, como as ocupações na Serra da Gávea e seus arredores. Também foi observado o perfil dos moradores; as características das ocupações à época (como fazendas, sítios, chácaras, locais produtivos, etc.); além dos espaços aparentemente vazios na definição dessas áreas.

Foram definidas, assim, cinco áreas na Serra da Carioca (A1, A2, A3, A4 e A5) e quatro na Serra da Tijuca (A7, A8, A9, A10), ambas consideradas como ambientes semi-rurais, predominantemente. Apenas uma área da Serra da Gávea (A6) teria uma condição integralmente rural, ainda no século XIX. A descrição dessas áreas, com suas referências geográficas, principais características e proprietários serão descritos logo a seguir (Figura 1).

Na Serra da Carioca, as A1 e A4 apresentam certa concentração da presença estrangeira e do cultivo do café. Sendo essa produção na A1 realizada em chácaras e sítios e, na A4, em propriedades maiores, como fazendas. Nas A3 e A5 não foram identificadas muitas informações sobre seus ocupantes, sendo que a A5 sugere a presença de ocupações de maior porte, mas sem o cultivo do café. A A2 se destaca pela presença da Fábrica de Pólvora, Fábrica de Tecidos e do Jardim Botânico, em trechos geograficamente relacionados, mas que estão fora dos limites do PNT.

Na Serra da Gávea foi identificada apenas a A6, com nove proprietários, para além da referência a sesmeiros. Há maior expressão de nomes e sobrenomes aparentemente de portugueses ou brasileiros. Não conseguimos muitas informações sobre essas ocupações.

Na Serra da Tijuca foram definidas outras quatro áreas (A7, A8, A9 e A10). As A7 e A8 parecem ser as mais ocupadas ou das que dispomos de maiores informações sobre os proprietários e suas benfeitorias. Incluem entre esses brasileiros, portugueses, além de uma presença importante de mulheres entre eles, ocupando especialmente sítios e chácaras. A presença acentuada de estrangeiros na A7 parece atenuada na A8, onde a presença de brasileiros e portugueses se sobressai. Foram poucas as informações sobre as propriedades da A8, sendo possível que em algumas delas tenha havido o cultivo do café de forma mais extensa.

Nas A9 e A10 nota-se maior incidência de nomes e sobrenomes brasileiros ou portugueses, com poucas informações sobre suas propriedades e atividades produtivas. A A10 parece caracterizar-se como área de acesso ao ‘sertão’.

A seguir, em detalhes, as especificações das dez áreas distribuídas nas Serras da Carioca, da Gávea e da Tijuca (AGOSTINI e BRADFORD, 1998):

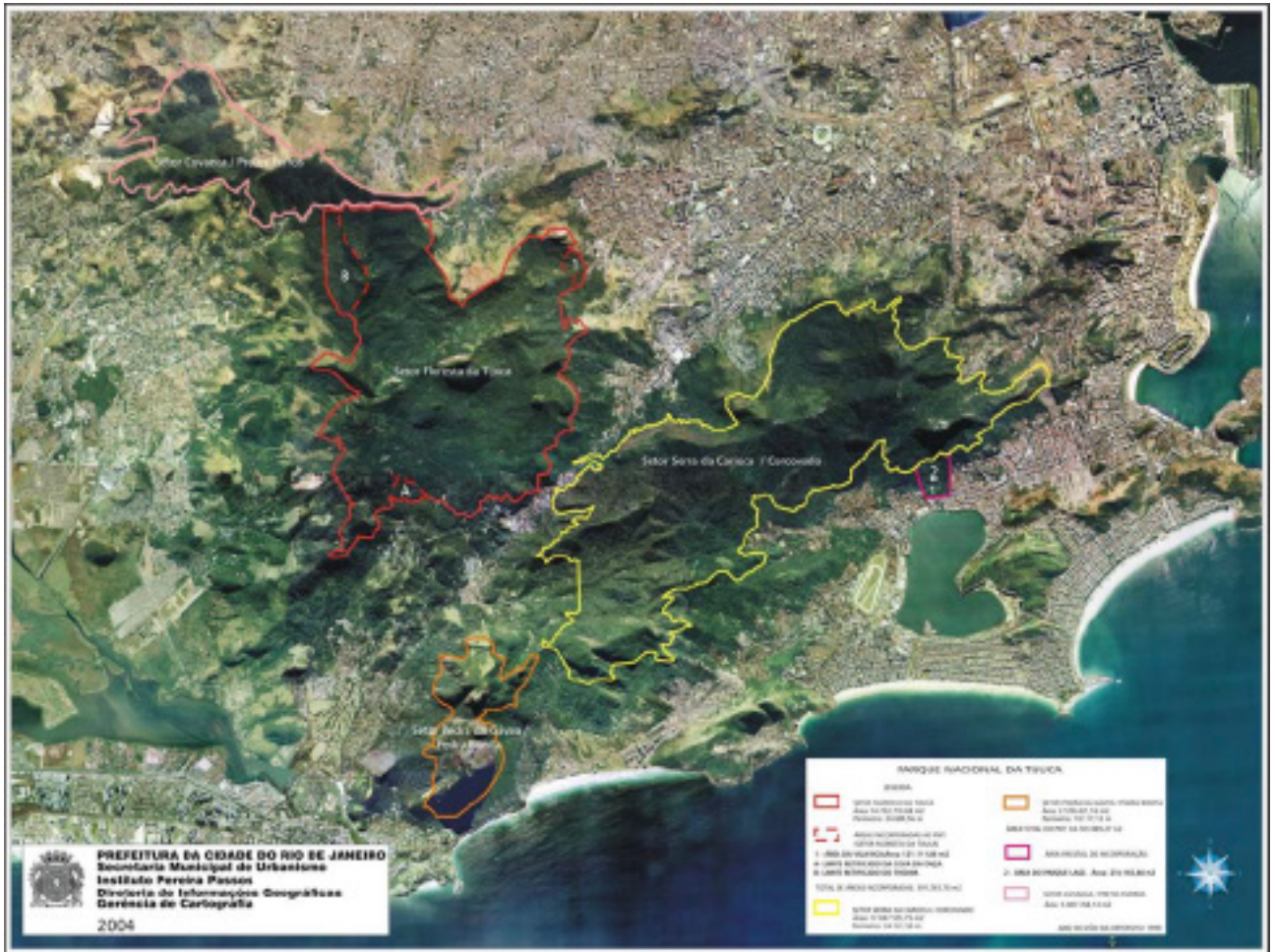


Figura 1. - Quatro setores que definem o PNT: em laranja Serra da Gávea; em amarelo Serra da Carioca; em Vermelho Serra da Tijuca; em rosa Pretos Forros / Covança. Plano de Manejo, 2008, Vol I, p.37. Os limites do Parque chegam a 39,51 km² - <https://parquenacionaldatijuca.rio/historia-do-parque-nacional-da-tijuca/>. Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2004.

Serra da Carioca

Área 1: Vertente Norte, área próxima aos bairros residenciais Botafogo, por um lado, e Rio Comprido, por outro. Compreende Morro do Inglês (fora dos limites do PNT), Morro D. Marta, o Silvestre, Alto da Coroa, Serra da Formiga, Morro do Sumaré, Floresta dos Trapicheiros, Floresta das Paineiras, e o Corcovado.

Proprietários identificados: sesmaria dos Jesuítas: Barão de Itacuruça, Comendador Sebastião Costa Aguiar, Hogendorp, Henri Chamberlain, William Young, Francisco do Vale Guimarães, João Luís da Cunha, Marcelina Roza, Luís Moutinho de Lima Alvares de Souza, Silvestre Pires Chaves, José Machado dos Santos.

Proprietários identificados: presença de chácaras, com cultivo do café. Os ocupantes dos quais obtivemos maiores informações foram estrangeiros (dois ingleses e um holandês). Estes, mas principalmente o último, tiveram suas residências visitadas por vários viajantes.

Área 2: a princípio incorporando toda a área central da Serra da Carioca, que se encontram fora das áreas 1, 3, e 4.

Proprietários identificados: sesmaria de Diogo de Amorim Soares: Rodrigo de Freitas Melo e

Castro, Castorinha de Oliveira e Castro, Amélia N. de Lucchtemberg (segunda esposa de D. Pedro I, Duquesa de Bragança), Jardim Botânico, Fábrica de Pólvora, Fábrica de Tecidos.

Proprietários identificados: área ocupada pelo atual PNT sem muitas evidências de ocupação nos oitocentos. Não obtivemos informações mais detalhadas sobre nenhuma das possíveis ocupações, apenas das áreas fora dos limites do PNT (Jardim Botânico, Lagoa).

Área 3: Vale da Moganga até o Morro da Boa Vista, abrange todo o Alto da Boa Vista.

Proprietários identificados: Scey-Montbeliard, Rita Villela, Francisco de Siqueira Dias (ou Francisco da Silveira Dias), Ana Pacheco de Souza, Sítio do Soberbo.

Proprietários identificados: sem maiores informações sobre os ocupantes dessa área. É possível que tenha havido muitas residências (sem cultivo do café). Vale verificar se há presença de algum ponto comercial.

Área 4: Vale e Floresta da Gávea Pequena

Proprietários identificados: sesmaria dos Jesuítas: Ferreira Viana. Sesmaria de Manuel de Brito. Sesmaria de Diogo de Amorim Soares: Louis Lecesne, Henry Greenwood, Thomas Cochrane, Mm.e Moke. Hotel Bennett, Francisco Antônio Pires Brandão, José Pedro Dias de Carvalho.

Proprietários identificados: área de concentração de propriedades de grande porte com cultivos mais extensos, sendo bastante representativa a presença dos estrangeiros após a chegada da família real. A área foi visitada por vários viajantes.

Área 5: arredores da Gávea Pequena, compreendendo a Floresta dos Macacos, Vale da Vista Chinesa, a Vila Laboriaux), e Jardim Gávea.

Proprietários identificados: Sesmaria de Manuel de Brito: Sesmaria de Diogo de Amorim Soares: Padre Domingos da Silva Porto, Marquês de São Vicente, Grandjean de Montigny, Eduardo Pallasim Guinle.

Proprietários identificados: área com grandes propriedades, mas não, necessariamente, cultivando o café.

Serra da Gávea

Área 6: Serra da Gávea e arredores, incluindo o Morro do Focinho do Cavalo.

Proprietários identificados: sesmaria dos Asseca: Aldo Bonardi, Manoel Caldeira, Visconde de Jequitinhonha, Manoel de Serpa Pinto. Sesmaria de Manoel de Brito: Visconde de Jequitinhonha, D. Maria, Senador José Pedro Dias Carvalho, Conselheiro Antonio Ferreira Viana, José Pires Brandão. Antonio de Mello Loureiro, com a Fazenda da Cascata Grande estaria nessa localidade ou na Gávea Pequena.

Proprietários identificados: sem maiores informações sobre os ocupantes desta área 5.

Serra da Tijuca

Área 7: Pedra do Conde, parte dos Rios Cupertino, Caveira, das Almas, do Archer, Humaitá, Cova da Onça, até o Morro da Ração, seguindo em direção a Estrada do Açude, subindo até o Morro do Areão.

Proprietários identificados: sesmaria dos Asseca: Dr. Lourenço José Godinho, Thereza Maria da Conceição, Conde de Scey-Montbéliard, Joana Maria de Oliveira Alves Negreiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Almirante Theodoro Alexandre de Beurrepaire, Antonio Joaquim d'Almeida, Coronel Luís Gastão de Robert de Escragnolle, Família Taunay, Luís Fernandes, Conde Gestas e Mm.e Roquefeuil, Visconde Souto, Conselheiro Mayrink, Guilherme Midosi, José Francisco Mesquita

(Visconde de Bonfim), Maria José da Conceição e Clemente José Rego, José Cupertino Ferreira, Francisco Fernandes da Silva, Francisco José da Rocha Filho (Barão de Itamaraty), João Pereira da Silva Borges Fortes, Maria Thereza da Costa Sampaio, Willian Gilbert Ginty, José Nunes Teixeira, Carneiro de Souza Lima, José Lopes da Fonseca, Francisco Pedro, Francisco Antonio Gomes.

Proprietários identificados: área bastante ocupada na primeira metade do século XIX. Nota-se a presença de muitos estrangeiros, que tiveram suas propriedades visitadas por vários viajantes. Era também grande o número de proprietários de pequenas chácaras e sítios portugueses e brasileiros. Algumas das propriedades são associadas a nomes femininos, incluindo mulheres com sobrenomes não aristocráticos, como o de Thereza Maria da Conceição.

Área 8: Morro do Anhanguera, Pico do Andaraí Maior, até o Pico da Tijuca, se estendendo pelo Vale do elefante, Pico do Perdido, Morro do Felizardo, abrangendo a área da Floresta do Andaraí, e fora dos Limites do PNT, a Reserva Florestal do Grajaú.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Jesuítas: Violante Luiza da Cunha Vasconcellos (Viscondessa de Alcântara), Maria Angélica da Silveira Borges (D. Felizardina?), Felizardo José Tavares, João Ferreira dos Santos (ou de Souza), João José Souza, Família Rudge, Maria Luiza Roza de Assumpção e Manuel Bernardo Miguel.

Sesmaria dos Asseca: João Ferreira dos Santos. José Antonio de Araújo, Antonio de Alves Brito, Miguel de Araújo Freitas, Dr. José da Costa Maya, Manuel de Araújo Lima, Manuel dos Santos Pinto, Belchior da Fonseca, Paulo Ferreira, Roza Antunes Câmara, Antonio José da Costa, Paulo Pereira, Antonio da Costa Ribeiro, Feliziana Paes, Antonia Borges do Espírito Santo. Entre o Morro do Elefante e o Pico da Tijuca: Marie Devel, Mathilde Barros, José Antonio Barros, José de Avilla (ou Faria).

Proprietários identificados: área com grande número de ocupantes, no entanto, dispomos de poucas informações sobre suas propriedades, é possível que em algumas dessas propriedades tenha sido cultivado o café de forma mais extensa. Nota-se a baixíssima presença de estrangeiros, tendo sido identificados apenas uma francesa e uma família de descendência inglesa. A presença de mulheres proprietárias nesta área é bastante notória.

Área 9: Vale de Santa Inês. Parte Superior a Serra dos Três Rios, da nascente do Rio dos Ciganos, e parte do Rio das Pacas, Alto dos Ciganos, Pico Magalhães Castro, Morro do Thedim, até os limites com a Floresta dos Pretos Forros, Pico do Ramalho, e Morro do Elefante.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Asseca: José Maria Correia de Sá, Ramalho Ortigão, João Thedim Sequeira, Elias José dos Santos, João Antonio Alves Britto, Alberto Barros, Dr. Cordovil de Syqueira e Mello.

Proprietários identificados: não dispomos de maiores informações sobre as propriedades desta área, que parece não ter sido intensamente ocupada.

Área 10: Área do Caminho do Sertão: Morro da Cocanha, Bico do Papagaio, serrilha, até o Pico Taunay.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Asseca: Dr. Manoel Leitão, Marcos (ou Mario?) Antonio Dellesderrier, Maria Thomasia, Bartholomeu José Campos, Major Antonio Mello Loureiro, Elias José dos Santos. Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Viúva Sobral, Maria José da Conceição e Clemente José do Rego, Antonio Alves de Oliveira, Albano J. do Espírito Santo.

Proprietários identificados: parece caracterizar-se como área de acesso ao 'sertão'. Não obtivemos maiores informações sobre as propriedades no local, sendo identificadas três proprietárias mulheres (sendo uma delas também com sobrenome de devoção: Maria José da Conceição; nota-se Albano J. do Espírito Santo com a mesma referência devocional em seu sobrenome), e apenas um proprietário estrangeiro.

As ruínas mais íntegras dessas ocupações foram identificadas por Lourdes Lemos e Rhoneds Perez em 2002 e estão indicadas no Plano de Manejo de 2018 como: da Fazenda Nassau (Van Mocke), localizada na Gávea Pequena, no setor Serra da Carioca; e Fazenda Vila Rica, Fazenda Cantagalo, Ruínas do Archer, Ruínas do Humaitá e Fazenda Boa Vista, no setor Floresta da Tijuca (MMA e ICMBio, 2018: 30). Outras ruínas com alto nível de integridade ainda podem ser identificadas e consideradas, como a Fazenda que teria sido residência do Visconde de Asseca e, posteriormente, foi ocupada por Luís Fernandes, antigo funcionário que auxiliou o Major Archer no reflorestamento nas décadas de 1860 e 1870 (AGOSTINI e BRADFORD, 1998).

Caminhos para a pesquisa

Foi apontada a questão da proximidade em relação ao centro da cidade e os tipos de ocupação que foram estabelecidos em toda área do atual PNT, entre finais do século XVIII e no século XIX. Além disso, observamos uma correlação dessas ocupações com a presença de estrangeiros ou brasileiros.

Outro caminho para se pensar a história da área do atual PNT diz respeito ao cultivo do café. O café na Floresta da Tijuca não teve representatividade nas balanças comerciais, nem vultu na exportação em larga escala, como veio a ser o Vale do Paraíba (De los Rios, s.d.; TAUNAY, 1945; HEYNEMANN, 1995). A maior parte das propriedades cultivou apenas em pequena escala, salvo algumas exceções, que chegaram a dar maior contribuição ao desenvolvimento do cultivo no Rio de Janeiro, tanto em termos quantitativos, quanto, e, principalmente, pela introdução de técnicas. Além da própria experiência com o cultivo que serviu para outras regiões como foi o caso das propriedades de Lecesne, Moke e Gestas⁷, ou, possivelmente, as propriedades associadas às ruínas de Vila Rica e a casa dos Três Patamares, que, pela identificação e dimensão das estruturas sugerem um complexo de produção de alguma expressão. Avaliar os discursos de seus proprietários e as práticas sociais engendradas em suas benfeitorias com relação ao próprio escravismo pode ser uma questão importante a ser considerada nesse contexto.

Outro aspecto observado ao longo deste levantamento foi a recorrência de nomes femininos na identificação das propriedades. Muitas delas são referidas informalmente como Dona Thereza, Dona Mathildes, Dona Felizardina. Outras aparecem com seus devidos sobrenomes, títulos, ou distinção, como a Baronesa de Beurrepaire-Rouhan, Madame de Roquefeuil, e até mesmo Madame ou Sra. Moke⁸.

Esses nomes femininos apareceram em diferentes tipos de fontes consultadas. No relato dos viajantes, na iconografia, mapas, na documentação secundária e nas referidas conversas de Manes Bandeira com moradores locais (v. AGOSTINI e BRADFORD, 1998). Gilberto Ferrez (2012), apresentando o diário de Mary Lecesne, nota a relação que aparece em seu relato entre campo-cidade / homem-mulher. Em alguns casos, sugere a ideia de isolamento e a noção de local de descanso ou lazer, a qual se refere Heyneman.

Considera-se que essas mulheres tenham sido efetivamente proprietárias, mas é possível que algumas delas acabassem referenciadas por ficarem mais tempo nas chácaras, enquanto os maridos não se afastavam de responsabilidades e da dinâmica da na cidade. A ampliação da pesquisa arquivística poderia esclarecer melhor essa questão, caso a caso. Uma hipótese é que nessas localidades habitariam também crianças e, talvez, os mais velhos das famílias. Questões etárias e de gênero, portanto,

7 Arquivo Nacional - Verba testamentária: Testamentos: No 126 de Manoel de Souza Gestas, 1867; No 191 de Jacques Abraahon Lecesne, 1889; No 13 de F. Carlos Alexandre Mocke, 1882. Inventários: CX. 298, no. 686 de Maria Angélica Monteiro Lecesne, 1880; CX. 465, no. 1761 de F. Carlos Alexandre Mocke. 1883. Registro de Terras: 152 - fls. 34: 15 - V - Lecesne, 1856; 11 - X - Mocke, 1856.

8 Sobre atividade agrícola dos cafezais da Tijuca, ver TAUNAY, H. e DENIS, 1822. Arquivo Nacional: TA. 058- carta de Antônio Augusto Monteiro de Barros a Manoel Gomes Archer ordenando que fosse colocada à disposição do conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira o prédio Nacional da Floresta da Tijuca, pertencente anteriormente a D. Thereza, o qual havia sido reparado em fins de 1869. 1871; TA 059 - carta de Antônio Augusto Monteiro de Barros a Manoel Gomes Archer ordenando que fosse instalado, com urgência, condutor de água para o prédio anteriormente pertencente a D. Thereza. Conferir Parque Nacional da Tijuca: Relatórios de Manes Bandeira..., *ibid*.

parecem sugerir caminhos de pesquisa bastante promissores sobre as ocupações desses arrabaldes nos oitocentos. Como observado acima, a A7 sugere uma particular concentração dessas referências de mulheres, com pelo menos sete nomes femininos referenciados como proprietárias.

Por fim, cabe destacar a importância Histórica e Cultural do PNT, patrimônio natural e cultural da cidade do Rio de Janeiro⁹. A conservação das estruturas que guardam essas histórias, suas possibilidades de pesquisa, de uso público, de ensino e de memória da cidade são um desafio para pesquisadores e gestores, perante questões políticas, logísticas, financeiras e de segurança.

Considerando ainda o poder de atração turística que possui o Parque Nacional da Tijuca e, em particular, dos vestígios arqueológicos que ele abriga, entendemos que ele contém um importante legado para subsidiar o desenvolvimento de um programa sobre a História e a Arqueologia da cidade do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. A Cidade a Montanha e a Floresta. In: ABREU, M. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, SMTCE/RJ, 1992. p. 54-103.
- AGOSTINI, C. Entre senzalas e quilombos: comunidades do mato em Vassouras do oitocentos. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (org.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Ed. del Tridente, 2002.
- _____. *Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens*. Topoi. Vol.10 (18) 2009.
- _____. *Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias*. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. vol. 13 (1) 2019.
- AGOSTINI, C.; BRADFORD, K. Levantamento histórico para elaboração de projeto de Arqueologia Histórica no Parque Nacional da Tijuca. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998.
- ALENCAR, J. *Sonhos d’Ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.
- BANDEIRA, C. M. *Arqueologia histórica do Vale do Elefante*. Rio de Janeiro: IAB, 1962
- _____. *As fazendas coloniais e o ciclo do café*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1964a.
- _____. *Pesquisas arqueológicas no Vale do Elefante*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1964b.
- _____. *A ferramenta portuguesa na colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1965a.
- _____. *Colonização lusa nas terras tijuucas*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1965b.
- _____. *Engenhos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1965c.
- _____. *Colonização portuguesa na Tijuca*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1966.
- _____. *Antigas residências coloniais tijuucas*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1967a.
- _____. *Antigos caminhos coloniais da Tijuca*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1967b.
- _____. *A porcelana da Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1969a.
- _____. *Uma feitoria colonial no Vale do Elefante*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1969b.
- _____. *História do Brasil nas montanhas da Tijuca*. Rio de Janeiro: Diários associados, Meridional, 1970a.
- _____. *Caminhos coloniais da Tijuca*. Rio de Janeiro: Diários Associados, Meridional, 1970b.
- _____. *Artigos históricos*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1970/1974.
- _____. *A Arqueologia histórica no Brasil*. IN: *Anais do 1o simpósio brasileiro de pesquisas e Arqueologia histórica*. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa, 1987.
- _____. *A chácara, estudo básico*. *Revista Pesquisas*. Rio de Janeiro, no. 10, 1988.
- _____. *Apontamentos históricos sobre o*

⁹ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/957/unesco-aprova-titulo-de-patrimonio-mundial-para-a-paisagem-cultural-do-rio-de-janeiro> <https://parquenacionaldatijuca.rio/historia-do-parque-nacional-da-tijuca/>

- primeiro ciclo do café no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo histórico CTA-FBCN, 1990.
- _____. Arquivo e memórias da floresta. Rio de Janeiro, 1991.
- BELTRÃO, M. C.; SÃO PEDRO, M. F. A.; LEMOS, M. L.; PEREZ, R. A. R. Arqueologia Histórica do Parque Nacional da Tijuca. *Clio*, no. 12, 1997.
- BRASIL, G. O ouro, o café e o Rio. Rio de Janeiro. São Paulo: Livraria Brasileira Editora, 1970.
- CHALHOUB, S. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DE LOS RIOS FILHO, A. M. O Rio de Janeiro Imperial. Editora A Noite. s.d.
- HEYNEMANN, C. Floresta da Tijuca. Natureza e civilização. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- FERREZ, G. Pioneiros da Cultura do Café na Era da Independência: a cronografia primitiva do café. Rio de Janeiro: IHGB, 1972.
- LEMOS, M. de L.; PEREZ, R. A. R., BEZERRA, F. O. S. Estudos Arqueológicos do Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro, Sociedade dos Amigos do Museu Nacional; UFRJ, 2002.
- LIMA, T. A. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario em el Rio de Janeiro del siglo XXI. In: ZARANKIN, A.; ACUTO, F. (Ed.). *Sed non satiata. Teoría social en el arqueología latino-americana contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999.

Caracterização das estruturas estromatolíticas da Área de Proteção Ambiental de Massambaba (RJ)

Loreine Hermida da Silva e Silva¹, Fernanda Campante Magina²

¹ Doutora em Geociências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) Coordenadora do Núcleo de Geomicrobiologia do Instituto de Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, ² Especialista em Geologia do Quaternário. Pesquisadora do Núcleo de Geomicrobiologia do Instituto de Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Resumo

A região dos Lagos localizada no nordeste do estado do Rio de Janeiro (Brasil), é composta de diversas lagoas que apresentam características peculiares, principalmente, um clima semiárido com grande déficit no balanço de precipitação-evaporação. O objetivo deste estudo foi identificar a presença e evidenciar as estruturas estromatolíticas em parte da região, mais especificamente, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Massambaba, com vistas a caracterizá-la como um santuário para a Geoconservação. A metodologia se constituiu pela seleção e coletas de amostras realizadas quatro vezes ao ano, no período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2020, em duas estações estabelecidas na região marginal das lagoas: Araruama, Pernambuco, Pitanguinha e Vermelha. O processamento dos dados se orientou de acordo com os seguintes critérios: integridade, coesão, porosidade, coloração e tamanho da amostra. No ato da coleta aforam aferidos os seguintes parâmetros físico-químicos: pH, salinidade, taxa de oxigênio dissolvido, transparência e temperatura da água e do sedimento. Os resultados revelaram esteiras microbianas características para esse tipo de ambiente e a distinção ocorrida foi a não observação de estromatólitos do tipo domal, além da presença dos estromatólitos “biscuit” até então pouco referenciados para esta APA. Conclui-se que a unidade de conservação contribui para a preservação desses elementos da Geodiversidade, repercutindo no potencial turístico da região diante de possíveis impactos do turismo de sol e praia.

Palavras-chave

Área de Proteção Ambiental da Massambaba, Estruturas Estromatolíticas, Complexo Lagunar de Araruama.

Abstract

The Lagos region, located in the northeast of Rio de Janeiro State (Brazil), is composed of several lagoons that present peculiar characteristics, mainly, a semi-arid climate with great deficit in the precipitation-evaporation balance. The objective of this study was to identify the presence and evidence of stromatolitic structures in part of the region, more specifically, in the Massambaba Environmental Protection Area (APA), in order to characterize it as a sanctuary for Geoconservation. The methodology is based on the selection and collection of samples carried out four times a year, from February 2018 to February 2020, at two stations established in the marginal region of the lagoons: Araruama, Pernambuco, Pitanguinha and Vermelha. Data processing was guided according to the following criteria: integrity, cohesion, porosity, coloration, and sample size. At the time of collection, the following physicochemical parameters were

Characterization of the stromatolytic Structures of the Environmental Protection Area of Massambaba (RJ)

Correspondente:
loreine.hermida@unirio.br

Citação: Silva, LHS & FC Magina (2022) Caracterização das estruturas estromatolíticas da Área de Proteção Ambiental de Massambaba (RJ). *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 65-73.

Recebido: 15 de agosto, 2022
Aceito: 17 de novembro, 2022
Publicado: 30 dezembro, 2022

Copyright: © 2022 Silva & Magina.

measured: pH, salinity, dissolved oxygen rate, transparency, and temperature of the water and sediment. The results revealed characteristic microbial mats for this type of environment and the distinction was the non-observation of domal type stromatolites, besides the presence of “biscuit” stromatolites hitherto little referenced for this APA. We conclude that the conservation unit contributes to the preservation of these elements of Geodiversity, affecting the tourist potential of the region in the face of possible impacts from sun and beach tourism.

Key-words

Massambaba Environmental Protection Area - Stromatolitic Structures - Araruama Lagoon Complex

Introdução

A questão ambiental ampliou as discussões para os sistemas ambientais, surgindo novos processos em que os sistemas humanos podem fazer escolhas visando à conservação e à sustentabilidade (BRASIL, 2022).

Sob essa óptica, o meio ambiente não é uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, conservá-lo inclui, necessariamente, considerar a interação homem e natureza (BRASIL, 2008).

De acordo com os novos olhares, o geoturismo passa a ser refletido e planejado de forma a privilegiar a integridade da paisagem considerando todos os seus elementos (MOREIRA, 2012).

Nesse sentido, também o Ministério do Meio Ambiente (MMA) que foi criado em 1992, passa por atualização quanto à sua estrutura e organizacional pelo Decreto 10.455/2020, que inova ao estabelecer como área de competência dentre outras ações:

Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas; e Estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2020).

Desta forma, a zona costeira brasileira que é uma região de transição ecológica e que desempenha função de ligação e trocas genéticas entre os ecossistemas terrestres e marinhos, como afirma SOUZA et al. (2005, p.39), fato que a classifica como ambiente complexo, diversificado e de extrema importância para a sustentação da vida marinha, passa a ter um papel importante nessa conjuntura.

Os principais problemas ambientais levantados nesse sistema são resultados de uma correlação de fatores e que não podem ser entendidos em partes ou isoladamente.

A preocupação com a integridade e o equilíbrio ambiental das regiões costeiras decorre do fato de serem as mais ameaçadas tanto por representarem elos de intensa troca das sociedades humanas, como pela exploração desordenada e muitas vezes predatória de seus recursos naturais e ainda por terem se tornado o principal local de lazer, turismo ou moradia de grandes massas de populações urbanas (MARIANO, 2010, p. 98).

O Parque Estadual da Costa do Sol (PECS) Anita Mureb é uma unidade de conservação – UC de proteção integral, criado pelo Decreto estadual nº 42.929 (RIO DE JANEIRO, 2011), possui uma área de 9.841,28 hectares, localizado na região dos Lagos e apresenta características peculiares de fauna e flora. Abrange os municípios de Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios, todos localizados no estado do Rio de Janeiro. Tem entre seus principais

objetivos a preservação de ecossistemas incluídos entre os mais ameaçados do estado. Mais da metade do espaço da unidade situa-se na Área de Proteção Ambiental (APA) da Massambaba, criada em pelo Decreto estadual nº 9.529 de 15 de dezembro de 1986 (RIO DE JANEIRO, 1986), devido à necessidade de proteção dos ecossistemas de restinga e algumas áreas alagadas e auxiliando no ordenamento do uso do solo (BIDEGAIN; BIZZERIL 2002). Possui 48 km de extensão pela linha de costa, onde evidências arqueológicas mais antigas são as estruturas estromatolíticas (esteiras microbianas), trombólitos e os estromatólitos, que ocorrem em poucas localidades mundiais, porém são encontrados no um sistema lagunar composto pelas lagoas Vermelha, Pernambuco, Pitanguinha e Araruama (ARAÚJO et al., 2009).

Essa APA possui um plano de manejo elaborado a partir de pesquisas científicas sobre as visões física, biológica e social. Foi estabelecido pelo Decreto estadual nº 41.820 (RIO DE JANEIRO, 2009). O seu plano determina a normatização, as restrições para o uso, as ações a serem desenvolvidas no manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação (UC) e seu entorno, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais.

Atualmente o turismo tomou grande expressão nas últimas décadas e o Geoturismo é um segmento que vem crescendo a cada ano, sendo uma nova tendência em termos de turismo em áreas naturais. As pesquisas nessa área ainda estão em estágio de desenvolvimento significativo e se faz necessário conhecer mais as características, impactos e definições de tal segmento (MOREIRA, 2014).

Nesse cenário, a Geodiversidade, cuja importância científica, econômica, ambiental e, principalmente, política ainda é inferior quando comparada à temática 'biodiversidade', pois a sociedade civil ainda não foi impactada de maneira efetiva sobre a importância da conservação dos elementos abióticos da natureza, da mesma maneira como reconhecem o meio biótico e seu potencial patrimonial (PEREIRA; FARIAS, 2016). Diante dessas circunstâncias, torna-se imprescindível o zoneamento das áreas de preservação com elementos ainda sem o reconhecimento devido, uma vez que pode se definir as modalidades do uso do solo e estabelecer a intensidade de sua utilização e as atividades e uso permissíveis em cada uma delas.

Em razão da proximidade com os grandes centros, o turismo passou a ser encarado como a mais importante atividade econômica regional. Esse crescimento foi alavancado pela alta dinamização do turismo, onde a procura por residências e terrenos para veraneio aumentou e provocou a rápida expansão de loteamentos, estabelecimentos comerciais, meios de hospedagem e marinas. A preponderância do turismo acarretou uma transformação dinâmica do ecossistema em razão dos impactos de crescimento e do desenvolvimento sem planejamento. Esses fatores provocaram o assoreamento de algumas regiões da laguna e prejudicaram a qualidade ambiental do sistema como um todo. Entre os principais fatores destacam-se os grandes aterros e, conseqüentemente, o lançamento de esgotos sanitários sem tratamento, que compromete a qualidade da lagoa e de seus rios afluentes (BERTUCCI et al., 2016).

A região entre a Lagoa de Araruama e Armação dos Búzios apresenta um clima semiárido, com presença de cactos, vegetação característica de locais desérticos. Segundo estudos pluviométricos a precipitação média varia entre 600 a 700 mm/ano, enquanto a taxa de evaporação está compreendida entre 1.300 a 1.400 mm/ano (SILVA E SILVA et al., 2004). Especialistas apontam a condição de poucas chuvas ao fenômeno de ressurgência, que ocorre na costa de Arraial do Cabo. Esse fenômeno é importante pois traz para superfície nutrientes, desenvolvendo um ecossistema rico com grande quantidade de pescado (RODRIGUES, 2018).

A forte ocorrência dos ventos na região atua sobre o espelho d'água da lagoa, o que aumenta a evaporação, tornando-a ainda mais salina.

Material e métodos

Estudos sobre o complexo lagunar de Araruama (Figura 1) assim como as lagoas que fazem parte da sua bacia, apontam para um contínuo processo de eutrofização, decorrente do acréscimo do lançamento de efluentes, com salinidade menor que a da lagoa, ricos em matéria orgânica e em nutrientes (GOMES, 2009).

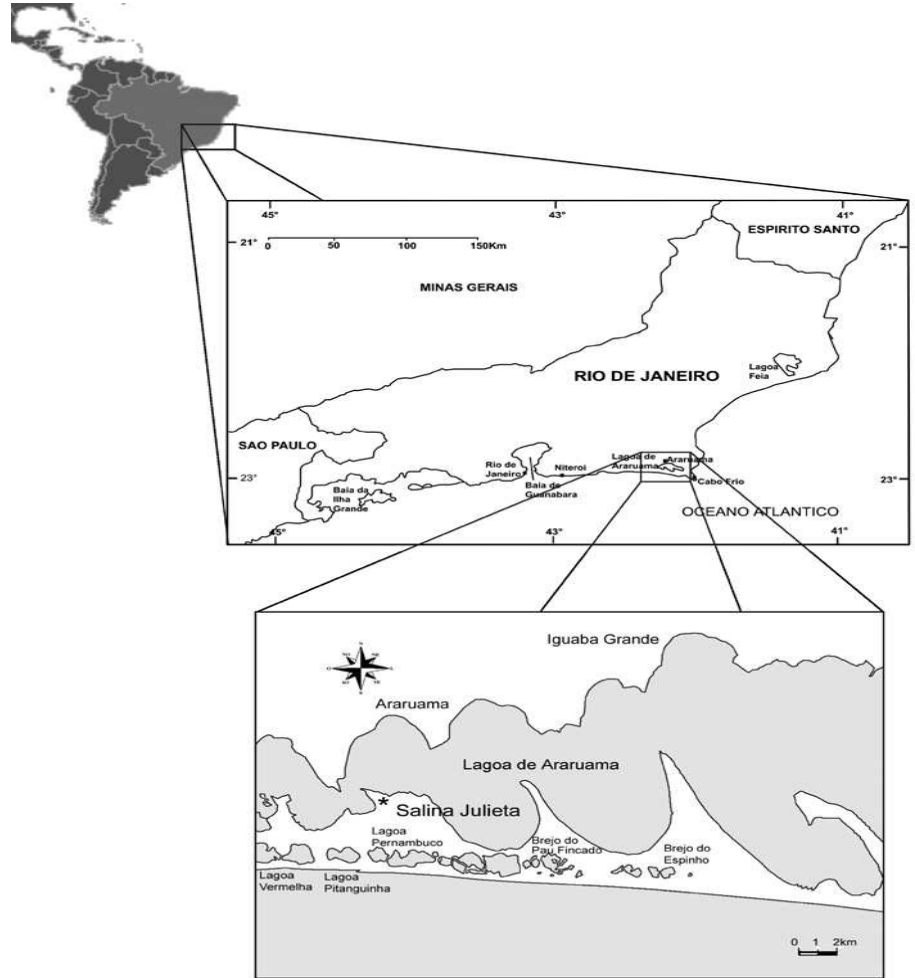


Figura 1. Mapa com a localização das lagoas estudadas, estado do Rio de Janeiro
Fonte: Silva e Silva et al (2007, p. 177).

A ausência de maré dentro das lagoas mantém o nível da água quase constante, o que favorece a instalação de casas e outras construções ao redor das mesmas. A alta salinidade, porém, faz com que poucas espécies de peixes, moluscos e algas reproduzam-se nas lagoas, o que reduz a pesca comercial, exceto no canal de Itajuru em Cabo Frio, que faz a ligação com o oceano Atlântico.

As mudanças que se sucederam no espaço urbano, os novos fluxos de pessoas, investimentos, e um enorme crescimento desordenado atuaram diretamente para o crescimento de construções na localidade e a diminuição de espaço territorial agravando ainda mais as invasões para áreas de preservação ambiental desencadeando uma série de impactos às mesmas, sendo muitos deles irreversíveis.

Um corpo aquático hipersalino é condição efetiva para a sobrevivência das cianobactérias e desta forma, essenciais para existência dos estromatólitos. Sendo assim, preservar a qualidade da água e manter a salinidade alta dessas lagoas é fundamental (SILVA E SILVA et al., 2013).

A pesquisa foi desenvolvida em parte do complexo lagunar da APA da Massambaba, onde as lagoas são típicas e resultantes de barragens por cordões litorâneos.

As estações de coleta foram estabelecidas onde apresentavam faixas arenosas capazes de permitir a formação das estruturas estromatolíticas. As amostras foram obtidas através de 4 coletas anuais no período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2020, em 2 estações estabelecidas na região marginal de cada uma das lagoas (Araruama, Pernambuco, Pitanguinha e Vermelha), que fazem parte da bacia hidrográfica da lagoa de Araruama. No ato da coleta, foram aferidos através de instrumental, alguns parâmetros físico-químicos essenciais ao desenvolvimento das geoestruturas, como pH (microprocessador – pH meter CG867), salinidade (refratômetro portátil com escala de 0 a 100%), taxa de oxigênio dissolvido (medidor múltiplo HQ 440D), transparência (disco de secchi em carbono com 30 cm de diâmetro) e temperatura da água e do sedimento (conductômetro Hanylad LF1). Parâmetros climáticos como intensidade dos ventos e índice pluviométrico também foram levantados, só que através de dados bibliográficos (ARAÚJO et al., 2009).

As estruturas estromatolíticas foram obtidas em 2 quadrantes de 1 m², distanciados entre si em 30 metros, através de amostragem manual utilizando espátula de pedreiro para material pouco consolidado, como as esteiras microbianas e martelo de geólogo para as estruturas litificadas e o uso de com auxílio de lupa de geólogo no auxílio constante das identificações no campo.

A seleção dos estromatólitos seguiu os seguintes critérios: integridade, coesão, porosidade, coloração e tamanho da amostra. Foram retiradas, pelo menos, 3 amostras de cada estágio de desenvolvimento (esteiras microbianas, estromatólitos estratiformes e estromatólitos verticais). As amostras foram fotografadas tanto *in loco*, como em laboratório, a partir de máquina fotográfica Canon semiprofissional (SILVA E SILVA et al, 2013).

Resultados

Os parâmetros físico-químicos aferidos nas lagoas forneceram os seguintes valores médios: águas claras, com visibilidade de 0,63 m; temperatura de 27,1°C; pH 7,74; salinidade de 52,7‰; taxa de oxigênio dissolvido de 3,2 mg/L, similar ao apontado por ALVES; SILVA E SILVA (2012, p.120). Os parâmetros foram aferidos no mesmo dia, no mesmo horário para todas as lagoas. Os dados obtidos propiciam o crescimento e manutenção das estruturas estromatolíticas na área, como já vastamente indicado para essas lagoas por diversos autores.

Foram identificadas esteiras microbianas que apresentaram espessura média de 18 cm e foram classificadas como filme, pustular. lisa, tufada, poligonal em bolhas, conforme tratado por Silva e Silva et al (2013).

Elas apresentam um estrato superficial esverdeado, de espessura variável entre os seis tipos de esteiras, onde a matéria orgânica é produzida através da fotossíntese. Associados a essas esteiras foram encontrados na sua composição acúmulos de microgastrópodes e bivalves, que possivelmente podem se apresentar como uma das fontes de cálcio nas lagoas, para lagoa Salgada no estado do Rio de Janeiro, conforme destacado por Senra et al. (2006).

As esteiras microbianas analisadas apresentam forte consonância com as descritas para outros ambientes hipersalinos, tanto no Brasil como para outras partes do mundo, mostrando que estas estruturas quando expostas a ambientes físico-químicos similares apresentam comportamento semelhante.

Quanto aos estromatólitos observou-se o tipo “biscuit” (Figura 2), tipo particular de estromatólito individual, que apresenta como principais características: tamanho reduzido; superfície calcária crostosa, irregular e nodosa; laminações de finas a muito finas, irregulares e indistintas macroscopicamente.



Figura 2. Exemplos de estromatólitos do tipo “biscuit” em formação encontrados na lagoa Vermelha – RJ
 Fonte: as autoras (2018).

As amostras encontradas são muito similares as descritas em estudo executado por Alves e Silva e Silva (2012) para lagoa Vermelha.

Também foram constatados o tipo estratiforme (Figura 3), que consistem em placas poligonais litificadas, exibindo laminagens irregulares, descontínuas, crescem vertical e horizontalmente, possuem coloração do cinza até o branco, podendo apresentar manchas verdes e vermelhas, ratificando o escrito por Rocha e Borghi (2017) para a lagoa Pitanguinha. Algumas amostras revelaram na superfície restos esqueletais de moluscos (bivalves e gastrópodes), ostracodes e foraminíferos. As carapaças destes organismos mostraram-se intensamente bioerodidas.

Os estromatólitos tabulares foram verificados com espessura média de 43 cm, sendo esse muito comum em toda a área estudada. Não foram constatados estromatólitos do tipo domal em nenhuma das lagoas. Cabe ressaltar que, os estromatólitos para serem construídos precisam de um ambiente de baixa energia.

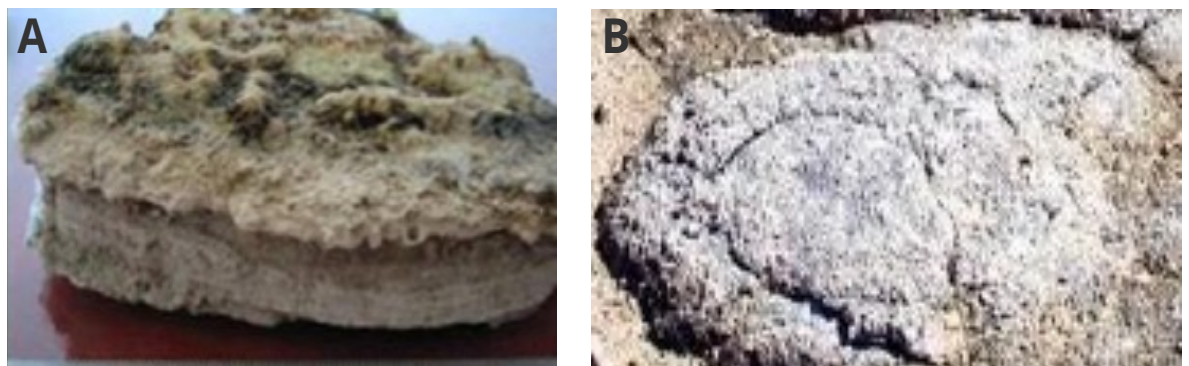


Figura 2. Dois tipos de exemplares de estromatólitos de formato tabular obtidos na lagoa Pitanguinha – RJ.
 Fonte: as autoras (2018).

Esse patrimônio geológico identificado na APA tem valor inestimável, uma vez que são evidências das primeiras formas de vida na terra, devido a sua composição por cianobactérias. Todavia, muitos turistas por total desconhecimento, não apreciam as rochas expostas nas paisagens e assim sendo, há muita dificuldade em preservá-las, apesar de serem peças de grande importância para a Geodiversidade, porém pouco apreciadas pelos turistas.

Considerações Finais

A localização da APA da Massambaba, disposta na região de Cabo Frio, a leste da cidade do Rio de Janeiro, privilegiada pela proximidade das grandes instituições de pesquisa do estado, poderia ter sido mais bem estudada, protegida e ter sido divulgada amplamente, tendo em vista o patrimônio geológico ali presente.

Sendo de vultosa importância nas extrapolações para o registro de fóssilífero, onde os vários tipos de estruturas estromatolíticas são empregadas na avaliação e no monitoramento das variações de salinidade, profundidade das águas e alterações eustáticas pretéritas do nível do mar, a região poderia estar melhor preservada principalmente quando se trata das estruturas estromatolíticas.

As condições ambientais encontradas como hipersalinidade, pH alcalino, baixa concentração de oxigênio dissolvido, elevadas temperaturas da água e grandes variações no espelho d'água, favorecem o amplo desenvolvimento das cianobactérias em subsuperfície, dificultando a competição de outros grupos de organismos e possibilitando o domínio e a presença de espécies de cianobactérias eurihalinas e halotolerantes, formadoras das estruturas estromatolíticas.

Neste contexto, fato é que os estromatólitos são estruturas complexas e que necessitam de condições especiais para se desenvolverem. Com todo impacto que a região vem sofrendo ao longo dos anos, as condições ainda permitem a presença dessas estruturas. Na área de estudo foram verificados os três estágios de desenvolvimento dos estromatólitos, considerando os em "biscuit" como o ápice do terceiro estágio. Destaca-se também que esses são formados por calcita, o que os diferencia daqueles citados por Horodyski et al. (1975) para laguna Mormona, no México.

Como as esteiras microbianas são antecessoras aos estromatólitos, e foram observadas no trabalho, podemos inferir que na área estudada os estromatólitos ainda se encontram em desenvolvimento. Pesquisas sobre as estruturas estromatolíticas recentes são essenciais para a compreensão das diferentes situações paleoambientais que se formaram nessas estruturas, todavia nessa região poucos os trabalhos desenvolvidos em esse enfoque.

Paralelamente durante o decorrer do trabalho, ficou evidenciado que, as atividades turísticas na APA em questão se encontram em declínio. A crise na região decorre principalmente pelas desconfigurações da Geodiversidade, ameaçada por forte pressão antrópica, dentre outras, e a falta de elementos ligados a atrações locais.

Assim sendo, se faz necessário ampliar as discussões para estratégias de Geoconservação, desenvolvendo a conscientização de preservação dos frequentadores da APA, revitalizando as visitas guiadas periódicas, criando mais museus como espaço de divulgação científica sobre a Geodiversidade, tanto na APA, como em outras áreas onde as estruturas estromatolíticas são encontradas no Brasil. É necessário buscar táticas que objetivem alargar o conhecimento tão importante, bem como manter a existência das estruturas aqui estudadas, visando proporcionar esse aproveitamento pelas gerações futuras.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Siglia Andressa do Nascimento Pinto Monteiro; SILVA E SILVA, Loreine Hermida. Estudo dos estromatólitos "biscuit" da lagoa Vermelha (Rio de Janeiro – Brasil), *Revista de Geologia, Ceará*, v.24, n.2, p.117-130, jul-dez, 2012.
- ARAÚJO, Dorothy Sue Dunn; SÁ, Cyl Farney Catarino; FONTELLA-PEREIRA, Jorge; GARCIA, Daniele Souza; FERREIRA, Margot Vale; PAIXÃO, Renata Jacomo; SCHNEIDER, Silvana Marafon; FONSECA-KRUEL, Viviane Stern. Área de Proteção Ambiental de Massambaba, Rio de Janeiro: caracterização fitofisionômica e florística. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, v.60, n.1, p.67-96, fev, 2009.
- BERTUCCI, Thayse Cristina Pereira; SILVA, Edson Pereira; Jr. MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno; NETO, Cassiano Monteiro. Turismo e urbanização: os problemas ambientais da lagoa de Araruama – Rio de Janeiro. *Ambiente*

- & Sociedade, São Paulo v. XIX, n.4, p.43-64, dez, 2016.
- BIDEGAIN, Paulo da Silveira Primo; BIZZERIL, Carlos Roberto Fontenelle. Lagoa de Araruama - perfil ambiental do maior ecossistema lagunar hipersalino do mundo. Rio de Janeiro: Semads, 2002.
- BRASIL. Institucional. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br> Acesso em: 8 de outubro de 2022.
- BRASIL. Decreto 10.445 de 11 de agosto de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10455.htm. Acesso em: 8 de outubro de 2022.
- BRASIL. Ecoturismo: orientações básicas. 1a ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- BRASIL. Lei n.9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 8 de outubro de 2022.
- GOMES, Nathalie Fonseca. Análises de circulação hidrodinâmica e de transporte de sal em um estuário hipersalino: lagoa de Araruama – RJ. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Oceânica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- HORODYSKI, Robert; BLOESER, Bonnie; HAAR, Stephen Vonder. 1975. Recent calcareous stromatolites from laguna Mormona (Baja California) Mexico. *Journal of Sedimentary Petrology*, v.45, n.4, p. 894-906, dez, 1975.
- MARIANO, Naine Machado. Diagnóstico ambiental como subsídio para recuperação de lagoas costeiras: estudo de caso da lagoa das Capivaras - Garopaba – SC. 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2010.
- MOREIRA, Jasmine Cardoso. Geoturismo e interpretação ambiental. 1ª ed. revisada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- MOREIRA, Jasmine Cardoso. Geoturismo e conservação do patrimônio natural em áreas cársticas brasileiras. In: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. IX, 2012, São Paulo, Anais, São Paulo, ANPTUR, 2012, p.2.
- PEREIRA, Luciano Schaefer; FARIAS, Thiago da Silva. Os valores e ameaças à geodiversidade: um olhar sobre João Pessoa- PB e litoral sul do estado. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Angepe)*. São Paulo, v.12, n.17, p.141-166, jan-jul, 2016.
- RIO DE JANEIRO. Diário Oficial do Estado. Decreto estadual nº42.929, de 18 de abril de 2011. Cria o Parque Estadual da Costa do Sol e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwev/mde3/~edisp/inea0017431.pdf>. Acesso em: 8 de outubro de 2022.
- RIO DE JANEIRO. Diário Oficial do Estado. Decreto estadual nº 41820, de 16 de abril de 2009. Aprova o Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Massambaba – APA de Massambaba, localizada nos municípios de Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, criada pelo Decreto 9529-C, de 25/12/86; Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/APAMAS-PM.pdf>. Acesso em: 8 de outubro de 2022.
- RIO DE JANEIRO. Diário Oficial do Estado. Decreto estadual nº 9.529-C de 15 de dezembro de 1986. Cria a Área de Proteção Ambiental na Lagoa de Araruama e Praia de Massambaba (APA de Massambaba) e dá outras providências. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1986/dec_9529_1986_apamassambaba_rj.pdf. Acesso em: 8 de outubro de 2022.
- ROCHA, Lucas; BORGHI, Leonardo. Análise de microfaças de esteiras microbianas da lagoa Pitanguinha (Região dos lagos, RJ, Brasil). *Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ*, v. 40, n. 1, p. 191-205, 2017.

- RODRIGUES, Jucelia Thomaz Barreto. Influência da ressurgência sobre o potencial turístico dentro do contexto socioeconômico no município de Arraial do Cabo / RJ. 2018. Trabalho e Conclusão de Curso (Pós-graduação Lato Sensu em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Arraial do Cabo, 2018.
- SENRA, Maria Célia Elias; SILVA E SILVA, Loreine Hermida; CONDE, Jonas; IESPA, Anderson Andrade Cavalcante. Microbioerosão em conchas de *Heleobia australis* (Gastropoda: Rissoidae) da lagoa Salgada, Rio de Janeiro, Brasil. Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ, v. 29, n. 2, p. 199-209, 2006.
- SILVA E SILVA, Loreine Hermida; ALVES, Siglia Andressa Pinto Monteiro Nascimento.; MAGINA, Fernanda Campante; GOMES, Sinda Beatriz Viana Carvalhal. Composição cianobacteriana e química dos estromatólitos da lagoa Salgada, Neógeno do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Geologia, Série Científica, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 95-106, 2013.
- SILVA E SILVA, Loreine Hermida; FEDER, Fabiane; DELFINO, Deise de Oliveira; LOPES, Frederico Alves dos Santos. Análise da composição cianobacteriana das esteiras pustulares em salina, Araruama, Rio de Janeiro. Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ, v. 30, n. 1, p. 175-180, 2007.
- SILVA E SILVA, Loreine Hermida; SENRA, Maria Célia Elias; FARUOLO, Teresa Cristina Lopes de Medeiros; CARVALHAL, Sinda Beatriz Vianna; ALVES, Siglia Andressa Pinto Monteiro do Nascimento; DAMAZIO, Cynthia Moreira; SHIMIZU, Vanessa Tamie de Almeida; SANTOS, Rosiane Carneiro; IESPA, Anderson Andrade Cavalcanti. Composição paleobiológica e tipos morfológicos das construções estromatolíticas da lagoa Vermelha, RJ, Brasil. Revista de Paleontologia, v. 7, n. 2, p. 193-198, 2004.
- SOUZA, Célia Regina de Gouveia; SOUZA FILHO, Pedro Walfir-Martins; ESTEVES, Luciana Slomp; VITAL, Helenice; DILLENBURG, Sérgio Rebello; PATCHINEELAM, Soraya Maia & ADDAD, João Eduardo. Praias Arenosas e Erosão Costeira. In: SOUZA, Célia Regina de Gouveia; SUGUIO Kenitiro; OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos; OLIVEIRA, Paulo Eduardo (org.). Quaternário do Brasil. Ribeirão Preto: Holos, 2005. pp. 130-152.

Narrativas criativas revelando histórias invisibilizadas: um conto sobre vivências ocultas nas florestas do Maciço da Tijuca

Vicente Leal E. Fernandez¹, Maria de La Rocque Amadeo²

1 Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio); Mestrando em Ecoturismo e Conservação (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGEC/UNIRIO), **2** Graduanda em Geografia (PUC-Rio); Graduanda em Filosofia (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

Apresentação

Assim como outros remanescentes da Mata Atlântica, a floresta presente no Maciço da Tijuca retém uma complexa e longa história de interação da sociedade carioca com o seu meio (FERNANDEZ, 2022; SOLÓRZANO et al., 2021). Existem diversas evidências de usos passados dentro das florestas deste bioma, algumas escondidas (soterradas ou sobrepostas por usos atuais), algumas camufladas na composição florística (como espécies exóticas, frutíferas e ornamentais e espécies de estágios sucessionais iniciais), outras que requererem conhecimento arqueológico (para analisarmos ruínas de ocupações históricas) e outras que são parte do cotidiano e se fazem visíveis (como pontes e caminhos antigos ainda utilizados atualmente) (LAZOS-RUIZ et al., 2017). As marcas pretéritas que encontramos hoje no interior do Parque Nacional da Tijuca (PNT) – Unidade de Conservação que contempla parte significativa do Maciço da Tijuca – são verdadeiros legados socioecológicos¹ e um testemunho de trabalho humano (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA; ENGEMANN, 2011), possuindo um enorme potencial turístico para esta Unidade de Conservação.

Os vestígios de trabalho humano atestam, em muitos casos, a participação da mão de obra escravizada, empregada no Rio de Janeiro até o final do século XIX (OLIVEIRA; FRAGA, 2011; SALES, 2016). Nesse sentido, é interessante notar que ao mesmo tempo em que a mão de obra escravizada teve um papel tão importante na história e no processo de transformação da paisagem do PNT e do Rio de Janeiro, ela aparece invisível na historiografia tradicional (OLIVEIRA et al., 2019). A invisibilidade destes personagens se reflete no conhecimento do público que, mesmo transitando pelas trilhas históricas do Parque, não se dá conta de que estão caminhando sobre história e trabalho humano (FERNANDEZ, 2022).

Neste trabalho defendemos que a divulgação desta história pode surgir como um importante fator de atração para os frequentadores do PNT. Procuramos auxiliar no processo de reconhecimento de personagens invisibilizados, criando uma maior aproximação do público com a floresta e abrindo possibilidades para uma Educação Ambiental que valorize os processos históricos e socioecológicos de co-construção das paisagens florestais do Rio de Janeiro. Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de valorização da história, da cultura e da ancestralidade presente no Maciço da Tijuca, a partir da elaboração de uma narrativa criativa. Acreditamos que criações artísticas não se contrapõem com a divulgação de dados científicos e, na verdade, tem a potencialidade de facilitar a transmissão do conhecimento. Assim, um conto não precisa necessariamente ser verdadeiro, mas deve ser verossímil. Dessa

¹ Entende-se como legados socioecológicos as marcas na paisagem que são produto da relação histórica entre populações passadas com o seu meio (OLIVEIRA, 2007).

Correspondente:
vicenteleal.puc@gmail.com

Citação: Fernandez, VLE & MLR Amadeo (2022) Narrativas criativas revelando histórias invisibilizadas: um conto sobre vivências ocultas nas florestas do Maciço da Tijuca. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 74-78.

Recebido: 19 de agosto, 2022
Aceito: 31 de outubro, 2022
Publicado: 30 dezembro, 2022

Copyright: © 2022 Fernandez & Amadeo.

maneira, a proposta criativa pode ser capaz de unir racionalidades distintas ao trazer à tona elementos e emoções possivelmente vividas pelos agentes abordados na narrativa (KROPF et al., 2020).

Narrativa criativa²

O ano era 1899. José na época tinha 26 anos. Um rapaz negro, descendente de escravizados angolanos. Ele vivia no Rio de Janeiro com seu irmão mais novo, Fernando, desde que fugiram da fazenda em que sua mãe era escravizada. Os dois irmãos moravam em uma pequena casa de pau a pique no Maciço da Tijuca, dentro das fronteiras de uma das inúmeras fazendas de café que ali existiam. Conhecedor das matas, Zé sabia identificar todo tipo de árvore, e andava pela floresta como se fosse inteira sua casa. De fato, uma partezinha era, porque José tinha um pacto com o dono daquelas terras: os irmãos podiam morar e plantar sua comida num pequeno lote. Em troca, a mão-de-obra e o conhecimento de José sobre as árvores seria usado para derrubar a floresta e, a partir das madeiras, produzir carvão. Assim, a mata era transformada em lenha, o que era muito comum no século XIX, uma vez que o carvão, na época, era uma fonte energética fundamental para a cidade do Rio de Janeiro. Pelo acordo entre eles, Zé ainda ficaria com uma pequena parte de todo carvão que conseguisse produzir. Dessa forma, os irmãos conseguiam fazer um dinheirinho através da venda do carvão nas ruas da cidade. Para o dono das terras era um acordo ainda mais lucrativo, porque a derrubada das matas era primordial para a plantação do futuro cafezal que planejava ter.

Zé já havia trabalhado na produção de carvão, mas esta era a primeira vez que levaria seu irmão para aprender com ele todo o processo. Nesse dia, tomaram o rumo da floresta antes do amanhecer. Eram os dois irmãos e sua fiel companheira, a mula de idade já avançada, mas que ainda conseguia suportar muito peso, encarregada de levar nesta primeira viagem a comida e as ferramentas: a enxada, o machado, a foice e a pederneira (um tipo de isqueiro). Os três levaram cerca de 2 horas até chegar no pedaço de mata que derrubariam, trilhando por uma picada que o próprio Zé abriu dois anos antes. Na maior parte do trajeto, o caminho estava aberto e fácil de passar, pois a capina era feita regularmente. No entanto, alguns trechos da trilha lembravam os irmãos sobre o poder das matas de tomar conta, de renascer, regenerar. O caminho se misturava com o resto da floresta e, então, os irmãos, atentos, tinham de trilhar abrindo a picada outra vez.

Ao chegarem no local de produção começaram a fazer a roçada com a foice, retirando pequenos arbustos que poderiam atrapalhar no momento de usar o machado para a derrubada das árvores maiores. Em seguida, iam botando abaixo a floresta, retirando os galhos e ramos pequenos para depois cortar a madeira nos tamanhos desejados. Fernando ficou atento às instruções do irmão, copiando tudo que era feito. Tentava memorizar todos os nomes das árvores que ouvia enquanto Zé as escolhia para o corte. Neste momento de seleção das árvores que seriam derrubadas é que veio um dos mais importantes ensinamentos do dia para Fernando. Ao se depararem com uma Figueira imponente, os olhos dos irmãos brilhavam. Foi quando Zé disse que essa árvore não cortariam, e o irmão estranhou:

- Ué, por que não? É uma das maiores! Ia dar muita lenha.
- Esse é Iroko, um dos orixás que habita a floresta. Essa não corta, nunca.

Então, enquanto todas as árvores ao redor foram cortadas, as Figueiras permaneceram de pé, atravessando tempos, resistindo por séculos, até hoje, se tornando verdadeiras anciãs da floresta, contando a história das matas simplesmente por estarem vivas, resistindo nas matas.

A área que trabalhavam na derrubada era bem íngreme, fazendo com que os irmãos precisassem preparar um platô na encosta para construir a carvoaria. Após várias horas

² As inspirações e fontes para embasar o desenvolvimento do conto foram: (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021; LAZOS-RUIZ et al., 2017; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA; ENGEMANN, 2011; OLIVEIRA; FRAGA, 2011a, 2011b; SALES et al., 2014; SOLÓRZANO et al. 2017; SVORC, 2007).

fazendo esse aplainamento do terreno com a enxada, começaram a arrumar a lenha cortada num amontoado em forma de cone, tendo no centro um tronco que, depois de empilhar toda a madeira, seria retirado para abrir espaço para a chaminé. O amontoado de troncos foi revestido com capim e folhas e depois com uma camada de terra úmida, deixando apenas a chaminé livre. Por fim, botaram lenha incandescente pela chaminé, que então foi fechada. A ventilação começou a ser controlada pela abertura e fechamento de buracos na base do balão (que chamavam de espias), por onde entrava o ar, e na parte de cima (os boeiros), por onde saía a fumaça. Mesmo eles tendo começado o trabalho junto com os primeiros raios de sol da manhã, todo esse trabalho de montar a carvoaria acabou levando o dia todo!

Fernando já estava exausto depois de tanto trabalho, mas era só o começo, nos próximos dois ou três dias eles teriam que acompanhar o processo dia e noite, mantendo o controle das espias e dos boeiros para evitar a combustão rápida da madeira. Nesse momento da produção, num simples desleixo eles poderiam perder toda a produção. Vendo que seu irmão estava cansado, Zé mostrou a direção de um pequeno abrigo onde poderia descansar durante a noite. Era uma pequena cabana de pau a pique com base de pedra. Zé já havia se abrigado nela em outras ocasiões, tendo inclusive plantado algumas espada-de-são-jorge e comigo-ninguém-pode nos arredores como forma de proteção, afinal, ele costumava dormir sozinho dentro das matas, e precisava dos olhares protetivos de Ogum. Antes de anoitecer, Fernando tratou de encher algumas garrafas de água no riacho ao lado que, segundo seu irmão, estava cada vez mais fraco, a cada inverno.

Quando a combustão finalmente terminou, três dias depois, os irmãos tiraram o carvão de dentro do balão, começando pela parte de cima, se atentando a apagar com água os pedaços de carvão que ainda estavam em brasa. No dia anterior, Zé deixou seu irmão cuidando do balão enquanto voltava para a fazenda para pegar mais três mulas que os ajudariam no transporte do carvão. Colocaram o carvão nos balaios que estavam no lombo de suas mulas e começaram seu caminho de volta. Como estavam descendo o morro, tiveram que ir tomando muito cuidado para que eles e, principalmente, as mulas não escorregassem e perdessem toda a produção de carvão. Em uma das partes mais íngremes do caminho passaram por um pequeno trecho calçado de pedra. Esta parte do trajeto tinha sido preparada pelo próprio Zé cerca de três anos antes, logo depois de precisar sacrificar uma de suas mulas que havia escorregado e quebrado a pata. Contou ao irmão que para calçar este trecho levou muito trabalho. Ele utilizou pedras do riacho próximo que eram colocadas uma ao lado da outra para formar o calçamento, que embora não ficasse perfeito, já ajudava muito na passagem das mulas com suas cargas pesadas.

De volta à fazenda, os irmãos deixaram o carvão em um pequeno depósito. Mais tarde, a produção seria utilizada principalmente nos fornos domésticos da fazenda, mas grande parte iria para cidade, para ser vendida. Zé tratou de pegar logo sua pequena parcela do carvão, que separava parte para usar na própria casa e parte para vender, na tentativa de juntar seu sustento. Então, no dia seguinte, partiu com as mulas para a cidade para vender o carvão que haviam produzido. O caminho era longo e levou cerca de 7 horas para chegar ao Centro. Esse trajeto que ele tomou rumo a cidade era bem diferente daquele que percorreu com seu irmão para chegar na área de produção de carvão. Muito mais largo e movimentado, era uma verdadeira estrada, diferente das trilhas fechadas e escorregadias da floresta.

Chegando na cidade, José percebia os olhares encarando-o. A venda do carvão não era uma experiência tão agradável para ele. Preferia estar na floresta. José sofria na pele o preconceito de uma sociedade escravista e, somava-se a isso, o preconceito com seu ofício. Quem já manuseou carvão sabe que é difícil não se sujar, e não seria diferente no processo de produção, armazenamento e transporte, o que deixava o carvoeiro com uma aparência permanentemente suja. As pessoas passando pelas ruas geralmente o ignoravam ou o encaravam de maneira cruel, julgando sua aparência. José percebia nos olhares que todos o julgavam por não se

encaixar nos padrões da metrópole, e que seu lugar de trabalho era nas margens, nos morros e florestas, o que tornava os olhares severos. Mal sabiam que se não fosse por Zé, seu irmão, e tantos outros carvoeiros, a cidade pararia sem o carvão que tiravam das matas.

Hoje, dois séculos depois, a história desses carvoeiros segue viva nas paisagens florestais do Maciço da Tijuca. Os vestígios deixados pela vivência e interação com as matas nos contam, atualmente, parte dessa história invisibilizada. As plantas ritualísticas, algumas garrafas de vidro esquecidas e a base de pedra do pequeno abrigo ainda estão lá, contando, na paisagem, uma parte dessa história. Outra pista que eles nos deixaram veio pelo alimento que comiam dentro das matas. A jaca, por exemplo, era uma fruta especial para os carvoeiros, por fornecer energia suficiente para o trabalho braçal, além da abundância de nutrientes que a compõem. A jaca tem sementes grandes, que os frequentadores das matas costumavam despejar no solo após comê-la. O que não sabiam é que muitas dessas sementes despejadas no passado vingariam no futuro, e que nos lugares onde foram consumidas as jacas teríamos, atualmente, verdadeiros jaqueirais.

José e Fernando simbolizam a vida dos tantos carvoeiros que, apesar de invisibilizados, forneciam função primordial no abastecimento da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. A presença dessas pessoas ex-escravizadas nas florestas do Maciço da Tijuca foi essencial para que as matas sejam como são no presente: os caminhos, as plantas, as ruínas. Assim, Zé e Fernando, a partir de suas vivências, nos revelam os símbolos e marcas que a paisagem florestal abriga na relação de interação ancestral entre as pessoas e as florestas.

Referências

- CARVALHO, G.; OLIVEIRA, R. R. Leituras da paisagem: literatura e geografia. Rio de Janeiro: iiLer/PUC-Rio; UNESCO, 2021. Coleção Interdisciplinaridades
- FERNANDEZ, V. L. E. Geografia histórica dos caminhos do Maciço da Tijuca: um subsídio para compreensão das dinâmicas sócioecológicas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- KROPF, M. S.; OLIVEIRA, R. R.; LAZOS-RUÍZ, A. E. Sujeitos ocultos na paisagem: desvelando a cultura material e o trabalho humano. *Estudios Rurales*, v. 10, n. 19, p. 1-20, 2020.
- LAZOS-RUÍZ, A. E.; OLIVEIRA, R. R.; SOLÓRZANO, A. Buscando la historia en los bosques: el papel de los macrovestigios y de la vegetación en la Mata Atlántica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, n. 1, p. 163-182, 2017.
- OLIVEIRA, R. R. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. *Ambiente e Sociedade*, v. 10, n. 2, p. 11-23, 2007.
- OLIVEIRA, R. R. As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.
- OLIVEIRA, R. R. “Fruto da terra e do trabalho humano”: Paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, p. 277-299, 2015.
- OLIVEIRA, R. R.; ENGEMANN, C. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro. *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, p. 9-31, 2011.
- OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J. S. Integrando processos sociais e ecológicos: o metabolismo social de três sistemas produtivos históricos do Estado do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH, 2011a.
- OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J. S. Metabolismo social de uma floresta e de uma cidade: paisagem, carvoeiros e invisibilidade social no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. *GEOPUC - Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio*, v. 4, n. 7, p. 1-18, 2011b.

OLIVEIRA, R. R.; PATZLAFF, R. G.; SCHEEL-YBERT, R. A floresta como esconderijo: arqueologia da paisagem na Mata Atlântica do Rio de Janeiro. *Revista Mosaico*, v. 13, p. 61-82, 2019.

SALES, G. P. S. et al. Resultantes ecológicas, práticas culturais e provisão de lenha para a fabricação de carvão nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro. *Pesquisas Botânicas*, v. 65, p. 389-402, 2014.

SALES, G. P. S. No caminho dos carvoeiros: estrutura da floresta em um paleoterritório de exploração de carvão no Maciço da Pedra Branca, RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

SOLÓRZANO, A.; SALES, G. P. S.; NUNES, R. D. S. A história de transformação da paisagem do Parque Nacional da Tijuca. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 8, n. 1, p. 1-11, 2017.

SOLÓRZANO, A.; BRASIL-MACHADO, A.; OLIVEIRA, R. R. Land use and social-ecological legacies of Rio de Janeiro's Atlantic urban forests: from charcoal production to novel ecosystems. *Royal Society Open Science*, v. 8, n. 6, p. 1-21, 2021.

SVORC, R. C. P. F. Figueiras centenárias, história ambiental e estrutura da Mata Atlântica no município de Angra dos Reis, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Seropédica, RJ, 2007.

Ruínas na floresta: revelando paisagens esquecidas no tempo

Vicente Leal E. Fernandez¹, Thomaz de La Rocque Amadeo²

¹ Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio); Mestrando em Ecoturismo e Conservação (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGEC/UNIRIO), ² Mestrando em Geografia (PUC-Rio).

Apresentação

Por si só, a paisagem está relacionada à dimensão da representação do espaço (HAESBAERT, 2014). Nesse sentido, a aproximação entre paisagem e fotografia se faz evidente, uma vez que o registro fotográfico serve como ferramenta de representação imagética que permite, inclusive, a leitura da paisagem sem a presença física no local. No entanto, o potencial da fotografia vai muito além da exemplificação de algo que pode estar escrito. Enquanto expressão artísticas, os registros fotográficos guardam a subjetividade representativa presente nos cliques dos autores (VANUCCHI; MELLO, 2013). E mais, a partir de uma perspectiva estética que mobiliza sentimentos em quem interage com a arte, a fotografia pode funcionar como um convite à emersão de reflexões e ideias, permitindo assim novas conexões com o mundo. Apesar de fixa, a fotografia instiga, mexe com as imagens interiores e mobilizam corpo e mente à devaneios (OLIVEIRA, 2020).

O próprio título deste escrito está na intercessão que aproxima paisagem e fotografia. A paisagem é tempo impresso no sentido de registrar, como uma herança, as relações materiais e imateriais entre naturezas-culturas (CRUMLEY, 1994; SANTOS, 1996). Já a fotografia, apesar do click representar um momento específico, traz em si elementos originados em tempos diversos. É, portanto, uma representação aparentemente estática, mas, a partir da composição de seus elementos, expressa uma sobreposição de tempos.

Uma outra aproximação possível está relacionada à maneira que se apreende o que é expresso materialmente, tanto da paisagem, quanto da fotografia. Isso porque, a dimensão material da paisagem e da fotografia - seja numa tela, seja em papel - depende de uma interpretação. Portanto, cada pessoa que se depara com uma paisagem, irá lê-la a partir de lentes culturais específicas (COSGROVE, 2012). De certo modo, o mesmo vale para fotografia enquanto arte a partir da relação entre arte e receptor. A experiência mediada pela imagem fotográfica extrapola a materialidade retratada, delongando-se na consciência do receptor (VINHOSA, 2008). Assim, a fotografia representa as marcas da paisagem em imagem, mas não é inerte, pois marca também a experiência do receptor, aflorando sentimentos e narrativas sobre o que está a sua frente num processo de franca relação arte-receptor. A partir da interação entre elementos vestigiais presentes na paisagem e que compõem a fotografia, o que parecia inerte ganha vida. A fotografia da paisagem nos permite não apenas contar, mas criar histórias.

Para além dessa incipiente aproximação entre paisagem e fotografia, objetivamos com este escrito estabelecer conexões do potencial da fotografia enquanto expressão artística que media a relação entre receptor da arte e a história das paisagens florestais do Rio de Janeiro.

Em nossos esforços, para além dos relatos escritos, que resultam em produtos acadêmicos, as fotografias têm se mostrado uma maneira mais direta de acessar o público para além dos muros da universidade. É nesse contexto que surge o presente trabalho, como uma tentativa de trazer à tona

Correspondente:
vicenteleal.puc@gmail.com

Citação: Fernandez, VLE & TLR Amadeo (2022) Ruínas na floresta: revelando paisagens esquecidas no tempo. *Ecoturismo & Conservação* 3(2) p. 79-90.

Recebido: 19 de agosto, 2022
Aceito: 31 de outubro, 2022
Publicado: 30 dezembro, 2022

Copyright: © 2022 Fernandez & Amadeo.

essas histórias esquecidas na mata, buscando um olhar íntimo sobre os resultados do diálogo entre cidade, cidadãos, a floresta e sua história. Procuramos primeiramente através da escrita trazer um pouco da história dos complexos de ruínas da Fazenda Nassau, Pedra Bonita e Pedra da Gávea, no Maciço da Tijuca, para então apresentá-las em um ensaio fotográfico em sua primeira publicação.

As ruínas que estamos retratando são marcas de atividades pretéritas que nos permitem alegar com convicção que estas matas estão repletas de assinaturas culturais entalhadas ao longo dos últimos séculos. É a partir dessas evidências que as paisagens ganham vida e podemos remontar histórias que a historiografia tradicional, muitas vezes, não conta. Como mencionado, a fotografia não é apenas um registro estático, mas guarda sucessivas camadas de tempo sobrepostas. Nesse sentido, as imagens a seguir podem ser vistas como um convite à imersão na história do que, hoje, são as florestas do Maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Contextualizando o turismo em ruínas

As ruínas apresentam uma história progressiva, se configurando como um lugar de memória com forte capacidade de rememoração do passado pela contemplação dos seus fragmentos do presente (CARNEIRO; GUIMARÃES, 2019). Habitam nela dois tempos simultaneamente, o ocorrido e o presente (MENEGUELLO, 2003), carregando simbolismos que nos levam a experimentar sentimentos, muitas vezes controversos, que aludem a um sem fim de sensações que se misturam em meio à estranheza, fascínio e curiosidade (CARNEIRO; GUIMARÃES, 2019).

Podemos perceber as ruínas retratadas neste ensaio como um patrimônio cultural, sendo este o conjunto de bens materiais e imateriais que foi reconhecido como expressão fiel e legítima de um determinado período e grupo, sendo um legado da história de uma sociedade (FORTE, 2006). Mais do que um fenômeno social de importância política, o patrimônio cultural procura fornecer um sentido de pertencimento a um determinado grupo social (PADINHA, 2009). Como patrimônio cultural, as ruínas do Maciço da Tijuca são fator de identidade cultural e de memória de comunidades, de uma cultura compartilhada e experiências vividas, devendo ser respeitadas e valorizadas (MTUR, 2008).

O turismo tem procurado no patrimônio cultural uma nova fonte de atrativos turísticos, buscando a formação de atrativos com identidade própria e dotando-os de um caráter diferenciador (VELOSO; CAVALCANTI, 2007). Neste contexto inclui-se o patrimônio arqueológico, sendo parte integrante do patrimônio cultural. Mendonça de Souza e Souza (1981 apud BASTOS, 2002) definem o patrimônio arqueológico como o conjunto de locais em que habitaram populações pretéritas, bem como toda e qualquer evidência de suas atividades. Segundo os autores, o patrimônio arqueológico é integrado não só por bens materiais, mas também, e principalmente, pelas informações deles dedutíveis, como por exemplo as formas adotadas para ocupação do espaço e do contexto ecológico selecionado para tal, fator muito significativo nas ruínas deste ensaio.

A associação do turismo com o patrimônio arqueológico pode ser altamente educativa e propiciar a oportunidade de recreação e a reconstrução do passado, contribuindo para a preservação e proteção deste testemunho de culturas passadas (KULEMEYER, 2003; SILVERMAN, 2002). Murta e Goodey (2001) sugerem que esta associação pode ser feita a partir de trilhas, caminhadas, rotas e tours com guias, aplicando-se ao contexto do Maciço da Tijuca, seus visitantes, condutores e guias de turismo.

Material e métodos

Durante os ensaios utilizamos uma câmera Canon EOS 6D e uma lente Canon 24-105mm F/4L. Foram necessárias três investidas a campo durante o mês de agosto de 2022, sendo uma para cada complexo de ruínas (Fazenda Nassau, Pedra Bonita e Pedra da Gávea). Optou-se por adentrar na mata logo nas primeiras horas do dia, uma vez que os períodos do dia com maior exposição solar poderiam dificultar a captura de algumas imagens, pois os poucos raios de sol que invadem a mata criam um contraste indesejado, “estourando” a luminosidade nas feições em que tocam. As imagens foram editadas no programa Adobe Photoshop CC 2015.

Em todas as 12 fotografias procuramos diminuir a saturação e a vibração das cores, buscando o resgate de uma estética antiga e que direciona para a sensação de uma imagem retro (VANUCCHI; MELLO, 2013). Nesse sentido, em três imagens optamos por retirar toda a saturação, deixando-as em preto e branco. Ao retirarmos as cores o observador é forçado instintivamente a investir mais tempo na observação das imagens, o que o leva a buscar seu real conceito, movimento que muitas vezes acaba sendo inviabilizado em fotografias coloridas pois as cores chamam a atenção para si (DAVIS, 2011).

As ruínas do Maciço da Tijuca

Fazenda Nassau

A história da Gávea Pequena, no bairro do Alto da Boa Vista, está atrelada um importante cafeicultor do século XIX: Charles Alexander van Moke. O holandês veio para o Brasil poucos anos após a chegada da Corte portuguesa em 1808, quando um imenso contingente de estrangeiros chegou ao Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades. Moke desembarcou na cidade em 1818 e se estabeleceu no vale da Gávea Pequena. Médico militar, Moke havia servido na colônia holandesa de Java antes de chegar ao Brasil e comprar suas terras que, assim como as de seu vizinho, pertenciam ao Visconde de Asseca (CEZAR, 2006). As terras de Moke chegavam à Mesa do Imperador e à atual Estrada da Vista Chinesa, ocupando também boa parte do Morro do Cochrane (FERREZ, 1972).

Em 1824, a fazenda de Moke, conhecida como Fazenda Nassau, já utilizava a máquina para despolpar o café, movida a roda d'água, não se limitando apenas à produção de café, cultivando outros legumes, cujos excedentes eram vendidos na cidade. A maneira de despolpar as cerejas de café utilizando a força hidráulica foi o avanço técnico mais importante realizado por Moke e seu vizinho Louis Lecesne. Os rios haviam sido canalizados e conduzidos para os moinhos de despolpa. Após esta etapa, os grãos secos de café eram melhor preservados e assim obtinham os melhores preços no mercado (CEZAR, 2006).

A decadência daquele que foi considerado o melhor empreendimento cafeeiro do Brasil começou a aparecer apenas por volta da década de 1840 (MENEZES, 1996). Apesar disso, em 1872 a fazenda ainda existia. Em 1876, a fazenda foi adquirida pelo governo imperial para proteger os mananciais necessários para o abastecimento da cidade. Após a desapropriação ela ainda foi utilizada como moradia de vigias, até que as construções foram abandonadas em 1966, quando tudo as estruturas vieram abaixo pelas fortes chuvas que castigaram a cidade (GONÇALES, 2013).

As terras da Fazenda Nassau abrigam um dos maiores complexos de ruínas do Maciço da Tijuca. Ainda estão presentes as ruínas da antiga residência de Moke, onde se destacam os alicerces da casa principal (Figura 1). Além disso, também encontramos um antigo tanque de pedra (Figura 2), possivelmente utilizado para lavagem dos diversos produtos agrícolas produzidos na fazenda, ou até mesmo para lavagem de roupas.



Figura 1. Estrutura remanescente da casa principal da antiga Fazenda Nassau. Fonte: Os autores (2022).



Figura 2. Tanque de pedra ao lado de uma das ruínas da Fazenda Nassau, onde possivelmente eram lavados produtos agrícolas da fazenda ou até mesmo roupas. Fonte: Os autores (2022).

Pedra Bonita

A exemplo das terras vizinhas da Gávea Pequena, o entorno da Pedra Bonita teve o início de sua exploração relacionado à extração de madeira e produção de carvão vegetal na primeira metade do século XIX (BANDEIRA, 1993; GONÇALES, 2013). Essa área também foi marcada pela presença de posseiros no século XIX, havendo ainda a presença de alguns de seus descendentes, que atualmente lutam pelo direito a suas terras e o reconhecimento de suas raízes.

Além da produção de carvão vegetal, frutas e hortaliças, essa área também foi marcada desde o século XIX pelo cultivo de camélias. O cultivo de flores era extenso e conforme ensinado de geração para geração, muitos dos buquês presenteados à Princesa Isabel provinham do cultivo da Pedra Bonita. Por volta de 1910, o carvão vegetal deixou de ser produzido, tornando-se todo o subsídio a partir das outras produções, vendidas nas feiras da cidade e entregues nas residências.

A Casa-Grande da Pedra Bonita (Figura 3) estava de pé até a década de 1970, tendo servido de residência aos antepassados e até alguns componentes atuais da Comunidade Quilombola. Restam os muros de arrimo e as paredes das coqueiras das mulas que seguravam o assoalho do piso superior em madeira, onde estavam os quartos, sala e cozinha (Figuras 3, 4, 5, 6 e 7). Ainda conseguimos ver as antigas telhas da casa, alocadas ao lado da construção (Figura 8).



Figura 3. Vista de toda ruína da casa-grande da Pedra Bonita. Fonte: Os autores (2022).



Figura 4. Paredes e antiga janela das ruínas da casa-grande da Pedra Bonita. Fonte: Os autores (2022).



Figura 5. Paredes em pedra das ruínas da casa-grande da Pedra Bonita. Fonte: Os autores (2022).



Figura 6. Parte de uma das janelas da casa-grande da Pedra Bonita, preenchida com pedras. Fonte: Os autores (2022).



Figura 7. Paredes de pedra da ruína da casa-grande da Pedra Bonita, com detalhe para madeira equilibrada nas pedras, que possivelmente fazia parte do piso do segundo andar da casa. Fonte: Os autores (2022).



Figura 8. Telhas da casa-grande da Pedra Bonita organizadas ao lado da ruína pelos moradores da Associação da População Tradicional e Quilombola da Pedra Bonita. Fonte: Os autores (2022).

Pedra da Gávea

A história de ocupação do Sítio Sorimã ou Fazenda Velha, no sopé da Pedra da Gávea, remonta ao século XVI, período de concessão de sesmarias pela Coroa portuguesa. O nobre militar português e governador geral do Rio de Janeiro entre 1567 e 1572, Salvador Correia de Sá, recebeu as terras da baixada de Jacarepaguá, que chegavam até a referida montanha. Por sucessão e venda, a área passou para o domínio de Manoel Caldeira, que então construiu um engenho de cana-de-açúcar em 1638. As terras foram desapropriadas em 1862 por decreto imperial de Dom Pedro II, visando a proteção dos mananciais (BANDEIRA, 1993; GONÇALES, 2013; MENEZES, 1996).

São pouquíssimas as fontes relacionadas ao Sítio Sorimã. O único registro formal que se tem sobre a história do sítio e suas ruínas está presente na obra “Parque Nacional da Tijuca: construções e ruínas históricas”, de Luis Gonçales (2013). Apesar de o local possuir imponentes ruínas, apenas em 2016 é que foi feito o pedido de registro para transformar a área em um sítio arqueológico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), iniciativa tomada pelo arqueólogo Cláudio Prado de Mello. Segundo os arqueólogos responsáveis pelo pedido, o engenho pode ter operado por cerca de 200 anos, desde sua fundação em 1638, até 1862, ano da desapropriação. Ainda de acordo com os pesquisadores, parte do complexo arqueológico pode ser identificada como um estábulo, uma vez que foram encontradas muitas ferraduras pelo chão (O GLOBO, 2016).

Duas edificações maiores estão sobre platôs, tendo ao lado de uma delas um antigo tanque de lavar roupas (Figuras 9 e 10). A outra construção pode ter sido parte de um depósito ou um estábulo (Figura 11 e 12), já que os pesquisadores Cláudio Mello, Luiz Gonçales e Carlos Ramalho encontraram muitas ferraduras na área no ano de 2016 (O GLOBO, 2016). Foram utilizadas diferentes técnicas de construção. Em alguns espaços foram observadas estruturas mais rústicas de pedra que remontam ao período colonial (como nas imagens), enquanto em outros locais percebemos a presença de tijolos, cerâmica e reboco, materiais mais utilizados na época do império (GONÇALES, 2013).

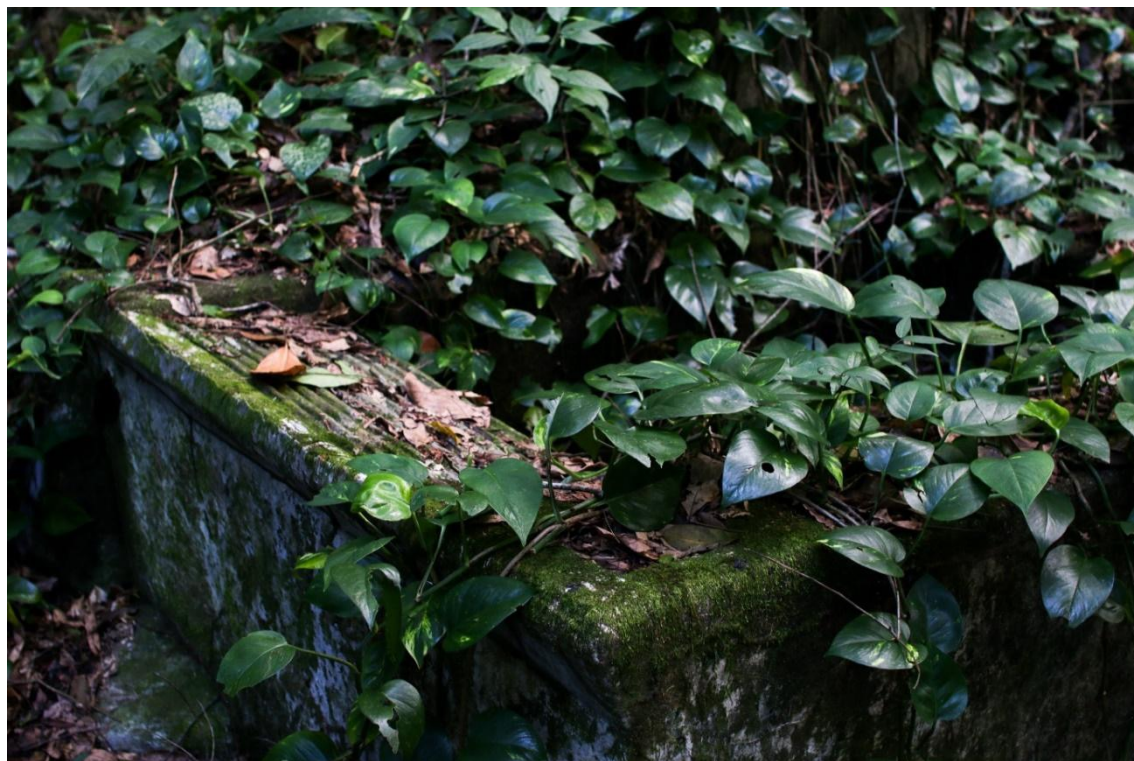


Figura 9. Tanque de pedra de lavar roupas tomado por jiboias (*Epipremnum pinnatum* (L.) Engle.). Fonte: Os autores (2022).



Figura 10. Detalhe do tanque de pedra no complexo de ruínas da Pedra da Gávea. Fonte: Os autores (2022).



Figura 11. Detalhe do material (rocha gnaisse) utilizado na construção da parede de pedra. Fonte: Os autores (2022).



Figura 12. Parede de pedra ao lado do caminho que leva à Pedra da Gávea. Fonte: Os autores (2022).

Considerações finais

A fotografia traz consigo uma perspectiva, um prisma e uma intencionalidade dos autores, que através de suas técnicas, utilizam da expressão artística para manifestar sua visão de mundo (VANUCCHI; MELLO, 2013). Mas, ao ser lançada ao mundo, a fotografia ganha um certo poder próprio também. Portanto, ao mesmo tempo em que traz consigo a visão de mundo do autor, ela também ganha uma vida própria na interação com receptor da fotografia enquanto arte. Para o presente trabalho, é justamente no encontro do olhar do fotógrafo - retido na imagem - e a livre interpretação de quem entra em contato com a fotografia que está a potência de aguçar a curiosidade sobre a história das matas cariocas.

A partir da visão de mundo dos autores, as ruínas registradas nas fotos funcionam como combustível para refletir sobre os processos socioambientais dados ao longo do tempo nessa floresta. A fotografia nos impele a questionar: para que foram feitas estas construções? Quando deixaram de ser importantes e quando foram abandonadas? Como foi o processo de retomada da floresta sobre a construção? E, pensando em nosso passado colonial e em nossa historiografia eurocêntrica, talvez a mais importante das perguntas: quem ergueu estas construções? Sob quais condições de trabalho?

Estas já são muitas perguntas, mas, ao mesmo tempo, são apenas as indagações de quem foi fotografar a floresta e tem uma perspectiva histórico-geográfica sobre ela. No entanto, talvez a maior potência dessa exposição de imagens não seja as perguntas dos próprios autores, mas as de quem interage com as fotos. Como a história de cada um mobiliza uma gama de sentimentos que criaram histórias íntimas entre fotografia e receptor? As imagens deste ensaio convidam para esta interação a partir da arte. Elas não são meros exemplos, não encerram pensamento, mas, ao contrário, permitem mobilizar sensações que aguçam a curiosidade e por isso podem criar novas narrativas sobre as florestas cariocas.

É justamente a partir do poder artístico de mobilizar sentimentos que as fotografias podem colaborar com o ecoturismo nas matas cariocas. Como consequência da exposição, podemos criar um desejo incipiente nas pessoas em conhecer melhor a história das matas através de estudos bibliográficos, mas principalmente através de investidas nas florestas para visitar estes locais. Além disso, através do diálogo entre arte e conhecimento acadêmico, o ensaio apresentado também surge como uma forma de valorização do patrimônio cultural encontrado no Maciço da Tijuca, principalmente a partir do entendimento deste como um novo atrativo turístico.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, C. M. Parque Nacional da Tijuca. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 1993.
- BASTOS, R. L. Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo - USP, 2002.
- CARNEIRO, J. Â.; GUIMARÃES, V. L. O turismo em ruínas e sua relação com as categorias do método geográfico: uma análise a partir da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Sabará, MG, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 30, n. 1, p. 98-116, 2019.
- CEZAR, P. B. A casa da Gávea Pequena: residência oficial da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Eds.). *Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- CRUMLEY, C. L. Historical Ecology: a multidimensional ecological orientation. In: CRUMLEY, C. L. (Ed.). *Historical ecology: cultural knowledge and changing landscapes*. Santa Fe: School of American Research Press, 1994.
- DAVIS, H. *Criatividade em preto e branco: dicas e técnicas de fotografia digital*. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2011.
- FERREZ, G. *Pioneiros da cultura do café*

na era da Independência. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.

FORTE, A. M. S. Turismo cultural no Rio de Janeiro: um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2006.

GONÇALES, L. A. F. Parque Nacional da Tijuca: construções e ruínas históricas. Rio de Janeiro: Editora Edital, 2013.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/territorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KULEMEYER, J. Propuesta para el desarrollo del turismo arqueológico en Argentina. Disponível em: <https://equiponaya.com.ar/turismo/articulos/jorge_kulemeyer.htm>. Acesso em: 25 out. 2022.

MENEGUELLO, C. Da construção das ruínas: fragmentos e criação do passado histórico. In: XXII Simpósio Nacional de História da Anpuh. Anais [...]. João Pessoa: Associação Nacional de História - ANPUH, 2003

MENEZES, P. C. Trilhas do Rio. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra Consultoria Editorial, 1996.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo cultural: orientações básicas. Brasília. 2008.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado - um guia. Minas Gerais: Edição Sebrae, 2001.

OGLOBO. Vestígios arqueológicos revelam uma barra do período colonial. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/vestigios-arqueologicos-revelam-uma-barra-do-periodo-colonial-20314833#:~:text=Pesquisadores encontraram na Floresta da,ali por volta de 1594.>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

OLIVEIRA, M. A imobilidade movente da fotografia: em resposta a Alan Cholodenko. *Lumina*, v. 14, n. 2, p. 186-198, 2020.

PADINHA, T. A. Propostas para o desenvolvimento do turismo arqueológico em Rio Claro - RJ por meio da visitação das ruínas de São João Marcos. Monografia (Graduação em Turismo) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVERMAN, H. Touring ancient times: the present and presented past in Contemporary Peru. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 881-902, 2002.

VANUCCHI, E. O.; MELLO, N. D. Fotografia em preto e branco: arte, técnica e opção estética. *Revista Educação*, v. 8, n. 1, p. 75-83, 2013.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, v. 20, p. 155-168, 2007.

VINHOSA, L. Artista e receptor: fronteiras amolecidas no ato fotográfico. *Revista Poiésis*, v. 9, n. 12, p. 179-193, 2008.